



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**EFEITOS DOS VALORES INDIVIDUAIS SOBRE A PERCEPÇÃO DE RISCO E ATITUDE
SEGURA DAS PESSOAS EM ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE
LIVRE CIRCULAÇÃO**

Lucas Lemes da Silva

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Vaz Torres

Brasília, 2021.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL,
DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

**EFEITOS DOS VALORES INDIVIDUAIS SOBRE A PERCEPÇÃO DE RISCO E ATITUDE
SEGURA DAS PESSOAS EM ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE
LIVRE CIRCULAÇÃO**

Lucas Lemes da Silva

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Vaz Torres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Brasília, 2021.

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Cristiane Faiad de Moura – Presidente da Banca Examinadora
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações –
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Thiago Gomes Nascimento – Membro Externo
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações –
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Márcio Júlio da Silva Mattos – Membro Externo
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações –
Universidade de Brasília

Brasília, 2021.

Resumo

Os estacionamentos têm sido locais utilizados para práticas delituosas, isto porque delinquentes aproveitam-se de situações de distração das pessoas e da oportunidade para cometerem diversos crimes, tais como: vendas ilegais e consumo de drogas, bem como brigas, furtos, roubos e violências diversas. Assim, este trabalho se propõe a engajar as pessoas comuns como corresponsáveis pela segurança pública. Com isto, foram estudados os valores, percepção de risco e atitude segura, ou seja, três variáveis que se destacam como precursoras e preditoras de comportamentos. O objetivo geral da pesquisa consistiu em elaborar um instrumento capaz de medir a Percepção de Risco (PR) e a Atitude Segura (AT) de pessoas quando integram estacionamentos. O método compreendeu duas metas, elaboração de um instrumento, a partir de revisão da literatura, realização de dois grupos focais, assim como categorização de itens, avaliação de juízes em relação aos itens categorizados, bem como análises estatísticas para verificação de evidências de validade e confiabilidade. O instrumento teve inicialmente 22 itens, que foram avaliados por cinco juízes. Assim, após o cálculo do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) apresentou itens satisfatórios superiores a 0,80. Na correspondência item à faceta teve 100% de concordância. Este instrumento recebeu o nome de Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura (EPRAS). O segundo requisito foi direcionado para realizar a coleta de dados, análises estatística e discussão. O local da pesquisa se deu no Distrito Federal e em vários estados do Brasil. A amostra teve 629 participantes, envolvendo sexo masculino e feminino, várias faixas etárias, policiais, servidores públicos, estudantes, professores, assim como de vários outros segmentos sociais, bem como residentes em vários estados e cidades do Brasil. Foram utilizadas a EPRAS, o PVQ-R de Schwartz et al., (2012), e um Questionário sociodemográfico de doze itens. Os dados foram coletados pelo *Google Forms*. O contato com os respondentes se deu por telefone, tendo como meio principal a ferramenta *WhatsApp*. Os dados foram submetidos à Análise Fatorial Exploratória (AFE) e Análise Fatorial Exploratória Confirmatória (AFC). Pela AFE foram realizados os testes de KMO e Bartlett da amostra coletada, o KMO foi 0,885, acima de 0,7. Ao final a EPRAS ficou com estrutura final de dois fatores e com 20 itens. O teste de Bartlett que mede a multicolinearidade dos itens, se mostrou consistente com resultado positivo indicando com isto, que houve multicolinearidade. Com a AFC, observou-se que os índices de fidedignidade com o lambda-4 de Guttman, $\Lambda_4 = 0,94$, que representa a melhor estimativa de fidedignidade de itens numa escala apenas ordenada, e não intervalada, o alfa de Cronbach também obteve valor adequado, $\alpha = 0,91$. Também apresentou $\chi^2 = 231,738$, RMSEA = 0,02 e SRMR = 0,078, todos adequados segundo a literatura. Quanto a sexo, o teste de Mann-Whitmann mostrou diferenças significativas entre a PR e a AT. Assim, no fator 1, percepção de risco, o sexo feminino obteve escores significativamente maiores, $U(629) = 59.844,5$; $p < 0,001$. No fator 2, AT, a situação se repetiu, $U(629) = 44.439,50$; $p = 0,02$. Nas comparações considerando indivíduos Não Policiais versus Policiais foram consideradas as Correlações de Significância de Lilliefors, assim como os Histogramas da PR e AT dos Policiais e Não-Policiais. No teste de Mann-Whitney, este grupo não apresentou diferenças estatísticas, o que indica que tanto Não Policiais quanto policiais têm entendimentos semelhantes quanto ao significado dos fatores da EPRAS.

Palavras-Chave: Valores Humanos; Percepção de Risco; Atitude Segura; Prevenção Criminal

Abstract

Parking lots have been places used for criminal practices, because criminals take advantage of situations of people's distraction and the opportunity to commit various crimes, such as: illegal sales and drug consumption, as well as fights, theft, robbery and various violence. Thus, this work proposes to engage ordinary people as co-responsible for public safety. With this, values, risk perception and safe attitude were studied, that is, three variables that stand out as precursors and predictors of behavior. The general objective of the research was to develop an instrument capable of measuring the Risk Perception (RP) and Safe Attitude (ST) of people when they are part of parking lots. The method comprised two goals, elaboration of an instrument, based on a review of the literature, carrying out two focus groups, as well as categorization of items, evaluation by judges in relation to the categorized items, as well as statistical analysis to verify validity and reliability. The instrument initially had 22 items, which were evaluated by five judges. Thus, after calculating the Content Validity Coefficient (CVC), it presented satisfactory items above 0.80. In the item-to-facet correspondence, there was 100% agreement. This instrument was called the Risk Perception Scale and Safe Attitude (RPSSA). The second requirement was directed to perform data collection, statistical analysis and discussion. The research site was in the Federal District and in several states in Brazil. The sample had 629 participants, involving males and females, various age groups, police officers, public servants, students, teachers, as well as from various other social segments, as well as residents in various states and cities in Brazil. The EPRAS, the PVQ-R by Schwartz et al., (2012), and a twelve-item sociodemographic questionnaire were used. Data was collected by Google Forms. Contact with respondents was by telephone, using the WhatsApp tool as the main means. Data were submitted to Exploratory Factor Analysis (EFA) and Exploratory Confirmatory Factor Analysis (CFA). By AFE, the KMO and Bartlett tests of the collected sample were performed, the KMO was 0.885, above 0.7. In the end, EPRAS had a final two-factor structure with 20 items. The Bartlett test, which measures the multicollinearity of the items, was consistent with a positive result, indicating that there was multicollinearity. With the CFA, it was observed that the reliability indices with Guttman's lambda-4, $\Lambda_4 = 0.94$, which represents the best estimate of reliability of items in only ordered scale, and not with intervals, the Cronbach's alpha also obtained adequate value, $\alpha = 0.91$. It also presented $\chi^2 = 231.738$, RMSEA = 0.02 and SRMR = 0.078, all adequate according to the literature. As for gender, the Mann-Whitmann test showed significant differences between RP and SA. Thus, in factor 1, risk perception, females had significantly higher scores, $U(629) = 59,844.5$; $p < 0.001$. In factor 2, ST, the situation was repeated, $U(629) = 44,439.50$; $p = 0.02$. In the comparisons considering Non-Police versus Police individuals, Lilliefors' Significance Correlations were considered, as well as the RP and SA Histograms of Police and Non-Police. In the Mann-Whitney test, this group did not show statistical differences, which indicates that both Non-Cops and Police officers have similar understandings regarding the meaning of the EPRAS factors.

Keywords: Humans values; Risk Perception; Safe Attitude; Criminal Prevention

Agradecimentos

A realização deste trabalho tornou-se possível mediante um esforço coletivo de vários amigos, que em muitas ocasiões se abdicaram do seu convívio familiar para contribuir de uma forma essencial para a realização deste Mestrado. Desta forma, não posso deixar de agradecer aqui estes familiares e amigos que fizeram e fazem parte da minha história de vida.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que sempre esteve ao meu lado me inspirando e concedendo forças para que cada passo fosse dado no sentido de concluir a jornada. Por sempre ter colocado as pessoas certas no meu caminho, que de um modo especial chegaram e participaram ativamente, me incentivando, orientando e mesmo ensinado para que cada parte do trabalho fosse possível.

À Diva, minha esposa, por ter tido a máxima paciência em tolerar o meu mau humor em momentos difíceis, assim como me incentivar em momentos complexos quando os obstáculos pareciam intransponíveis. Também agradeço ao meu filho Estevão e a minha filha Giovanna pelo carinho, atenção e amor incondicionais durante toda a vida.

Ao meu amigo Isângelo, que me indicou o caminho do PSTO, que além disso leu os meus primeiros textos, corrigiu-os e com a máxima educação foi apontando as coordenadas certas para o meu crescimento nos estudos. Ainda teve um papel essencial em me receber na UnB e me apresentar professores e me incluir no seu seleto grupo de amigos.

Ao meu orientador, Cláudio Torres, pela sua máxima paciência, pela sua orientação sempre oportuna, bem como por ter sempre estado presente nos momentos em que precisei. Ao longo desse trabalho demonstrou ser um profissional exemplar em sala de aula, ser um ser humano dedicado e merecedor dos títulos que possui de professor e mestre.

Ao meu amigo Paulo Henrique Ferreira Alves por sempre estar ao meu lado, dando palavras de incentivo e me indicando os melhores caminhos a serem seguidos para minimizar os problemas e facilitar a realização do trabalho.

Aos membros de minha banca de dissertação: Profa. Dra. Cristiane Faiad, Prof. Dr. Thiago Gomes Nascimento e Prof. Dr. Márcio Mattos. Suas contribuições foram imprescindíveis para o resultado deste trabalho. Muito Obrigado!

Agradeço aos meus amigos e amigas que me apoiaram muito durante a realização deste trabalho. Neste rol destacam-se Leonardo Borges, a Jeanine, Valéria Blanco, Thiago Gomes, Guilherme Macedo, assim como todos os demais que sempre estiveram presentes.

Um agradecimento também especial aos meus professores do PSTO, Cláudio Torres, Fábio Iglesias, Hartmut Günther, Juliana Porto, Cristiane Faiad, Ronaldo Pilati, André Rabelo, Luiz Pasquali e Josemberg, que sempre demonstraram excelência de trabalho e extrema competência em transmitir conhecimentos em sala de aula e fora dela.

À colaboração essencial de Victor Souza, na fase de coleta de dados, assim como na tabulação destes, contribuição que foi uma parte essencial e complexa do trabalho de pesquisa. Não tenho como agradecer-lo.

Lista de Tabelas

Tabela 1 Definições de valores, conforme descrito por Rohan (2000)	36
Tabela 2 Os 19 Valores da Teoria Refinada e Seus Valores Originários	38
Tabela 3 Categorização dos Itens a Partir dos Dados Obtidos com os Grupos Focais de Não-Policiais e Policiais	59
Tabela 4 Avaliação de Juízes do Instrumento Percepção de Risco e Comportamento Seguro.....	61
Tabela 5 Teste de KMO e Bartlett da amostra coletada	70
Tabela 6 Variância Total Explicada Segundo a Análise de Componentes Principais	71
Tabela 7 Comunalidades entre os itens da Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura...74	
Tabela 8 Matriz Padrão da Estrutura Fatorial da EPRAS com Quatro Fatores	76
Tabela 9 Matriz Padrão da Estrutura Fatorial com Três Fatores	78
Tabela 10 Matriz padrão da estrutura fatorial com 2 fatores	80
Tabela 11 Comparação entre Modelos da Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura com o Estimador de Mínimos Quadrados Ponderados Diametralmente	82
Tabela 12 Estimadores de CFA para Dados Ordinais	85
Tabela 13 Tipos Motivacionais da Teoria de Valores de Schwartz em Ordem Decrescente de Importância para a Amostra Completa (n =627)	86
Tabela 14 Tipos Motivacionais da Teoria de Valores de Schwartz em Ordem Decrescente de Importância Comparando Policiais (n = 323) e Não-Policiais (n =304)	87
Tabela 15 Correlações entre os Escores de Percepção de Risco e Atitude Segura e os 19 Motivacionais da Teoria do PVQ-R	90
Tabela 16 Testes de Normalidade para os Fatores Percepção de Risco e Atitude Segura dividido por Sexo	92
Tabela 17 Testes de Normalidade da Percepção de Risco e Atitude Segura dos Policiais e	

Não-Policiais	93
Tabela 18 Teste de Mann-Whitney para Amostras Independentes	94

Lista de Figuras

Figura 1 Diagrama Adaptado de Ajzen e Madden (1986) Associando Fatores Externos Que Afetam a Intenção, Que É Preditora do Comportamento	29
Figura 2 Círculo Com o Continuum dos Valores de Acordo com a Teoria Refinada de Schwartz et al., (2012)	39
Figura 3 Diagrama ilustrando a evolução da Teoria de Valores Humanos de Schwartz	40
Figura 4 Figura Adaptada de Felson et al, (1998) Ilustrando Em Analogia Os Componentes Necessários Para a Produção do Crime: Ofensor Motivado, Guardiã Capaz e Alvo Fácil ...	44
Figura 5 Dendrograma do tipo “filograma”, com base na classificação do método de Reinhart criado com base no corpus das falas dos não policiais	56
Figura 6 Dendrograma do Método de Reinhart Criado com Base no Corpus das Falas dos Policiais	58
Figura 7 Diagrama de Sedimentação da Escala de Percepção de Riscos e Atitude Segura	72
Figura 8 Soluções Não-Gráficas para o Diagrama de Sedimentação da Escala de Percepção de Riscos e Atitude Segura	73
Figura 9 Diagrama de Árvore da Análise Fatorial Confirmatória Contendo os Valores Padronizados de Regressão entre os Itens e os Fatores da EPRAS	83
Figura 10 Histogramas de Percepção de Risco e Atitude Segura dos Participantes que Marcaram Ser do Sexo Masculino ou do Sexo Feminino	93
Figura 11 Histogramas da Percepção de Risco e Atitude Segura dos Policiais e Não-Policiais	94

Sumário

Resumo	4
Abstract	5
Agradecimentos	6
Lista de Tabelas	8
Lista de Figuras.....	10
Introdução	14
Delimitação do Problema – Estacionamentos.....	18
Perguntas de Pesquisa.....	20
Objetivos.....	20
Justificativa	21
Referencial Teórico.....	24
Atitude.....	24
Risco e Percepção de Risco	31
Valores Humanos Individuais (Panorama Histórico)	34
Valores Humanos Individuais (Panorama Atual)	35
Crime e Criminologia	41
Dinâmica do Crime – Como os Crimes Ocorrem.....	43
Estacionamentos	47
Estudo 1 - Construção da Escala.....	48
Método.....	48

Participantes	49
Grupos Focais	50
Instrumentos.....	50
Procedimentos.....	51
Resultados	54
Estudo 2	65
Objetivo.....	65
Método	65
Participantes (Amostra)	65
Instrumentos.....	66
Procedimentos.....	67
Aplicação do Teste.....	68
Análise Estatística.....	68
Análise Fatorial Exploratória.....	69
Análise Fatorial Confirmatória	69
Resultados	70
EPRAS	70
Interpretação	84
PVQ-R.....	86
Valores de Policiais e Não-Policiais	87
EPRAS e PVQ-R	89

Comparações.....	91
Pressupostos Estatísticos.....	91
Testes	94
Discussão	95
Referências.....	106

Introdução

Ao realizar uma pesquisa na literatura com a finalidade de encontrar fundamentação teórica para dar início ao trabalho, foi verificado que com o crescimento das cidades surge um novo padrão de criminalidade, de maneira que delinquentes se aproveitam do anonimato facilitado pelas grandes multidões atacando suas vítimas e se escondendo logo em seguida, com fim de evitarem ser presos (Felson, M., & Boba, 2010). Neste cenário vários crimes como vendas ilegais e consumo de drogas, bem como brigas, furtos, roubos e violências diversas se consumam com grande facilidade em razão desse modelo de ambiente urbano.

Neste panorama de violência urbana, a segurança pública no Brasil tem sido motivo de muita discussão e tem assumido grande impacto na qualidade de vida da população (Sapori, 2007). O artigo 144 da Constituição (1988) põe o Estado como garantidor da segurança pública, mas também impõe que tal pressuposto é também responsabilidade de todos.

Assim, apesar dos esforços das polícias, não é razoável pensar em policiais em todas as localidades o tempo inteiro; conseqüentemente, as pessoas se encontram sem este recurso na maior parte do tempo. Como esses indivíduos não podem contar com os agentes de segurança pública para proteção na maior parte do tempo. Nestas situações de ausência física do Estado, as pessoas precisam cuidar de sua segurança pessoal a despeito de não receberem nenhum treinamento do tipo pelo Estado. Neste sentido há um desafio na educação e conscientização dessas pessoas para que se comportem de tal modo que não sejam vistas como alvos fáceis e interessantes por potenciais criminosos.

Para cumprir o seu dever constitucional, a PMDF tem executado diversas modalidades de serviço de policiamento no Distrito Federal e Entorno com a incumbência de “Promover a segurança pública e o bem-estar social através da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação

comunitária”, Portaria n. 1.145 (2020, p. 16). Os crimes combatidos ocasionalmente são de natureza leve ou de natureza mais gravosa, envolvendo roubos e mesmo latrocínios e homicídios. Apesar desse esforço contínuo, quanto à prevenção e manutenção da segurança pública, sempre há algo mais a ser feito no sentido de tornar as pessoas mais seguras.

Aliado aos diversos trabalhos voltados para a Segurança Pública, o Estado tem ido mais além, de maneira que nos últimos anos, uma das formas encontradas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) para baixar os índices de criminalidade na região tem sido o uso de teorias e técnicas baseadas em evidências estudadas na Psicologia. Justifica-se tal conduta na medida em que a psicologia da segurança tem uma relação forte como uma área da psicologia que tem como objeto de estudo o componente de segurança do comportamento humano (Meliá Navarro, 1999).

Com isto, pressupondo-se que as características locais e de cultura podem influenciar nos comportamentos exibidos, uma breve revisão nas bibliotecas eletrônicas revelou que a literatura relevante não é particularmente desenvolvida quando se trata do contexto brasileiro. Desta forma, integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF) têm estudado, realizado pesquisas e desenvolvido artigos, dissertações e teses em laboratórios de Psicologia da Universidade de Brasília como é o caso de Costa (2017), que tem trabalhado no sentido de promover a segurança pública por meio do *design* do ambiente—CPTED.

Desta forma, com fim de preencher uma lacuna de produção científica focada nos transtornos ambientais e estruturais, atualmente Costa (2017) vem desenvolvendo pesquisas que abordam a temática da prevenção criminal pelo *design* do ambiente (*Crime Prevention Through Environmental Design - CPTED*). Neste sentido ele traz uma abordagem que assegura que características físicas dos espaços construídos ou naturais podem reduzir o crime.

De acordo com Costa (2017), há várias décadas a CPTED vem sendo empregada via intervenções urbanas de baixo custo em parceria com comunidades locais em países anglo-saxões. No estudo desenvolvido, cálculos estatísticos revelaram efeitos da territorialidade e da vigilância natural na redução do medo do crime e aumento da sensação de segurança. A pesquisa então desenvolvida pelo autor apresentou evidências de viabilidade de se utilizar CPTED no contexto brasileiro.

Mesmo existindo estudos de especial importância, ao realizar esta pesquisa literária, foi observado que há uma lacuna em estudos voltados para orientação das pessoas quanto ao modo de se comportarem com segurança em estacionamentos públicos e privados de livre circulação. Neste sentido, foi percebido que esta temática poderia ser objeto de pesquisa.

Deste modo, foi considerado que algo precisa ser feito quanto ao comportamento de segurança das pessoas quando integram espaços públicos e privados de livre circulação. Para tanto foram considerados três construtos, Atitude, Percepção de Risco e Valores. Estes construtos, segundo estudos no âmbito da Psicologia Social, podem funcionar como modeladores do comportamento humano (Ros, 2006 & Carochinho, 2011).

As atitudes, segundo Pimentel e Gunther (2011), têm sido alvo de estudos há muito tempo na Psicologia Social, tendo sua utilidade destacada para a predição de comportamentos importantes na sociedade (Alves, 2018). Para a Psicologia Social atitudes são orientações valorativas no que diz respeito ao mundo, de qualquer componente do ambiente que possa ser representado psicologicamente, ou seja, são parâmetros avaliativos sobre um objeto, seja ele físico ou social (Torres e Carneiro, 2015; Alves, 2018).

Segundo Ros (2006) as atitudes são constituídas pelos componentes cognitivo, avaliativo e comportamental. Quanto ao cognitivo ele encontra-se ligado às informações que se tem sobre um objeto; o avaliativo diz-se da relação de afeto ou desafeto em relação a ele;

já o comportamental encontra-se ligado à intenção ou comportamento que se tem em relação a esse objeto (Ros, 2006; Alves, 2018).

Quanto ao construto Percepção de Risco, Kasperson et al. (1988) afirma que o estudo das percepções de risco desempenha um papel fundamental em um processo denominado amplificação social do risco. De modo que, quando a amplificação social é desencadeada, por meio da percepção de risco, torna-se possível visualizar uma ocorrência de um evento adverso, que pode ser um acidente maior ou menor, uma descoberta de poluição, um surto de doença, um incidente de sabotagem, uma ocorrência criminal, e assim por diante. A amplificação do risco reflete o fato de que os impactos adversos de tal evento às vezes se estendem muito além dos danos diretos às vítimas e propriedade e pode resultar em impactos indiretos massivos (Slovic, 2010).

Tendo em vista que este trabalho estuda atitudes e valores, torna-se relevante considerar também o papel que os valores exercem sobre as atitudes, decisões e comportamentos (Torres et al., 2015). Segundo Torres et al., (2016) vários pesquisadores incluindo sociólogos como Williams (1968) e antropólogos como Kluckhohn (1951) já viam os valores como critérios utilizados pelas pessoas para avaliação de suas ações, de outros indivíduos e de eventos (Alves, 2018). Pesquisadores como Rokeach (1968) e Schwartz (1992) conceituam valores como crenças relativamente estáveis, ligadas à emoção e que geram sentimentos, assim como um construto motivacional que orienta as atitudes das pessoas.

Shalom Schwartz foi o maior destaque no que se relaciona em pesquisas na temática de valores em Psicologia, de maneira que ele, ao lado de Rokeach, se devotaram a salientar a relação entre os valores pessoais e o comportamento das pessoas (Ros, 2006; Alves, 2018). Esse autor desenvolveu a teoria de Valores Humanos básicos considerada um marco no estudo dos valores na Psicologia (Torres et al., 2016). Essa teoria foi desenvolvida com o

intuito de propor uma teoria unificadora para o campo da motivação humana (Alves, 2018). No início, ela apresentava dez valores, todavia, Schwartz (2012) a revisou de tal modo que ela teve um desdobramento em dezenove potenciais valores, conceitualmente distintos, que representam um contínuo de motivações de maneira mais particularizada (Alves, 2018). Esse instrumento foi chamado de *Portrait Values Questionnaire – Refined* (PVQ-R), (Schwartz, 2012). Foi este instrumento que fora utilizado para coleta de dados desta pesquisa.

Delimitação do Problema – Estacionamentos

Em pesquisa recente Lino e Matsunaga (2018) verificaram que locais como estacionamentos ou o entorno de áreas comerciais funcionam como atratores para o cometimento de crimes de oportunidade, ou seja, aqueles que ocorrem sem planejamento específico do perpetrador, e são motivados pela percepção desde que existam condições ideais para o crime. Os crimes identificados nesse contexto incluem furtos, roubos e estupros. Estes autores sugerem que tais locais, mais do que a maioria dos demais ambientes públicos, podem abrigar condições específicas que oportunizam e motivam criminosos a selecionarem seus alvos.

No combate ao crime, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) coleta dados oriundos da PM-DF e Polícia Civil do Distrito Federal (PC-DF), órgãos que compõem o sistema de segurança pública do Distrito Federal, para o desenvolvimento de inteligência (SSP-DF, s.d.). A questão suscitou a verificação dos dados coletados pela SSP-DF para confirmar se, de fato, ambientes como estacionamentos públicos eram focos de realização de crimes. Ao realizar a busca tendo como referência o ano de 2020, o *output* do sistema revelou um total de 10.362 ocorrências relacionadas à palavra “estacionamento”. Com o intuito de verificar se as ocorrências de fato haviam acontecido dentro dos estacionamentos, uma amostra aleatória de ocorrências foi selecionada, e um pequeno grupo de juízes *ad hoc* foi capaz de confirmar que elas tinham ocorrido ou dentro dos

estacionamentos, ou tendo um estacionamento como referência do ambiente—isto é, foram verificados detalhes do registro e foi constatado que tinham ocorrido em áreas circunvizinhas a esses locais.

Embora estacionamentos públicos e privados de livre circulação estejam relacionados à diversas práticas delituosas, as políticas de segurança pública preventiva, repressiva e aquelas realizadas com uso de outros meios policiais são executadas somente por meio do Estado e de seus recursos. Todavia, cidadãos comuns que não estão ligados à área da segurança pública encontram-se vulneráveis e com medo em muitas ocasiões, sem saber o que fazer para evitar que se tornem alvos fáceis de criminosos nesses locais.

Assim, concentrar energias no envolvimento com a comunidade por meio de aproximação com a população, de modo a associar práticas integradas de gestão, são exemplos de formas adotadas pelo Estado que têm se mostrado eficientes em promover uma aliança entre técnica e política. E nessa aliança, as melhores práticas concentraram suas energias no tripé aproximação com a população, uso intensivo de informações e aperfeiçoamento da inteligência (Lima et al., 2016).

Para os estudos dos diversos problemas relacionados à Segurança Pública em estacionamentos públicos e privados de livre circulação, além dos construtos apresentados na Introdução, foram estudadas algumas teorias preditoras do crime. Assim, foram objetos de pesquisa a teoria da oportunidade de Felson, Carke e Webb (1998), a teoria da escolha racional de Clarke e Derek (1985), a teoria das atividades rotineiras de Felson e Cohen (1980) e a teoria do padrão criminal de Paul e Patrícia (1993). A escolha dessas teorias se deu tendo em vista que elas se mostraram eficientes em explicar a dinâmica de crimes em outros países. O estudo detalhado destas teorias encontra-se elencado no Referencial Teórico desta dissertação.

Perguntas de Pesquisa

Observa-se que a sociedade não é homogênea, de tal modo que ela é composta por diversas divisões físicas ou sociais. Duas categorias que foram consideradas nesta pesquisa referem-se a dois grupos, sendo o primeiro composto por policiais e não policiais, e o segundo composto por homens e mulheres. A escolha desses grupos se deu tendo em vista a especificidade de cada grupo, de modo que o primeiro, policiais e não policiais, foi escolhido tendo em vista que a primeira parte desse grupo recebe treinamento de segurança oferecido pelo estado e o segundo não. Já o segundo grupo foi escolhido em razão de que normalmente o sexo feminino é visto com sendo mais frágil, e por esse motivo, em muitas ocasiões as mulheres tornam-se mais atratoras por criminosos para o cometimento de crimes do que os homens de um modo geral.

Diante do que se apresenta, foram consideradas as questões de pesquisa a seguir:

- É possível mensurar a percepção de risco e a atitude segura relacionados à segurança de não policiais e policiais em contextos de estacionamentos públicos e privados de livre circulação?
- Existem diferenças na percepção de risco e na atitude segura em termos de um determinado perfil social ou em relação aos valores?

Objetivos

Não foi encontrado na literatura um instrumento preciso o bastante para medir o construto percepção de risco e atitude segura em estacionamentos públicos e privados de livre circulação.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi construir um instrumento para medir a percepção de risco e a atitude segura em estacionamentos públicos e privados de livre circulação, bem como verificar se há diferença entre os Valores Individuais de não policiais e policiais.

A partir do objetivo geral, delimitam-se os seguintes objetivos específicos:

- Obter e interpretar evidências de validade em relação à escala ora em construção.
- Caso o primeiro objetivo específico seja atingido, medir a Percepção de Risco e a Atitude Segura de não policiais e policiais no contexto de estacionamentos públicos e privados de livre circulação.
- Caso o primeiro objetivo específico seja atingido, medir a Percepção de Risco e a Atitude Segura de pessoas do sexo masculino e feminino no contexto de estacionamentos públicos e privados de livre circulação.
- Mensurar e comparar os Valores Humanos Individuais, conforme proposto por Schwartz et al. (2012) e Torres et al., (2016), em amostras constituídas por não policiais e policiais.
- Analisar ao final se o conteúdo trabalhado por meio desta dissertação pode servir como orientação para a prevenção criminal.

Justificativa

A cada instante diversos crimes ocorrem simultaneamente em todas as partes do mundo. Neste sentido, ainda que a violência urbana tenha sido motivo de debates ao longo do tempo, o fenômeno da criminalidade tem atingido proporções bem mais elevadas nos últimos anos, como o caso brasileiro (Nascimento et al., 2016). Parte da explicação desse fenômeno está associada à globalização e ao desenvolvimento tecnológico, o que possibilitou o surgimento de outros crimes, como os crimes cibernéticos. Ainda assim, diversos crimes comumente reportados permaneceram ocorrendo e estão se acentuando, como é o caso de homicídios, roubos, tráfico de drogas, violência contra a mulher, que estão sendo praticados com crueldade exacerbada e têm atingido proporções alarmantes (Costa, 2005).

Com isto, com vistas a prevenir ou minimizar tais ocorrências de crimes, coloca-se em debate a questão da Segurança Pública, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, a qual encontra-se delineada no caput do artigo 144 da Constituição Federal de 1988 como atribuição do Estado, mas também inclui todas as pessoas como atores responsáveis em promovê-la (Constituição, 1988). Assim, ainda nesse dispositivo constitucional quando se fala em Estados e Distrito Federal, têm-se as polícias civis, inciso IV, e as polícias militares e corpos de bombeiros militares, inciso V, como os órgãos públicos oficiais responsáveis pela sua execução. Estes segmentos de polícias do Brasil têm atribuições distintas, de modo que cabe à Polícia Militar a responsabilidade pelo policiamento ostensivo e prevenção criminal, e à Polícia Civil a responsabilidade de polícia judiciária tendo como incumbência a investigação criminal (Matrak, 2008).

Para o exercício da cidadania as pessoas têm que participar das esferas representativas no que diz respeito aos processos decisórios (Serrano, 2010). Este autor defende que tanto a formulação quanto a execução das políticas públicas, não importando a área de atuação, devem perpassar as instituições públicas por meio da participação de cada indivíduo seja ele agente do estado ou pessoa comum no exercício da sua cidadania, pois só por meio da participação popular torna-se possível consolidar a democracia.

Neste sentido, o grande desafio dos gestores públicos e dos profissionais de segurança pública está em engajar os não policiais no processo de segurança pública e de paz social. Este processo extravasa a esfera do direito apenas de cidadão, de modo que coloca cada indivíduo também como participante essencial nesse contexto da segurança pública e como corresponsável por colaborar com os organismos de segurança, seja em ações institucionais ou em comportamentos pessoais adotando condutas seguras e de prevenção.

É possível constatar que o Governo Federal, por meio do Fundo Constitucional, Lei n. (2002), fornece ao Distrito Federal condições no sentido de garantir e promover a segurança

pública por meio de recursos financeiros. Neste sentido propiciam às Instituições Policiais meios para composição da sua estrutura física que engloba edifícios, viaturas, equipamentos e o mais importante, policiais treinados e capacitados para promoção da prevenção criminal (Lei n. 10.633, 2002). Por outro lado, também é possível ver que crimes continuam acontecendo, sejam eles simples ou de natureza mais gravosa. Mesmo diante da complexidade que o caso apresenta, no Brasil, cidadãos ordinários, gestores públicos, policiais, dentre outros, possuem bem pouco a fazer com vistas à prevenção criminal, em termos práticos e imediatos.

Assim, a prevenção criminal constitui um dos desafios enfrentados pelos gestores públicos, bem como pelos profissionais de segurança pública. Neste sentido, uma das formas de trabalhar a prevenção criminal diz respeito a tornar mais seguro os estacionamentos, sejam eles públicos ou privados de livre circulação, desmotivando criminosos no sentido de evitar que crimes ocorram nesses ambientes. Apesar do Estado contar com um sistema policial especialmente treinado e armado para o combate da criminalidade, ele não consegue cumprir tal missão sozinho, tendo em vista que os seus agentes não podem estar em todos os lugares ao mesmo tempo, assim há a necessidade de engajar as pessoas comuns, que não receberam treinamento específicos para a defesa própria ou de outras pessoas.

Além desta questão prática ora abordada, o trabalho também considera o lado teórico do estudo, de modo que pretende-se com esta dissertação contribuir confirmando a hipótese de pesquisa no sentido de que as pessoas comuns, não policiais, podem contribuir para a segurança pública por meio da sua percepção de risco e de sua atitude segura. Embora este tema seja debatido na Psicologia da Segurança no Trabalho, ele apresenta uma lacuna no debate acadêmico no que se refere ao estudo de atitude segura das pessoas quando estão em estacionamentos públicos ou privados de livre circulação. Quanto ao lado prático, objetiva-se que com o conhecimento da raiz do problema, que leva pessoas a se tornarem vítimas de

ofensores, assessorar os gestores quanto a tomadas de decisão no desenvolvimento de políticas de segurança pública no tocante à prevenção criminal.

Referencial Teórico

O modelo teórico desta dissertação foi construído com o fim de atender os requisitos da pesquisa, no sentido de torná-la mais objetiva e didática com um melhor nível de compreensão e entendimento. Com isto, foi necessário trazer ao trabalho alguns elementos, que embora não componham o conjunto das variáveis da pesquisa, são essenciais para se entender a pesquisa proposta.

Desta maneira, a pesquisa literária compreendeu um estudo detalhado de Atitude, Percepção de Risco e Valores. Além dessas variáveis também foi necessário realizar uma imersão na literatura com o fim de trazer ao arcabouço teórico um melhor entendimento sobre Crime e Criminologia, sobre a Dinâmica do Crime – Como Eles Ocorrem e por último, os Estacionamentos, local escolhido para investigação quanto à Percepção de Risco e Atitude Segura dos seus usuários. Para uma explicação pormenorizado da Dinâmica do Crime, foram abordadas algumas teorias ecológicas, tais como: a teoria da oportunidade de Felson, Carke e Webb (1998/2017), a teoria da escolha racional de Clarke e Derek (1985), a teoria das atividades rotineiras de Felson e Cohen (1980) e a teoria do padrão criminal de Paul e Patrícia (1993).

Atitude

Todos os dias as pessoas se veem diante de diversas situações que envolvem escolhas de objetos ou mesmo julgamentos de determinadas ideias quanto a serem boas ou ruins. Desta maneira, torna-se difícil acreditar que os indivíduos permaneçam neutros e apáticos diante dessas ocorrências rotineiras. Logo, essas circunstâncias muitas vezes passam por uma ou mais avaliações, sejam positivas ou negativas (Aronson et al., 2015). A essas avaliações

de objetos ou ideias realizadas pelas pessoas dá-se o nome de atitude (Ajzen & Fishbein, 2005).

Segundo Neiva e Mauro (2011) o estudo das atitudes não é recente, de modo que pesquisas envolvendo esse construto datam do início do século passado. Assim, Allport (1935) apresentou o conceito de atitude como uma condição mental e neurológica de presteza, que vem de uma organização exercida por meio de experiências, que exercem uma ação orientada ou dinâmica sobre a resposta do indivíduo a todos os objetos e situações com que se relaciona (Neiva & Mauro, 2011).

Outra definição também relevante do início do século passado vem de Thurstone (1931) que estabelece atitude como um afeto a favor ou contra um objeto psicológico. Dessa definição muitas medidas psicológicas de atitude foram desenvolvidas (Torres et al., 2011). Doob (1947) trata a atitude como uma resposta implícita, produtora de impulsos, considerada socialmente significativa na sociedade do indivíduo. A partir dessa análise é possível perceber uma posição behaviorista e a não inclusão do comportamento ostensivo, sem negar a influência da atitude sobre tal comportamento (Neiva & Mauro, 2011).

Dois pesquisadores Thurstone e Rensis Likert concederam contribuições muito importantes para o estudo das atitudes ao desenvolverem várias maneiras de medir esse construto, tal cooperação veio com o Método do Intervalo de Aparição Igual de Thurstone (1928), bem como a escala Likert (1932). Essas pesquisas foram consideravelmente influentes tendo em vista terem demonstrado que as atitudes podem ser mensuradas de forma quantificável, o que abriu caminho para o surgimento da disciplina (Macedo, 2017).

Quanto à origem das atitudes no sentido de direcionar as avaliações que cada pessoa tem em relação a ideias ou objetos, pode ser em razão de herança genética (Conway et al., 2011). A sustentação para essa afirmação veio de um estudo envolvendo gêmeos idênticos e fraternos. Nesse estudo, foi demonstrado que mesmo quando criados em lares diferentes os

gêmeos idênticos apresentaram atitudes mais similares em relação a determinados temas que os fraternos (Martin et al., 1986).

Embora algumas atitudes possam ocorrer em consequência de herança genética, a Psicologia Social as estuda em decorrência das experiências sociais, isto porque estas desempenham um papel maior em moldá-las. Logo, os psicólogos sociais direcionaram seus estudos em como tais experiências resultam em diferentes tipos de atitudes. No desenvolvimento de suas pesquisas tais psicólogos identificaram três componentes de atitudes: o cognitivo, o afetivo e o comportamental (Breckler, 1984; Maria Ros, 2006; Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

Do componente cognitivo vem os pensamentos e as crenças que as pessoas formam sobre o objeto que gera a atitude. O que se verifica nessa situação é a atitude de base cognitiva, que tem a função de classificar os pontos positivos e negativos de um objeto para só então dizer se ele nos interessa ou não. Quanto ao componente afetivo, este se verifica em relação às reações emocionais das pessoas em torno do objeto da atitude, o que se vê nesse caso é a atitude de base afetiva, que é fundada mais nos sentimentos e valores das pessoas que em suas crenças sobre a natureza de um objeto de atitude. Já o componente comportamental se refere à atitude baseada nas observações de como as pessoas agem ou se comportam em relação ao objeto da atitude ((Wicker, 1969; Maria Ros, 2006; Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

As atitudes de base afetiva vêm de várias fontes, de modo que podem originar-se dos valores do indivíduo, envolvendo crenças religiosas e morais. Tendo como principal função não retratar um quadro exato do mundo, mas sim tornar válido o sistema básico de valores de cada pessoa (Maio & Olson, 1995). Essas atitudes também podem advir de reações sensoriais, como gostar ou não de um sabor, a despeito do mal que o alimento possa fazer, gostar de estética ou mesmo pode ser fruto de condicionamentos (Hofmann et al., 2010).

No tocante a condicionamentos, estes podem ser clássicos ou operantes. O clássico ocorre por meio de estímulos, de forma que ao se provocar uma resposta emocional, insere-se simultaneamente um neutro e não emocional, de modo que se repita até que ocorra uma associação de tal maneira que o neutro provoque a resposta emocional por si mesmo (Dedonder et al., 2010). Já o operante que é o comportamento que resolvemos executar livremente torna-se mais ou menos frequente mediante a entrega de uma recompensa ou aplicação de punição (Kuykendall & Keating, 1990; Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

Há também atitudes implícitas versus explícitas, no que diz respeito às explícitas pode-se dizer que são aquelas que endossamos e podemos facilmente descrever, caso por exemplo de quando emitimos nossa opinião espontaneamente a respeito de algo. No que concerne às implícitas, estas são involuntárias, incontroláveis e, algumas vezes inconscientes (Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

Outra questão interessante quanto às atitudes vem do fato de que elas podem mudar. Tais mudanças podem ocorrer por motivo de influência social, de tal maneira que embora seja algo tão pessoal e interno, a atitude é um fenômeno grandemente social, podendo ser influenciado pelo comportamento real ou imaginado de outras pessoas. Neste sentido as propagandas, vindas de meios de publicidades diversos exercem um poder altíssimo em relação às atitudes. Isto ocorre tanto em relação à escolha de um presidente quanto à predisposição em adquirir um alimento ou eletrodoméstico (Aronson, Wilson & Akert, 2015).

Há também uma relação muito relevante no que diz respeito às atitudes predizerem os comportamentos, mesmo que tal ligação não seja tão forte (DeBono & Snyder, 1995). O que se deve considerar fortemente nesta situação diz respeito ao conhecimento se o comportamento que se quer prever é espontâneo ou planejado (Fazio, 1990).

Em várias ocasiões as pessoas agem pensando pouco no que estão prestes a realizar, de modo que são levadas a tomarem decisões sem juízo de valor ou a executarem ações

instantâneas sem medir consequências se os seus atos serão bons ou ruins, quando isso ocorre, pode-se dizer que tais indivíduos estão agindo espontaneamente (Aronson, Wilson & Akert, 2015). Isto posto, pode-se dizer que as atitudes predizem o comportamento espontâneo unicamente quando estes são muito acessíveis às pessoas (Fazio, 1990). A acessibilidade da atitude refere-se à força da associação entre um objeto e sua avaliação tipicamente medida (Fazio, 1990 & Fazio et al., 1995). Deste modo, quando a acessibilidade é grande, sua atitude vem à mente sempre que você vê ou pensa no objeto da atitude. Quando é pequena, sua atitude vem à mente mais lentamente. Desta maneira quando as atitudes forem muito acessíveis terão maior probabilidade de prognosticar o comportamento espontâneo, porque há maior probabilidade de que o indivíduo esteja pensando nelas quando chamado a agir (Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

Segundo Aronson, Wilson e Akert (2015) o que torna as atitudes acessíveis é o grau de experiência comportamental que a pessoa tem com o objeto da atitude. De tal sorte que algumas atitudes vêm de experiências práticas, como a das pessoas em relação aos moradores de rua após trabalharem como voluntários em um abrigo para eles. Outras atitudes se formam sem muita experiência, como as da pessoa que apenas lê sobre moradores de rua no jornal. De acordo com Glasman e Albarracín (2006) quanto mais fortes forem as experiências com o objeto da atitude, mais acessível será a atitude, e, portanto, quanto mais óbvios os comportamentos espontâneos serão consistentes com ela.

No tocante ao comportamento deliberado este ocorre quando há tempo suficiente para pensar no assunto, de tal maneira que até mesmo as pessoas com atitudes inacessíveis podem se dar conta de como se sentem (Aronson et al., 2015). Segundo Aronson et al. (2015) a teoria do comportamento planejado de Ajzen (1991) é a teoria mais conhecida no que diz respeito ao estudo de como o comportamento deliberado é predito pelas atitudes. Por essa teoria quando as pessoas têm tempo de refletir quanto ao seu comportamento, a sua intenção

é o melhor prognóstico do comportamento, que é estabelecida a partir de três fatores: as atitudes em relação ao comportamento específico, as normas subjetivas e o controle percebido (Aronson et al., 2015). Na Figura a seguir encontra-se o modelo de Ajzen e Madden (1986).

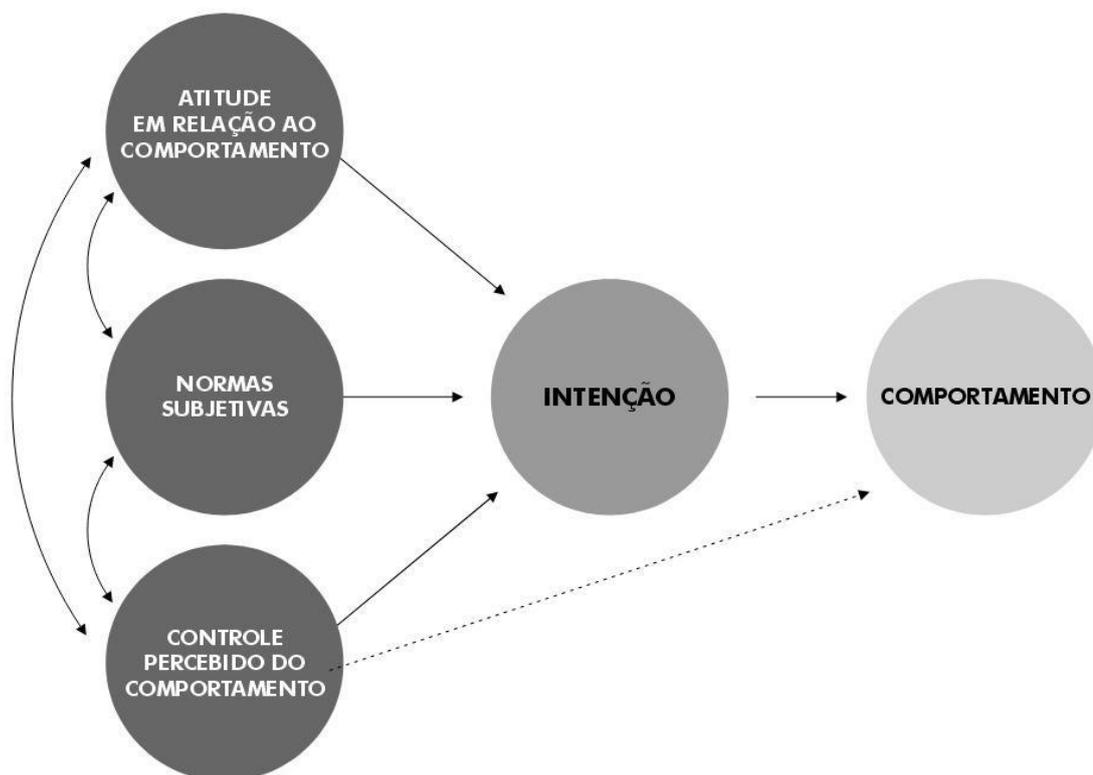


Figura 1

Diagrama Adaptado de Ajzen e Madden (1986) Associando Fatores Externos Que Afetam a Intenção, Que É Preditora do Comportamento

No tocante às atitudes em relação ao comportamento específico, também definidas como atitudes específicas, pela teoria do comportamento planejado pode-se esperar que apenas as atitudes específicas em relação ao comportamento em lide possam prevê-lo (Aronson et al., 2015). Desta feita, para que se encontre uma forte consistência entre atitude e comportamento, se for caso de elaboração de um questionário para, a partir dele, verificar se

determinada atitude prevê um comportamento específico, torna-se necessário que a situação investigada seja detalhada o máximo possível (Aronson et al., 2015).

No que tange às normas subjetivas para analisar a coerência entre a atitude e o comportamento, além de medir as atitudes em relação ao comportamento, é essencial que sejam verificadas as normas subjetivas do indivíduo. Desse modo, tomando como exemplo a questão de um indivíduo que tem atitude desfavorável à determinada música, ao avaliar se ele iria a um show desse tipo musical poder-se-ia concluir prontamente que ele não iria. Nada obstante, no momento em que se considera uma norma subjetiva, como é o caso dele receber um convite do seu melhor amigo, ou de alguém que ele esteja querendo impressionar, pode-se fazer uma previsão diferente (Aronson et al., 2015).

Com respeito ao controle percebido do comportamento, pode-se concluir que as intenções influenciam bastante na maneira como o indivíduo acredita que tem capacidade de realizar determinado comportamento (Ajzen & Madden, 1986). Deste modo, quando há uma predisposição consciente, natural e espontânea para realizar algum tipo de comportamento específico como usar preservativo quando se faz sexo, por exemplo, torna-se bem coerente acreditar que a pessoa praticará o sexo seguro no momento da relação sexual (Aronson et al., 2015).

A atitude também pode ser concebida como processo no qual alguém capta cognitivamente uma situação e depois decide como tem de agir. É comum também fazer uma ligação das atitudes com a estrutura social por meio dos valores (Ros, 2006). Para muitos autores o valor social é qualquer dado que tenha conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e significado a respeito do qual se seja ou se possa ser objeto de atitude (Thomas & Znaniecki, 1918/1920). Destarte, enquanto a atitude apresenta um significado intrassubjetivo, o valor vem com outro significado intersubjetivo e extrasubjetivo. Assim, os

valores são concebidos em relação a atividades e são um antecedente da tradição atual da psicologia social, que estuda os valores ligados a metas (Ros, 2006).

Risco e Percepção de Risco

Riscos não são invenção da atualidade, de modo que ao se propor a descobrir novos países e continentes, viajantes—como Colombo—certamente aceitaram riscos. Mas esses eram riscos pessoais, não perigos globais como os que surgem para toda a humanidade da fissão nuclear ou do armazenamento de lixo radioativo, por exemplo. Dada a sua importância, os riscos passaram a ter destaques em estudos acadêmicos já nos séculos XIX e XX, quando essa temática passou a fazer parte do rol de pesquisas em razão de várias ocorrências que passaram a surgir em decorrência da Revolução Industrial (Clarke & Beck, 1994).

O estudo sistemático dos riscos começou com o artigo seminal de Chauncy Starr sobre risco e voluntariedade (Starr, 1969; Kates & Kasperson, 1983; Covello, 1983; Aven & Renn, 2010). Outros estudos sobre risco datam do início dos anos 1950, quando foram projetados programas de exploração espacial, período em que, concomitantemente, foram desenvolvidas e implementadas ferramentas probabilísticas de análise de segurança (Kolluru et al., 1995; Aven & Renn, 2010). Ainda há trabalhos que associam os primeiros estudos de avaliação de risco de usinas químicas ou nucleares com o início da pesquisa de risco (Pidgeon et al., 1992). Com isto, verifica-se que embora o risco faça parte do cotidiano dos indivíduos há muito tempo, a preocupação com o risco é um fenômeno bastante recente na sociedade contemporânea e, portanto, ainda é um tema emergente na longa tradição de análise científica (Aven & Renn, 2010).

É certo que o risco sempre fez parte da existência humana, de sorte pesquisas nessa temática começaram tão cedo quanto o ser humano começou a refletir sobre a possibilidade de sua própria morte e a contemplar ações para evitar situações de perigo. A ferramenta matemática fundamental para avaliação de risco, a teoria da probabilidade, foi desenvolvida

séculos antes das análises de risco reais serem realizadas em sistemas técnicos. No entanto, uma tentativa científica sistemática de estudar os riscos na sociedade e profissionalizar as agências de gestão de risco é uma adição bastante recente (Aven & Renn, 2010).

Segundo Aven e Renn (2010) há pelo menos quatro situações que interessam no estudo do risco. A primeira presume que os seres humanos têm agências e que podem escolher entre uma variedade de opções comportamentais. Desta forma, pressupõe-se que os indivíduos podem agir de forma inteligente optando por decisões estratégicas que possam colocá-los longe dos perigos e riscos. A segunda refere-se ao fato do risco ter se tornado parte essencial da sociedade moderna que foi adotada por muitos estudiosos e tem inspirado muitas análises sobre os fundamentos da modernização e da evolução das estruturas de governança relacionadas à gestão de incertezas em um mundo repleto de contingências. A terceira está ligada à situação do risco não ser apenas um assunto acadêmico fascinante. De modo que ele tem um impacto direto sobre nossa vida, tendo em vista que as pessoas morrem, sofrem, ficam doentes ou experimentam perdas graves porque ignoram ou julgam mal os riscos. Também por terem calculado mal as incertezas ou terem tido muita confiança em sua habilidade de dominar situações perigosas. Por último, a quarta apresenta a situação de que o risco não pode ser compreendido apenas por uma disciplina, de maneira que se torna necessário que ele seja objeto de estudos e pesquisas pelas disciplinas médicas, estatísticas, engenharias, sociais, culturais, econômicas e jurídicas.

Quanto ao conceito de risco, embora pareça ser óbvio quanto à clareza e definição, não se trata de uma tarefa fácil defini-lo. Isto porque o seu conceito é extremamente complexo, tendo em vista que além de demandar fatores científicos, está associado intrinsecamente a elementos sociais e sua percepção (Slovic, 2010). Uma definição usada diz respeito a caracterizar o risco como a chance de lesão, dano ou perda (Webster, 1983; Slovic, 2010). Outra concepção de risco tendo como parâmetro abordagens qualitativas, traz o

entendimento de que ele incorpora considerações como incerteza, medo catastrófico potencial, controlabilidade, equidade, bem como a previsão de eventos danosos para o futuro das gerações (Slovic, 1987).

Após esta breve conceituação sobre o risco, torna-se essencial para o estudo fazer também uma análise sobre a percepção de risco. Neste sentido, pode-se fazer um questionamento sobre o motivo pelo qual o estudo da percepção de risco é também importante. Coadunando com esta ideia, Kaspersen et al. (1988) afirma que o estudo das percepções de risco desempenha um papel fundamental em um processo denominado amplificação social do risco. De modo que, quando à amplificação social é desencadeada, por meio da percepção de risco, torna-se possível visualizar uma ocorrência de um evento adverso, que pode ser um acidente maior ou menor, uma descoberta de poluição, um surto de doença, um incidente de sabotagem, uma ocorrência criminal, e assim por diante. A amplificação do risco reflete o fato de que os impactos adversos de tal evento às vezes se estendem muito além dos danos diretos às vítimas e propriedade e pode resultar em impactos indiretos massivos (Slovic, 2010).

No que diz respeito à percepção de risco, trata-se de um conceito destinado a esclarecer uma tomada de decisão de determinados comportamentos, fazendo parte também de um julgamento intelectual sobre o evento em questão (Sjobergl, 1998; Torquato, 2011). A percepção de risco também pode ser considerada uma questão de probabilidade subjetiva (Sjöberg, 2000). Pode-se entender como probabilidade subjetiva o julgamento subjetivo de especialistas sobre as probabilidades de alguns eventos ocorrerem. Assim, a qualidade da análise torna-se parcialmente dependente das propriedades da percepção humana e do julgamento de probabilidade (Sjoberg, 1979).

Valores Humanos Individuais (Panorama Histórico)

Desde a antiguidade usa-se a palavra valor, nada obstante no início esse termo referia-se à utilidade ou preço atribuído a bens materiais ou mérito das pessoas. No âmbito da Filosofia o seu uso veio quando o seu sentido foi generalizado para qualquer objeto de escolha ou de preferência. Os estóicos foram os primeiros a introduzirem esse termo no domínio da ética e passaram a chamar de valor os objetos de escolhas morais (Abbagnano, 2007).

Na Grécia Antiga, os Valores foram definidos por Aristóteles como algo que todos têm desejo de conseguir em contraponto ao que deveria ser desejado (Aristóteles, 350 a. C./2001). Há também diferentes pontos de vista emitidos por Sócrates, Platão e os sofistas. Assim, Sócrates impõe a validade universal do valor, por este sofrer avaliação de um juízo de verdade. Já os sofistas atribuem aos valores relatividade e subjetividade, indicando que os seres humanos são dependentes dos valores, que sofrem influências das coisas que são e das coisas que não são. Por último, Platão apresenta sua preocupação no sentido de que a verdade deve ser buscada por meio de princípios da racionalidade, considerando a limitação em captar a realidade de todo o ser humano, de modo que esta racionalidade permita a aproximação com os valores supremos: o eterno, o imutável, as essências e as ideias (Paulino, 2006).

Em tempos mais recentes valores e normas foram relacionados, de modo que valor foi definido como o dever ser de uma norma, que não poderia se manifestar unicamente em sentido prático, necessitando, portanto, de estar amparada pela verdade, bondade e beleza das coisas julgáveis (Kant, 1788/2016). Muitos filósofos seguem esse entendimento, reconhecendo, de um lado, que o valor está presente ao homem e suas atividades na forma de um dever ser e, por outro lado, supõe que seja independente e indiferente ao mundo humano. “Assim, o valor é considerado como uno, universal e eterno, isto em confrontação à

multiplicidade, particularidade e mutabilidade das manifestações concretas das quais deveriam ser a regra” (Goergen, 2005, p. 987).

É certo que o estudo dos valores passou pela Filosofia, Antropologia chegando até a Psicologia que teve em Allport o pioneiro no estudo dessa temática (Torres et al., 2016). Ele recebeu tal evidência no momento em que participou da elaboração do instrumento *Study of Values*, que foi o primeiro para avaliação dos valores (Tamayo & Porto, 2009). O trabalho de construção deste instrumento se deu junto a Allport et al. (1951). Allport destacou-se também por apresentar uma consorciação do estudo dos valores com cultura, pondo um como parte do outro, no sentido de tornar a vida possível de ser compreendida e mais eficiente (Allport, 1969).

Hofstede, (1980), ao pesquisar valores destacou-se com trabalhos em nível cultural de análise, de modo que identificou dimensões culturais ou agregações de valores, que conferiram à cultura um caráter de variável preditora (Torres et al, 2016). Assim, tanto Rokeach quanto Schwartz se dedicaram a salientar a relação entre os valores pessoais e o comportamento das pessoas (Ros, 2006). Embora esses autores ora citados tenham relevantes pesquisas na psicologia no que concerne ao estudo de valores, Shalom Schwartz detém o maior destaque nessa abordagem com sua teoria de Valores Humanos Básicos considerada como marco no estudo dos valores na Psicologia (Torres et al., 2016). No desenvolvimento dessa teoria ele propôs uma teoria unificadora para o campo da motivação humana. No início, ela apresentava dez valores, todavia ela passou recentemente por uma revisão com desdobramento em dezenove potenciais valores, conceitualmente distintos, que representam um contínuo de motivações de maneira mais particularizada (Alves, 2018).

Valores Humanos Individuais (Panorama Atual)

Os valores têm sido objeto de estudo de diversas ciências como pôde ser visto na revisão ora apresentada, de tal maneira que a literatura traz vários conceitos para este termo.

Apesar das conceituações históricas, ora descritas, serem relevantes torna-se necessário e didático apresentar mais algumas definições comumente utilizadas para o termo valor. Para tanto, foi incorporado a este trabalho uma adaptação do trabalho de Rohan (2000), que faz um apanhado de alguns conceitos vistos na literatura, conforme se vê a seguir:

Tabela 1

Definições de Valores, Conforme Descrito por Rohan (2000).

Autor/Ano	Definição
Lewin (1952, p. 41)	Considera que valores influenciam o comportamento, mas não têm o caráter de um objetivo (ou seja, de um campo de força). Por exemplo, o indivíduo não tenta “alcançar” o valor da justiça, mas a justiça está “guiando” seu comportamento. É provavelmente correto dizer que os valores determinam quais tipos de atividade têm valência positiva e quais têm valência negativa para um indivíduo em uma determinada situação. Em outras palavras, os valores não são campos de força, mas “induzem” campos de força. Isso significa que os valores são construções que têm a mesma dimensão psicológica dos campos de poder.
C.K.M. Kluckholm (1951, p.395)	Trata valor é uma concepção, explícita ou implícita, distintiva de um indivíduo ou característica de um grupo, do desejável que influencia a seleção dos modos, meios e fins de ação disponíveis.
Heider (1958, p. 223)	Sugere o uso do termo valor como significando a propriedade de uma entidade (x tem valores) ou como significando uma classe de entidades (x é um valor) com a conotação de ser objetivamente positivo de alguma forma.
Rokeach (1973, p.5)	Considera valor como uma crença duradoura de que um modo específico de conduta ou estado final de existência pessoal ou socialmente preferível a um modo oposto ou inverso de conduta ou estado final de existência.
Feather (1996, p. 222)	Considera os valores como crenças sobre maneiras desejáveis ou indesejáveis de comportamento ou sobre a conveniência ou não de objetivos gerais.
Schwartz (1994, p.21)	Define valores como metas transsituacionais desejáveis, de importância variável, que servem como princípios orientadores na vida de uma pessoa ou de outra entidade social.

Schwartz (1999, p.24) Define valores como concepções do desejável que orientam a forma como os atores sociais (por exemplo, líderes organizacionais, formuladores de políticas, pessoas individuais) selecionam ações, avaliam pessoas e eventos e explicam suas ações e avaliações.

Além dessas definições de valores destacadas por (Rohan, 2000), Schwartz e Bilsky (1987) reconhecem valores a partir de cinco características comuns à maioria dos valores, da seguinte forma: os valores são (a) conceitos ou crenças, (b) sobre estados finais ou comportamentos desejáveis, (c) que transcendem situações específicas, (d) guiam a seleção ou avaliação de comportamento e eventos, e (e) são ordenados por importância relativa.

Conforme Tamayo e Porto (2009) os tipos motivacionais de Schwartz, tiveram sua elaboração progressivamente (Schwartz, 1992, 1994, 2005; Schwartz & Bilsky, 1987/1990) tendo como pressuposto o diálogo e a realidade observada. Isto posto, Schwartz postulou dez tipos motivacionais que abrangem o conjunto de valores identificados nas diversas culturas, tendo como fundamento o tipo de objetivo ou motivação que expressa cada valor (Tamayo & Porto, 2009). Ao apresentarem uma estrutura dinâmica de relação de congruência e de conflito, esses tipos motivacionais tendem a ser universais (Tamayo & Porto, 2009).

Apesar do amplo uso com aplicações bem-sucedidas da teoria dos valores originais, pesquisadores perceberam vários problemas de medição, em particular, de multicolinearidade entre valores adjacentes, baixa confiabilidade interna de alguns índices e carregamento cruzado de itens em vários fatores (Davidov et al., 2008; Knoppen, Desirée & Saris, 2009). Desta forma, houve a necessidade de realizar um refinamento dos valores, bem como desenvolver uma escala de medição, que tem como objetivo reduzir ou eliminar esses problemas (Schwartz, 2012).

Com a finalidade de definir cada valor de forma mais restrita, chegou-se a 19 valores refinados, que cobrem todos os componentes substantivos dos dez valores originais (Schwartz et al., 2012).

Tabela 2

Os 19 Valores da Teoria Refinada e Seus Valores Originários Segundo a Teoria de 1987/1990

Valor Originário	Tipo motivacional	Componentes da definição
Autodireção	Autodireção de Pensamento	Liberdade para cultivar suas próprias ideias e habilidades.
	Autodireção de Ação	Liberdade para determinar suas próprias ações.
Estimulação	Autodireção de Estimulação	Excitação, novidade e mudança.
Hedonismo	Hedonismo	Prazer e gratificação sensual para si mesmo.
Realização	Poder de realização	Sucesso de acordo com os padrões sociais.
	Poder de domínio	Poder pelo exercício de controle sobre outras pessoas.
Poder	Poder sobre Recursos	Poder pelo controle sobre materiais e recursos sociais.
----- ^b	Face	Manutenção da imagem pública e evitação de humilhações.
Segurança	Segurança Pessoal	Segurança em seu ambiente imediato.
	Segurança Social	Segurança e estabilidade da sociedade (mais ampla).
Tradição	Tradição	Manutenção e preservação da cultura, família e religião.
Conformidade	Conformidade com Regras	Conformar-se com regras, leis e obrigações formais.
	Conformidade Interpessoal	Evitar chatear ou machucar outras pessoas.
----- ^b	Humildade	Reconhecimento da própria insignificância em um contexto amplo.
Benevolência	Benevolência Dependência	Ser um membro confiável e fidedigno do endogrupo.
	Benevolência Cuidado	Devoção ao bem-estar dos membros do endogrupo.
Universalismo	Universalismo Compromisso	Comprometimento com igualdade, justiça e proteção de todas as pessoas.

Universalismo

Natureza

Preservação do ambiente natural.

Universalismo

Tolerância

Aceitação e compreensão daqueles que são diferentes de si mesmo.

Nota: Adaptado de Schwartz, (2012).

^a Valor constante da teoria dos 10 valores (Schwartz, 1992).

^b Sem valor correspondente anterior.

Com isto, pode-se verificar que essa nova partição mais precisa do continuum preserva a cobertura anterior dos objetivos motivacionais que constituem o continuum (Schwartz et al., 2012).

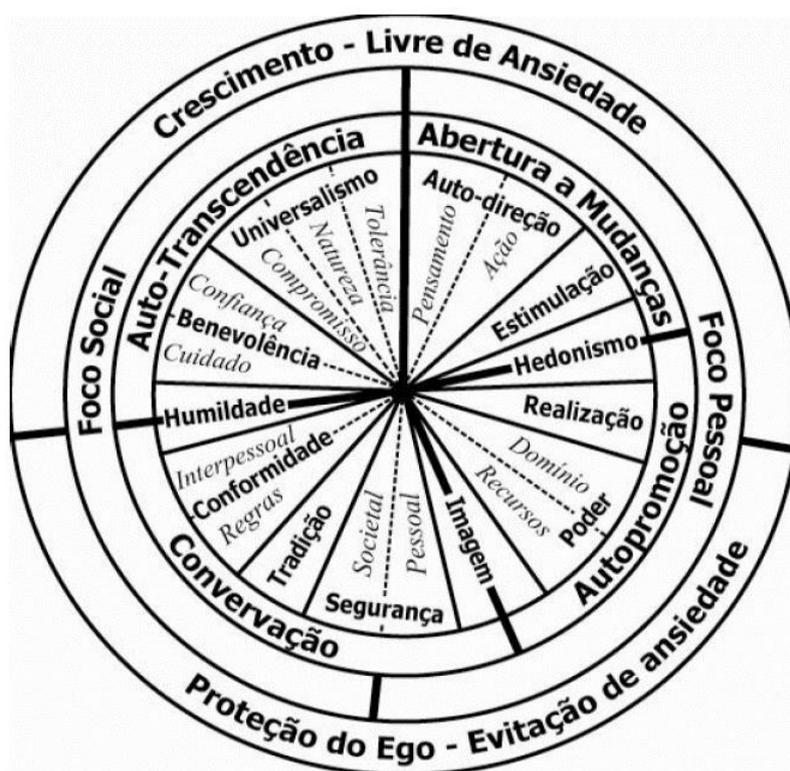


Figura 2

Círculo Com o Continuum dos Valores de Acordo com a Teoria Refinada de Schwartz et al., (2012)

A teorização adotada por Schwartz (1992, 1994) para disposição dos valores ao redor do círculo não se deu de modo aleatório, mas sim de forma organizada e sistemática

(Schwartz et al., 2012). Nesta perspectiva, a colocação dos valores em volta do círculo foi baseada no conflito ou compatibilidade entre os valores teorizados que tem como pressuposto a forma que as pessoas vivenciam ao buscarem expressar qualquer par de valores em uma única decisão ou ação.

A evolução da Teoria de Valores Humanos Básicos de Schwartz encontra-se demonstrada na Figura 3 a seguir:

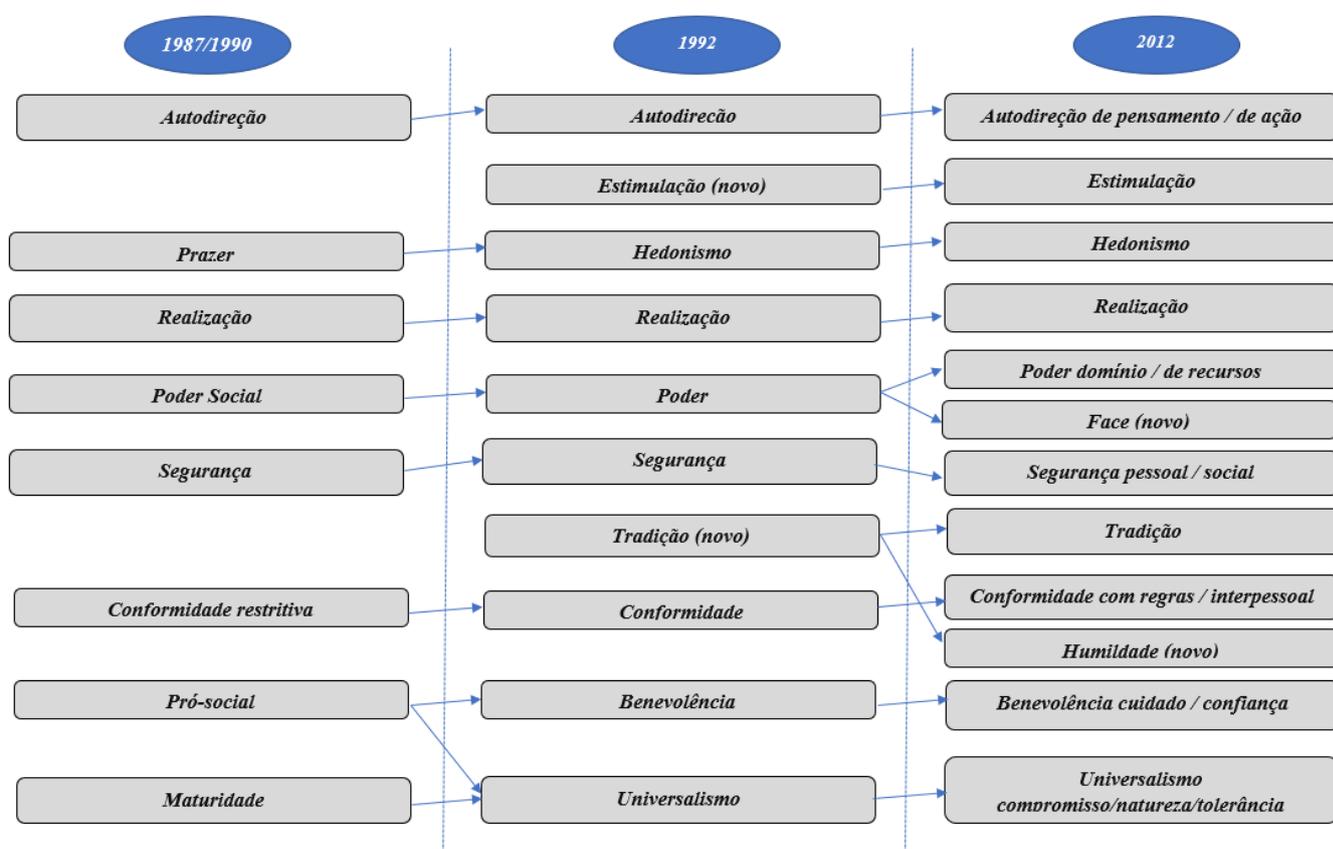


Figura 3

Diagrama ilustrando a evolução da Teoria de Valores Humanos de Schwartz, adaptado da Evolução da Teoria de Valores Humanos Básicos de Schwartz (Alves, 2018).

Desde que foi iniciada em (1987/1990), oportunidade em que tinha oito valores, a teoria de valores humanos básicos veio sendo aprimorada ao longo do tempo. De modo que em (1992), os oito iniciais passaram para dez, chegando ao final à versão refinada em 2012,

contendo 19 tipos motivacionais. Para tanto, as questões teóricas e empíricas estudadas, se desenvolveram em várias pesquisas regionais e/ou transculturais que levaram à exposição às demonstrações científicas das suas versões (Alves, 2018).

Essa evolução da Teoria de Valores Humanos Básicos de Schwartz deu origem ao instrumento que recebeu o nome de *Portrait Values Questionnaire – Refined* (PVQ-R) (Schwartz et al., 2012). Tal instrumento foi submetido a todos os testes de validade e confiabilidade com aplicação em vários países com amostras de diferentes níveis de escolaridade, entretanto com limitação de amostras diversas, principalmente em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (Alves, 2018). Segundo este autor pode-se encontrar, por exemplo, a validação da escala refinada para utilização na Coréia do Sul realizada em 2014 (Choi & Lee, 2014); e sua versão já atualizada (PVQ-R) na Rússia (S. H. Schwartz & Butenko, 2014); para o Brasil (Torres et al., 2016); Itália, Polônia, Rússia e EUA, também relacionado a predição entre compensação de valor e comportamento, (Schwartz et al., 2017).

Crime e Criminologia

Antes de analisar questões teóricas e práticas quanto à prevenção criminal torna-se necessário uma breve revisão da literatura no que diz respeito ao delito, também conhecido como crime, e à criminologia, uma ciência classicamente empírica e interdisciplinar que busca o estudo das causas do crime, da sua prevenção, da reabilitação, bem como da punição dos envolvidos. Esta ciência também tem como objeto de estudo a vítima e o controle social (Liberati, 2008).

A criminologia teve sua origem acadêmica em 1876 com Cesare Lombroso em *L'uomo delinquente* (Lombroso, 1876/2013). Segundo esse autor, para erradicar o delito se deveria manter o foco principal no delinquente e não no meio (Lombroso, 1876/2013). Nesta busca para estudar o crime, a criminalidade, o criminoso e a vítima encontram-se presentes a

sociologia, psicopatologia, psicologia, religião, antropologia e a política estando presente, portanto, em todo o universo da ação humana (Liberati, 2008).

Embora tenha uma grande relevância para o contexto brasileiro, o crime não se encontra definido no Código Penal Brasileiro Decreto-Lei n. 2.848, (1940), tendo em vista que ele se limita apenas a diferenciar infrações penais consideradas crimes daquelas que constituem contravenções penais, não trazendo, portanto, qualquer conteúdo científico doutrinário para formalizar tal conceito (Bitencourt, 2012). Assim, para se definir crime, dentre as muitas concepções de delito encontradas na literatura e no arcabouço jurídico doutrinário, Greco (2011) ressalta que parece mais coerente aceitar a definição de crime que considera três notas fundamentais do fato crime, a saber: “ação típica (tipicidade), ilícita ou antijurídica (ilicitude) e culpável (culpabilidade). O crime, nessa concepção que adotamos, é, pois, ação típica, ilícita e culpável (Greco, 2011, p. 27).

Ainda sobre a definição do que é crime, sendo o delito objeto de estudo de outras ciências, como a filosofia, a sociologia, o direito penal dentre outras, cabe ressaltar como as definições diferem entre si; o delito é definido pelo Direito Penal, na sua acepção formal e normativa, como qualquer conduta prevista na lei penal (Greco, 2015). Por outro lado, a sociologia o caracteriza como “conduta desviada”, a filosofia considera-o como “incurso na seara do direito natural, da ordem moral ou da razão” (Liberati, 2008).

Em consequente parece que o termo crime pode estar relacionado a vários comportamentos relativos à conduta humana. Desta maneira, segundo Wilson e Herrnstein, (1985), roubar uma revista de quadrinhos, desferir um soco contra um amigo, trapacear numa tarifa de táxi, assassinar a esposa, roubar um banco, corromper um político e sequestrar um avião são condutas tipificadas como crime. Embora seja bem amplo o rol de condutas consideradas crimes, para esta pesquisa não serão abrangidos os vários crimes previstos no Código Penal Brasileiro, de modo que foi feita uma delimitação no sentido de trabalhar no

instrumento apenas os principais crimes que ocorrem em estacionamentos públicos e privados de livre circulação.

Dinâmica do Crime – Como os Crimes Ocorrem

Uma das formas encontradas para explicar a dinâmica do crime vem da Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras de Cohen e Felson, (1979), de acordo com essa teoria há ocorrências criminais, crimes predatórios, quando um ofensor motivado e um alvo vulnerável convergem no mesmo tempo e espaço, estando ausente um guardião capacitado no combate ao crime. Essa teoria foi revisada por Felson et al. (1998) e por Clarke e Felson (2017). Embora essas revisões apresentem outras inovações desenvolvidas por Felson et al. (1998) e por Clarke e Felson (2017), tais alterações não serão apresentadas neste trabalho tendo em vista que a essência do trabalho desenvolvida em Cohen e Felson (1979) não foi modificada e é, portanto, suficiente para a pesquisa proposta nesta dissertação. Essa teoria destaca que os criminosos agem em circunstâncias favoráveis, aproveitando-se do conhecimento que têm dos locais onde frequentam, de vítimas vulneráveis e da ausência de guardião. Esses três elementos formam o triângulo do crime:

A QUÍMICA PARA O CRIME



Figura 4

Figura Adaptada de Felson et al, (1998) Ilustrando Em Analogia Os Componentes Necessários Para a Produção do Crime: Ofensor Motivado, Guardião Capaz e Alvo Fácil

Quanto ao guardião, este pode ser entendido como não necessariamente um policial, entretanto como qualquer pessoa cuja presença ou proximidade pode inibir a prática delituosa. Desta forma, um porteiro, um colega de trabalho, qualquer outro transeunte ou mesmo quaisquer outros meios físicos como câmeras de vigilância que evitam crimes, podem ser classificados como guardiões (Cohen & Felson, 1979; Felson et al., 1998; Clarke & Felson, 2017).

A vítima é considerada em segundo plano de acordo com a abordagem da atividade de rotina, isto porque ela pode estar completamente ausente da cena do crime no momento em que um ladrão furta uma TV ou qualquer outro objeto. Nessa situação o alvo é a televisão,

que fora furtada em razão da ausência do seu proprietário ou de outro guardião capaz de evitar que o crime fosse consumado. Assim, os alvos de um crime podem ser uma pessoa ou um objeto, cuja posição o colocou no espaço e no tempo em risco de sofrer um ataque de criminosos (Cohen & Felson, 1979; Felson et al., 1998; Clarke & Felson, 2017). Neste mesmo sentido, os alvos tornam-se interessantes para o ato criminoso quando o ofensor os considera como valiosos, quando estão em inércia, quando estão visíveis e de fácil acesso, e longe da presença de um guardião (Cohen & Felson, 1979; Felson et al., 1998; Clarke & Felson, 2017).

Quanto ao ofensor, também conhecido como criminoso, este pode ser visto como um indivíduo violador de norma penal, ou leis. Aquele que comete atos sem justificção legal, reprovável, de violação à integridade física de outras pessoas. Também de apropriação por meio de furto, roubo ou outros meios fraudulentos, ou seja, o indivíduo que pratica um crime (Priberam, 2021).

Estas questões de escolha dos alvos pelos criminosos encontram amparo na Teoria da Escolha Racional (TER) de Clarke e Derek, (1985), de acordo com essa teoria as pessoas reagem a incentivos calculando o custo-benefício. Desta maneira, as pessoas se engajam em determinada ação unicamente se as recompensas superarem os riscos a ela associados (Cohen & Felson, 1979; Felson et al., 1998; Clarke & Felson, 2017). Do ponto de vista da Criminologia, pelos contornos teóricos da TER o ofensor, sendo um ser racional, só engaja em determinado ato criminoso depois de avaliar o custo-benefício. Com isto, ele avalia as condições da vítima, o alvo, as rotas de fuga, possibilidade de ser identificado e proporcionalidade no caso de punição caso seja pego. Nesse sentido, a oportunidade, que é estudada na Teoria da Oportunidade, é a principal causa do crime (*root cause*) é a única que pode ser mitigada por potenciais vítimas e agências policiais (Cohen & Felson, 1979; Felson et al., 1998; Clarke & Felson, 2017). Assim, grande parte dos indivíduos, em vários

momentos da vida encontra oportunidades para cometer algum tipo de crime, não sendo certo, porém, que virão a delinquir (Cohen & Felson, 1979; Felson et al., 1998; Clarke & Felson, 2017).

Paul e Patrícia, (1993) desenvolveram a Teoria do Padrão Criminal (TPC) a qual se relaciona diretamente com as Teorias da Escolha Racional (nível individual), das Atividades de Rotina (nível macro) e da Oportunidade (transversal). Distinguindo delas quanto ao nível de análise. Isto porque a TPC foca-se no nível meso (ligação entre pontos específicos das cidades) e dinâmica geográfica dos processos cognitivos e comportamentais da atividade criminosa.

A TPC indica que existem locais específicos para atividades ligadas a todas as pessoas (activities spaces) com os quais vivenciamos uma zona de conforto e gozamos de familiaridades (awareness/confort spaces). Neste sentido, os espaços destinados às atividades compõem-se de vários nós (nodes), tais como locais de residência, laboral, lazer, estudos e outros, os quais são ligados, portanto, à realização de atividades do dia a dia. Outro elemento apontado refere-se aos trajetos utilizados para deslocamentos de um nó a outro (paths). Dentro desse complexo de elementos a TCP descreve ainda os locais de atividades que são tangenciados por áreas circunvizinhas denominadas de bordas (edges).

Com isto, pela Teoria das Atividades de Rotina, tem-se que o crime ocorre com o encontro de vítimas e potenciais ofensores em algum momento do cotidiano na ausência de guardiões. De modo que os criminosos cometem os seus crimes aproveitando-se de oportunidades encontradas ao longo de seus trajetos e locais de atividades que estão familiarizados (mapas cognitivos). Assim, as bordas são os locais mais propícios para o cometimento de crimes, são ambientes de grande circulação, que ligam um espaço ao outro, onde ocorre o encontro de potenciais vítimas com agressores oportunistas, os quais têm

grande familiaridade com o local, o que servem como facilitador para camuflagem e oportunidades para suas atuações e práticas de crimes.

Outra questão de igual relevância relaciona-se com o aumento de crimes sem que necessariamente aumente o número de ofensores. Isto porque para que um crime predatório ocorra, o provável criminoso precisa encontrar um alvo interessante sem a presença de um guardião por perto. Assim, vários crimes podem ser cometidos por um mesmo delinquente se ele encontrar vários alvos desprotegidos. Desta forma, a criminalidade pode aumentar se a comunidade produzir mais oportunidades que despertem a motivação criminosa (Cohen & Felson, 1979; Felson et al., 1998; Clarke & Felson, 2017).

Estacionamentos

O Código de Trânsito Brasileiro, Lei n. 9.503, (1997), define como estacionamento a “imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros”. Neste sentido, o que se vê nesta definição é o ato de parar por algum tempo para se cumprir uma determinada finalidade. Não se refere, portanto, ao lócus – local específico e determinado para que seja ocupado por um veículo.

Ao se referir a estacionamentos como local físico este pode ser caracterizado como “conjunto de baias designadas para abrigo de veículos parados, por um determinado período de tempo, em um local dentro da área urbana” (Brasileiro et al., 2014, p. 22). Quanto ao uso, essas vagas podem ser destinadas para uso temporário e não permanente (Brasileiro et al., 2014).

Existem dois tipos de estacionamentos: público e privado. Enquanto o estacionamento público não impõe restrição quanto ao seu uso, de maneira que pode ser acessado por quaisquer automóveis e seus usuários, o estacionamento privado pode ser de uso individual e coletivo e vem acompanhado de limitações. Desta maneira, o estacionamento privado de uso individual limita o seu uso apenas ao domiciliário, enquanto o privado coletivo pode ser

destinado ao livre uso no que se refere à parada e circulação mediante autorização do proprietário do estabelecimento no qual ele se encontra localizado (Felicio et al., 2013).

Estacionamentos também são classificados como aberto e fechado, de maneira que os fechados possuem controle de entrada e saída de automóveis, ao passo que os abertos não são submetidos a esse tipo de controle. Embora em muitos lugares alguns usuários utilizem as mesmas vagas por longo período, como em prédios e escritórios, os estacionamentos são construídos para uso temporário das vagas durante o tempo em que há a necessidade de trabalho ou de passeio pela região (Felicio et al., 2013).

Estudo 1 - Construção da Escala

Método

Esta dissertação está estruturada em dois estudos. O primeiro estudo teve como objetivo a construção de um instrumento psicológico para avaliar dois construtos da psicologia da segurança, a percepção de risco e a atitude segura. O segundo estudo compreendeu a aplicação deste instrumento psicométrico (composto por itens com uma escala de resposta), desenvolvido no Estudo 1, com o fim de coletar evidências de validade e comparar os escores dos grupos de não policiais e policiais.

Foi realizada uma pesquisa com o fim de buscar por instrumentos ou escalas que pudessem medir o construto, atitude segura, em estacionamentos públicos e privados de livre circulação. Nesta fase do trabalho, buscou-se por literatura que tratasse do tema nos periódicos da CAPES, Google Acadêmico, APA PsycNET da *American Psychological Association* (APA), SciELO Brasil e ao PePSIC. As expressões utilizadas foram: comportamento ou seguro, *safe or Behaviours*, atitude ou segura, *safe or Attitude*, *security or Behaviours*, segurança, *Secure*, *Precautionary or Behaviours*.

Nestas buscas realizadas, apesar dos vários artigos encontrados versarem sobre os construtos comportamento seguro e atitude segura, nenhum artigo foi selecionado. Isto porque nenhuma pesquisa apresentou uma escala que tenha se mostrado precisa o bastante para ser adaptada para o tema e contexto ora investigados, no que tange medir os construtos Percepção de Risco e Atitude Segura em Estacionamentos Públicos e Privados de Livre Circulação quanto à Prevenção Criminal. Com isto, houve a necessidade de elaboração de um instrumento que pudesse atender os requisitos da pesquisa.

Desta forma, tendo em vista a necessidade de construção e validação do instrumento, foram seguidos os procedimentos sugeridos por Netemeyer et al., (2003). Estes autores preveem um procedimento de desenvolvimento de escala em 4 etapas: 1 - zelar pela definição de construções e domínio de conteúdo: definição clara do construto que a escala pretende medir, etapa cumprida na introdução desta dissertação; 2 - gerar e julgar itens de medição: criando um pool de perguntas do candidato e, em seguida, 3 - avaliar as perguntas para remover aquelas que são inválidas, bem como projetar e conduzir estudos para desenvolver e refinar a escala: realizando a Análise Fatorial Exploratória - AFE para reduzir o conjunto de perguntas e explorar construções latentes para construir um modelo; finalizar a escala: 4 - executando a Análise Fatorial Confirmatória - AFC para confirmar que a escala se encaixa no modelo pretendido, bem como a realização de análise de confiabilidade.

Participantes

A amostra para o primeiro grupo focal foi buscada junto a não policiais, no caso, motoristas no âmbito do Distrito Federal, que reúne indivíduos de diversos segmentos sociais. Para o segundo grupo focal a amostra contou com a participação de integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Grupos Focais

A partir da amostra apresentada, foram feitos dois grupos focais. O primeiro contou com seis pessoas, todas habilitadas, com experiência em dirigir veículos, usuárias de estacionamentos, espaços públicos, bem como privados de livre circulação. O grupo em destaque foi composto de forma mista, contendo três participantes do sexo masculino e três do sexo feminino. O segundo grupo contou com sete integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, os quais além de serem habilitados para a direção de veículos, são policiais e fazem parte do Grupo Tático Operacional – GTOP da PMDF tendo, portanto, vivência diária no combate ao crime. Este grupo também foi heterogêneo, de modo que teve seis homens e uma mulher.

Instrumentos

1. Questionário sociodemográfico e roteiro empregado
 - a. Questiona dados quanto a local de trabalho, nome, sexo, idade, escolaridade, profissão, habilitação, tempo de habilitação, frequência em dirigir, bem como se utiliza estacionamentos públicos.
 - b. Para coleta de dados com os grupos focais foi apresentado o roteiro da seguinte forma: todos foram instruídos a relatarem comportamentos, experiências pessoais e condutas associadas com quando dirigem e permanecem em estacionamentos públicos e privados de livre circulação. Também foram feitos questionamentos aos policiais quanto aos tipos mais frequentes de ocorrências e como era normalmente o perfil das vítimas atendidas.
 - c. Serviu ainda como parâmetro as perguntas feitas no questionário do Anexo 1.

Procedimentos

Inicialmente, estudo 1, foram realizadas etapas predominantemente de característica qualitativa para fins de construção da escala (grupos focais e entrevistas); (Creswell et al., 2011). A primeira etapa foi a realização de grupos focais. Foi realizado o processo para elaboração de itens que exigiam a participação do público-alvo no processo de construção de escalas (AERA, APA, & NCME, 2014).

O primeiro passo foi desenvolver um questionário com perguntas fechadas de forma estruturada, anexo 1, onde procurou-se apresentar as principais características do instrumento a ser desenvolvido nos trabalhos seguintes. O questionário contou, neste primeiro momento, com um total de onze itens, os quais foram gerados considerando situações de ocorrências policiais, experiência profissional, bem como considerando o senso comum no que diz respeito verificar se o respondente é desatento, negligente em relação aos perigos que o cercam, cuidadoso com o local de estacionar o veículo, se o ambiente do estacionamento o faz sentir-se seguro, se deixa pertences no interior do veículo não levando em consideração os perigos de furto, se namora dentro do veículo ou no estacionamento isolando-se dos perigos à sua volta, se caminha tranquilamente no estacionamento, seja ele bem iluminado ou não, se demonstra autoconfiança em razão de ter noções em artes marciais, de ter porte e arma de fogo.

Este questionário serviu como base para orientar o pesquisador sobre as principais possíveis condutas de vulnerabilidade ou de segurança que normalmente ocorrem em estacionamentos. Diante das situações hipotéticas descritas nas perguntas dos questionários, os componentes dos grupos focais puderam descrever suas principais condutas quando estavam nos estacionamentos.

Foram reunidos dois grupos focais em dias e horários diferentes. No primeiro dia foi realizado um grupo focal com não policiais. No segundo dia, o grupo focal envolveu policiais integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Tais grupos puderam indicar pela discussão provocada pelo moderador se tinham percepção de risco e como se dava a sua concepção de percepção de risco e atitude segura, em relação aos principais crimes possíveis que afetam diretamente as pessoas que fazem uso habitual de estacionamentos públicos e privados de livre circulação.

Apenas este pesquisador conduziu os grupos focais, de modo que não houve qualquer outra participação externa para controle de tempo, orientações diversas ou quaisquer outras condutas próprias deste tipo de estudo. Com isto, para condução do primeiro grupo focal este pesquisador se posicionou numa parte principal da mesa oportunidade em que os participantes foram convidados a se sentarem conforme descrição logo a seguir.

Desta forma, o primeiro grupo focal foi realizado com seis pessoas não policiais, que ocuparam cadeiras ao redor de uma mesa redonda numeradas numa ordem no sentido horário começando no número 01 (um), lado esquerdo do pesquisador, e terminando no número 06 (seis), lado direito do pesquisador. Foi distribuído para cada participante o questionário sociodemográfico. No passo seguinte foi informado do que se tratava aquele grupo focal, oportunidade em que todos se voluntariaram a participar da pesquisa. Na sequência o tema da pesquisa foi apresentado, bem como o roteiro em destaque, de modo que todos foram instruídos a relatarem comportamentos, experiências pessoais e condutas associadas no momento em que dirigem e permanecem em estacionamentos públicos e privados de livre circulação. A reunião teve duração de uma hora e foi toda gravada em áudio com o auxílio de um aparelho de telefone celular.

Para o segundo grupo focal, o qual foi composto por sete policiais, inicialmente foram adotados os mesmos passos do primeiro grupo focal. Além das questões aplicadas ao

primeiro grupo focal, para esse grupo foram acrescentados questionamentos quanto aos tipos mais frequentes de ocorrências atendidas e como era normalmente o perfil das vítimas atendidas. Nesta ocasião também foi aberto para que os participantes dessem diretamente sugestões de questionamentos que poderiam compor o instrumento. A reunião também teve duração de uma hora e foi gravada em áudio integralmente. O aparelho utilizado para gravação foi um aparelho celular.

Análise dos dados. Para esta fase, o método adotado para a análise do conteúdo obtido com os grupos focais, fase qualitativa da pesquisa, foi o indicado por Bardin, (1987). Neste sentido, a autora recomenda um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1987, p. 42).

A autora também recomenda que se divida a análise de conteúdo em três etapas: pré-análise, exploração e tratamento. A 1ª etapa, pré-análise, é a organização do levantamento dos materiais coletados e verificação se o que foi coletado é relevante ou não para a pesquisa; a 2ª etapa, exploração, é a codificação, que se refere a relação das unidades de texto e de contexto que estão sob análise; e a 3ª etapa, tratamento, que é a categorização, onde a partir da pergunta da pesquisa procura-se agrupar os materiais coletados e, por meio de inferências e interpretação dos dados, chega-se à produção de conhecimento (Bardin, 1987).

Pré-análise. Os áudios relativos aos dois grupos focais foram ouvidos e depois desgravados para a forma de textos, de maneira a poderem ser processados pelo programa Iramuteq, software adequado para esse tipo de tratamento de dados. Conforme Bardin (1987) orienta, nesta fase foi feita uma leitura do material desgravado, momento em que foram retiradas as partes de fala do pesquisador, artigos, preposições e outros termos que, embora

tenham sido muito repetidos, não apresentavam significados para a pesquisa (Lebart et al., 1998). Feito isso, o material foi inserido no software para fins de análise de conteúdo.

Exploração do material. Nesta etapa, também indicada por Bardin (1987), foi empregado o software Iramuteq, que processa o corpus textual e entrega ao pesquisador unidades de registro por meio de fragmentos, que são as palavras mais repetidas no corpus textual. Por si só estes dados não dizem muito do significado, de modo que têm que ser feito um trabalho a partir dos códigos destacados, executando uma imersão no texto, buscando as unidades de contexto, com fim de encontrar o significado que pode ser ou não interessante para a pesquisa.

Tratamento. Neste processo apontado por Bardin (1987) encontram-se dois procedimentos: Inferências e Interpretação. Pelas inferências tem-se que a Análise de Conteúdo não se refere apenas a descrever, mas deve estar ligada às deduções lógicas que têm como fundamento encontrar a mensagem implícita por trás do material analisado. Quanto à interpretação, embora possa estar carregada da subjetividade do pesquisador, deve encontrar-se fundamentada nos objetivos e métodos empregados na pesquisa.

Ao submeter o corpus textual ao Software Iramuteq, o pesquisador tem a possibilidade de receber um *output* de dendrograma, análise de similitude e nuvem de palavras. Nesta pesquisa, optou-se pela interpretação do dendrograma.

Resultados

Neste trabalho, os dendrogramas gerados a partir da análise de classificação pelo método de Reinford, padrão do Iramuteq, um referente ao corpus das falas dos não policiais e um referente ao corpus das falas dos policiais. Estes dendrogramas foram interpretados com o objetivo de dar subsídios para construção dos itens do instrumento em construção. Todos os itens foram criados com base nos dados dos dendrogramas, mas cada item não necessariamente corresponde a apenas um aspecto.

Os dendrogramas gerados, que podem ser observados nas Figuras 5 e 6, são do tipo filograma. Isso significa que utilizam uma estrutura hierárquica para agrupar palavras que apareciam com frequência em associação, resguardados os critérios de análise sintática do software Iramuteq. O primeiro dendrograma, Figuras 5, foi gerado com base no corpus das falas dos não policiais. Sete classes foram identificadas, todas com uma frequência similar (de 12,4% a 17%). O segundo dendrograma gerado a partir das falas dos policiais, cinco classes foram identificadas, com frequências entre 15,9 e 23,9%.

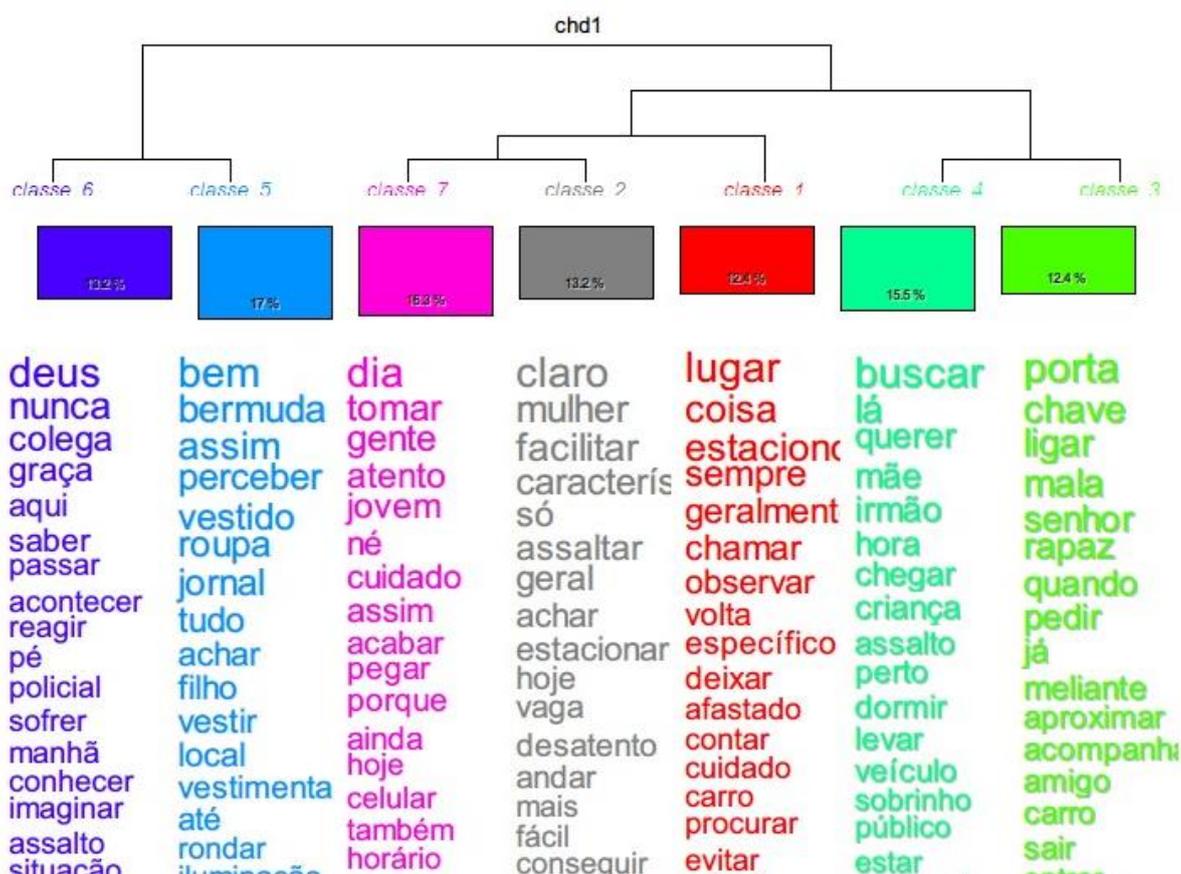


Figura 5

Dendrograma do tipo “filograma”, com base na classificação do método de Reinhart criado com base no corpus das falas dos não policiais

Considerando este dendrograma, dos não policiais, lendo da esquerda para direita, as duas primeiras classes, que se associaram mais entre si do que com as demais, parecem trazer conteúdo associado a evitação (imaginar, assalto, situação) e a rejeição (reagir, sofrer), ao assalto com a formação de perfil que os participantes consideraram importantes para a prevenção, principalmente com a associação do vestiário (perceber, vestido, bermuda, roupa, vestir, vestimenta).

As três próximas classes do dendrograma dos não policiais, também associadas, trazem, por um lado, aspectos considerados de proteção (atento, cuidado, dia, claro, observar), bem como aspectos de risco (desatento, deixar, afastado), inclusive aspectos de

gênero (mulher). Nestas classes também se relacionam os aspectos mais específicos buscados na pesquisa (estacionar, vaga, afastado, desatento). O conteúdo análogo no dendrograma dos policiais estava ainda na segunda classe, associando o crime a desatenção, inclusive fazendo alusão a um aspecto frequentemente associado com a distração que é a presença de “flanelinhas” (distráido, celular, flanela). Neste sentido, a estrutura hierárquica difere entre os não policiais e policiais.

As duas últimas classes do dendrograma dos não policiais, que também se associaram mais entre si do que com as demais, tratam de outros aspectos de risco (criança, assalto, hora, meliante, aproximar), mas também aspectos práticos da interação com carros em estacionamentos, que estão mais próximos do objetivo da análise no sentido da construção de itens (porta, chave, ligar, mala, carro, sair). Outro aspecto da classe 4 se refere à associação entre “buscar” e “levar”, “mãe”, “irmão”, “sobrinho”, ou seja, da tarefa de transportar outras pessoas. Este tipo de tarefa esteve inteiramente ausente do dendrograma dos policiais.

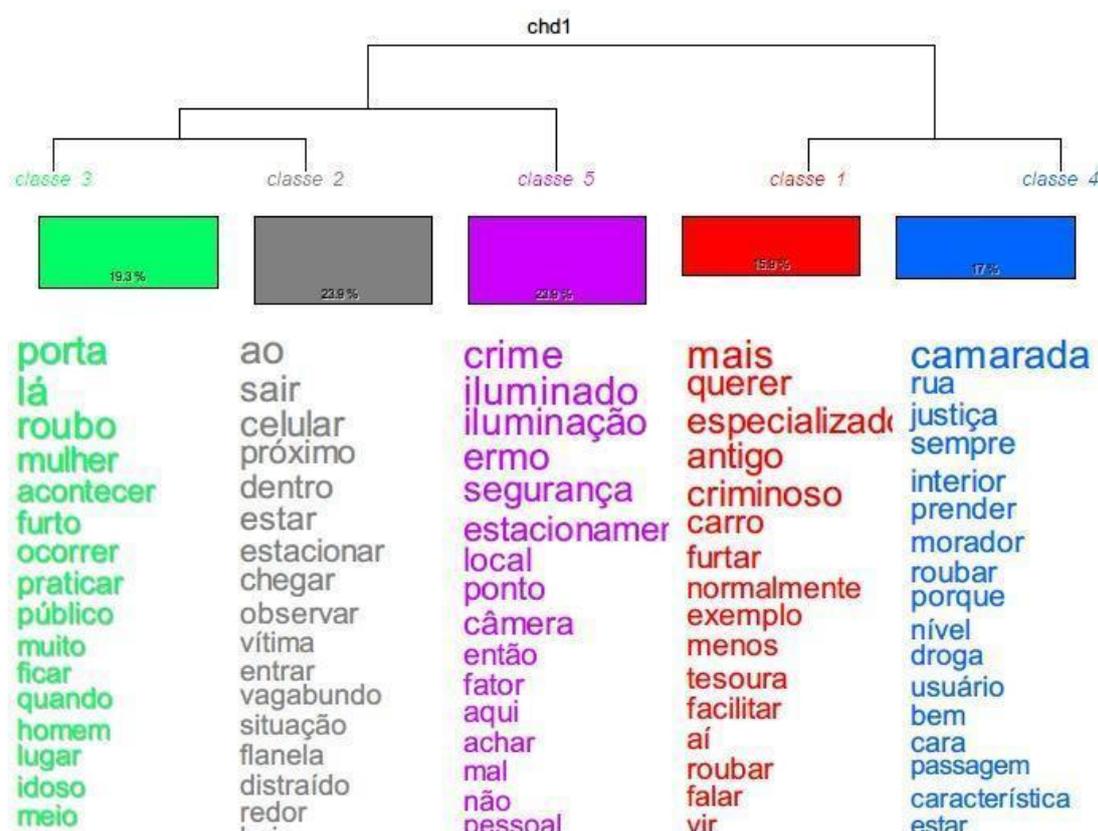


Figura 6

Dendrograma do Método de Reinhart Criado com Base no Corpus das Falas dos Policiais

No dendrograma dos policiais, as duas primeiras classes, igualmente relacionadas da esquerda para a direita, tratam dos crimes (acontecer, roubo, furto, ocorrer), com um conteúdo mais negativo associado ao criminoso (vagabundo), mas também dizem respeito à formação de um perfil de comportamento seguro para prevenção (chegar, observar, redor). Ainda neste dendrograma, há uma terceira classe relacionada que traz os itens referentes ao ambiente mais claramente (iluminado, iluminação, segurança, câmera).

Em contraste, nas duas últimas classes dos dendrogramas dos militares, há novamente um foco no criminoso e no trabalho policial, bem como nos fatores que entendem como contribuidores do crime (criminoso, especializado, furtar, roubar, justiça, prender, droga, usuário).

Categorização. Os itens 1, 4, 7, 16 e 17, por exemplo, tratam de aspectos associados a visibilidade e iluminação; de ser manhã ou noite, da hora do dia, de estar “claro”, conforme várias citações. Outros itens, como 2, 3, 5, 6 e 18, trataram da presença ou ausência de outras pessoas nos estacionamentos, bem como a distância a que o carro foi estacionado das áreas públicas. Os termos associados a estes itens seriam “flanela” “afastado” ou “acompanhar”. Palavras como “atento”, “cuidado”, “meliante”, “observar” foram associadas com itens sobre a aproximação ou presença de pessoas estranhas dos participantes quando estavam no estacionamento (itens 7, 8). Os aspectos ligados ao carro, como “porta”, “chave”, “ligar” e aspectos de distração como “celular” também foram cobertos pelos itens 9, 10, 11, 12, 13, 14.

Com respeito a tarefa de transporte de familiares, presente na classe 4, foram construídos itens como 21 e 22. Na classe 3 existe um aspecto de urgência nas palavras “já”, “entrar”, “sair”, “chave”, “ligar”. Estas questões foram tratadas em itens como 19, 20, 14, 15.

Tabela 3

Categorização dos Itens a Partir dos Dados Obtidos com os Grupos Focais de Não-Policiais e Policiais.

Categoria	#	Item
Iluminação/visibilidade / Manhã/noite/claro	Q1	Estacionamentos mal iluminados dificultam que possíveis vítimas vejam criminosos.
	Q4	Estacionamentos com pouca visibilidade facilitam ações de criminosos.
	Q7	Pessoas desconhecidas paradas próximos ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.
	Q16	Antes de estacionar o veículo à noite num estacionamento procuro vagas com melhor iluminação.
	Q17	Para estacionar o meu veículo em um estacionamento procuro vagas que tenham melhor visibilidade.
Afastado/ Flanela/ acompanhar	Q2	Estacionamentos isolados facilitam ações de pessoas mal-intencionadas.
	Q3	Estacionamentos vazios dificultam que vítimas sejam ouvidas quando pedirem socorro.
	Q5	Flanelinhas em estacionamentos contribuem para o cometimento de crimes.
	Q6	Vendedores ambulantes em estacionamentos distraem pessoas e facilitam ações de criminosos.
	Q18	Evito estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios.
Atento/cuidado/ meliante/observar	Q7	Pessoas desconhecidas paradas próximas ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.
	Q8	Pessoas desconhecidas se deslocando em sua direção em um estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.
Porta/chave/ligar/ celular	Q9	Permanecer conversando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.

	Q10	Permanecer namorando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.
	Q11	Permanecer falando ao celular em estacionamentos facilita a ação de criminosos.
	Q12	Permanecer verificando redes sociais dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.
	Q13	Esperar alguém ou alguma reunião dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.
	Q14	Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme.
Já/entrar/sair/ Chave/ligar	Q14	Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme.
	Q15	Evito permanecer dentro do veículo em estacionamentos.
	Q19	Evito ficar conversando dentro do veículo quando estou em um estacionamento.
	Q20	Evito ficar próximo ao veículo quando estou em um estacionamento.
Transporte/ familiares	Q21	Evito ficar dentro do veículo quando tenho que esperar alguém em um estacionamento.
	Q22	Sempre que tenho que esperar alguém em um estacionamento, fico afastado do veículo em um local mais movimentado e com melhor iluminação.

Além das questões facilitadas advindas dos dendogramas, ora destacadas para elaboração dos itens, também foram adotados os procedimentos sugeridos por Pasquali (1998). Neste sentido cada item foi elaborado em função das definições operacionais do construto, a partir da fundamentação teórica, de modo que foram construídos para representar comportamentalmente o construto de interesse (Pasquali, 1998).

Com base na análise feita a partir dos grupos focais, foram construídos 22 itens, conforme Tabela 4:

Tabela 4*Avaliação de juízes do instrumento Percepção de Risco e Comportamento Seguro*

#	Item	Dimensão Teórica			Faceta		
		CL	Pert.	RT	CVC FINAL	PR	CS
Q1	Estacionamentos mal iluminados dificultam que possíveis vítimas vejam criminosos.	0,96	1	0,96	0,97	1	-
Q2	Estacionamentos isolados facilitam ações de pessoas mal-intencionadas.	0,88	0,92	0,92	0,91	0,8	-
Q3	Estacionamentos vazios dificultam que vítimas sejam ouvidas quando pedirem socorro.	0,96	0,92	0,92	0,93	1	-
Q4	Estacionamentos com pouca visibilidade facilitam ações de criminosos.	0,96	1	1	0,99	1	-
Q5	Flanelinhas em estacionamentos contribuem para o cometimento de crimes.	1	0,8	0,84	0,88	1	-
Q6	Vendedores ambulantes em estacionamentos distraem pessoas e facilitam ações de criminosos.	0,8	0,84	0,92	0,85	1	-
Q7	Pessoas desconhecidas parados próximos ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.	0,84	0,88	0,88	0,87	1	-
Q8	Pessoas desconhecidas se deslocando em sua direção em um estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.	0,88	0,92	0,92	0,91	1	-
Q9	Permanecer conversando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0,96	1	1	0,99	0,8	-
Q10	Permanecer namorando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0,96	1	1	0,99	0,8	-
Q11	Permanecer falando ao celular em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0,96	1	1	0,99	0,8	-

Q12	Permanecer verificando redes sociais dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0,96	1	1	0,99	0,8	-
Q13	Esperar alguém ou alguma reunião dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0,96	1	1	0,99	0,8	-
Q14	Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme.	1	1	1	1	-	1
Q15	Evito permanecer dentro do veículo em estacionamentos.	0,96	0,96	0,96	0,96	-	1
Q16	Antes de estacionar o veículo à noite num estacionamento procuro vagas com melhor iluminação.	1	1	1	1	-	1
Q17	Para estacionar o meu veículo em um estacionamento procuro vagas que tenham melhor visibilidade.	1	1	1	1	-	1
Q18	Evito estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios.	0,96	1	1	0,99	-	1
Q19	Evito ficar conversando dentro do veículo quando estou em um estacionamento.	0,96	1	1	0,99	-	1
Q20	Evito ficar próximo ao veículo quando estou em um estacionamento.	0,84	0,92	0,88	0,88	-	1
Q21	Evito ficar dentro do veículo quando tenho que esperar alguém em um estacionamento.	1	1	1	1	-	1
Q22	Sempre que tenho que esperar alguém em um estacionamento, fico afastado do veículo em um local mais movimentado e com melhor iluminação.	0,96	1	0,96	0,97	-	1
CVC TOTAL		0,94	0,96	0,96	0,96	0,91	1

Nota. CVC – Coeficiente de Validade de Conteúdo; CL: Clareza de linguagem; Pert.: Pertinência; RT: Relevância Teórica; PS: Percepção de Risco; CS: Comportamento Seguro; 1 = 100%.

Para esta etapa da construção da escala foi considerado o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) do instrumento. Este CVC foi proposto tendo como finalidade a identificação de itens, que por sua vez, não estejam adequados aos objetivos do instrumento (Hernández-Nieto, 2002). O CVC é obtido a partir da avaliação da clareza, pertinência e relevância teórica dos itens pelos avaliadores, de maneira que se considera um CVC adequado apenas acima de 0,80 (Hernandez-Nieto, 2002).

Conforme Balbinotti et al., (2007), alcança-se o CVC, aplicando os dados obtidos com o emprego de uma escala Likert de cinco pontos. Os valores de cada item “variam de 1 a 5, em que 1 representa "pouquíssima", 2 representa "pouca", 3 representa "média", 4 representa "muita" e 5 representa "muitíssima” (Cassepp-Borges et al., 2010). Com isto, tendo como base as notas dos juízes de 1 a 5, pode-se calcular a média das notas de cada item (M_x):

$$M_x = \frac{\sum_{i=1}^J x_i}{J}$$

Nesta fórmula o $\sum x_i$ traz a soma das notas dos juízes e J representa o número de juízes que avaliaram o item. Tendo obtido a média, pode-se calcular o CVC para cada item (CVC_i):

$$CVC_i = \frac{M_x}{V_{máx}}$$

Desta maneira, o $V_{máx}$. apresenta o valor máximo que o item poderia receber.

Para a análise da adequação dos itens às dimensões propostas para o instrumento, a estratégia comumente adotada é análise do nível de concordância entre os avaliadores pelo cálculo do Kappa (Cassepp-Borges, Balbinotti, & Teodoro, 2010). O cálculo do Kappa de Fleiss, porém, deve ser utilizado quando participam mais de dois avaliadores (Fleiss, 1971).

O índice Kappa é considerado aceitável a partir de 0,60, e desejável acima de 0,80 (Landis & Koch, 1977, p. 165).

Considerando o CVC total, pode-se indicar a adequação do instrumento em termos de conteúdo. Porém, deve-se analisar também o CVC obtido para cada um dos itens, sendo que há o limite de quatro itens com apresentação de CVC menor que o limite de 0,80 indicado por Henrnadez-Nieto (2002) como ponto de corte, o que justifica a exclusão desses itens no instrumento.

Avaliação de Juízes. Este questionário, Tabela 4, passou por avaliação teórica de cinco juízes, especialistas em Segurança Pública, experts em avaliação psicométrica. Esses juízes avaliaram os itens no que tange à clareza de linguagem, pertinência, relevância teórica e adequação dos itens às facetas conforme orienta Pasquali (1998). Ainda teve como meta principal fornecer elementos para se medir o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) do instrumento. Após o cálculo do CVC foi verificado que todos os itens foram satisfatórios, pois o CVC para avaliação dos itens quanto à clareza, à pertinência e à Relevância Teórica foi igual ou superior a 0,80 conforme orienta Hernandez-Nieto (2002).

Em relação aos construtos Percepção de Risco e Atitude Segura não foram encontradas na literatura categorias dentro desses construtos que pudessem agrupar cada item, o que indicaria que o método a ser usado poderia ser o dedutivo. Assim, houve a necessidade inicial de explorar os dados obtidos e, por meio do método indutivo, foi possível agrupar os itens às facetas.

Desta maneira, os juízes avaliaram e fizeram a correspondência do item à faceta com uma concordância de 100%. Com isto, todos os itens foram aceitos, após consideração do índice Kappa, que julga um item como aceitável a partir de 0,60, e desejável acima de 0,80 (Landis & Koch, 1977, p. 165).

Estudo 2

Objetivo

O objetivo proposto no estudo 2 consistiu em realizar a coleta de dados, assim como na execução de análises quantitativas com o foco em procedimentos analíticos e experimentais da construção do instrumento (Pasquali, 2010). Além da verificação ora mencionada, os trabalhos também foram voltados para a análise dos dados coletados, bem como das análises pertinentes com fim de cumprir o que fora proposto no objetivo geral e nos objetivos específicos desta dissertação.

Método

Participantes (Amostra)

A amostra que respondeu aos instrumentos aplicados para coleta dos dados foi composta de pessoas de vários segmentos sociais, de maneira que responderam às perguntas: aposentados, desempregados, bancários, agentes de segurança da iniciativa privada, recepcionistas, administradores de empresas, empregados comissionados, professores, pessoas registradas como CLT, caseiro, tecnólogos, celetistas, cineastas, bombeiros civis e militares, prestadores de serviço, servidores temporários, auxiliares de serviços gerais, vendedores, médicos, pensionistas, auditores, promotores de justiça, terceirizados, militares das Forças Armadas e das Policiais de vários estados do Brasil, diretores, aposentados e demais carreiras policiais. Quanto ao gênero foi perguntado apenas se eram do sexo masculino ou do sexo feminino, de modo que 453 (quatrocentos e cinquenta e três) respondentes foram do sexo masculino e outros 176 (cento e setenta e seis) foram do sexo feminino. Quanto à idade responderam pessoas de quinze até de setenta e um anos de idade ou mais. Quanto a habitantes por residência a grande maioria é composta por duas ou quatro pessoas por local de moradia, ou seja, 477 (quatrocentos e setenta e sete) ou 75% (setenta e

cinco por cento). Quanto à renda familiar a maioria 240 (duzentos e quarenta) recebem entre 11.000,00 (onze mil reais) e 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Em relação ao estado civil, a grande maioria, 427 (quatrocentos e vinte e sete) ou 67,9%, é casada ou encontra-se em união estável. Quando se fala em escolaridade a grande maioria compreende o ensino fundamental completo 281 (duzentos e oitenta e um) ou 44,7%. Quanto à Carteira Nacional de Habilitação 599 (quinhentos e noventa e nove) ou 95,2% responderam que são habilitados. Enfim, a amostra foi bem heterogênea e cumpriu bem o foco da pesquisa que teve numa de suas metas comparar respostas de não policiais com as respostas de policiais. Neste sentido, dos 629 (seiscentos e vinte e nove) respondentes, 305 (trezentos e cinco), ou seja, 48,5% (quarenta e oito e meio por cento) foram policiais. Os demais, 324 (trezentos e vinte e quatro), que compreendeu 51,5% (cinquenta e um e meio por cento), foram não policiais.

Tamanho da Amostra. No processo de construção de um instrumento psicológico, (Pasquali, 1997), em trabalho seminal, recomenda que o tamanho ideal para uma amostra, como regra geral, varia entre 5 e 10 sujeitos por item do instrumento. Ainda destaca que quando se adota esse parâmetro deve-se considerar que uma amostra com menos de 200 sujeitos dificilmente pode ser considerada adequada.

A presente pesquisa contou com duas escalas, o PVQ-R (Questionário de Valores Refinado) de 57 itens e a Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura (EPRAS) de 22 itens. Ainda contou com um questionário sociodemográfico que contém 12 itens. No entanto, apenas a Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura estava em construção. Neste sentido, a amostra desejável, segundo este critério, seria de $22 * 10 = 220$.

Instrumentos

1. IBM SPSS Statistics 26 (International Business Machines Corporation, Armonk)

2. R v.4.1.0 (Comprehensive R Archive Network, Viena)
3. RStudio v.1.3.1093 (RStudio, Oklahoma-EUA)
4. Google Forms (Google, Mountain View, California-EUA),
5. Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura (EPRAS) (estudo 1.)
6. O questionário de valores pessoais, O PVQ-R (Questionário de Valores Refinado, do inglês *Portrait Values Questionnaire – Refined*), elaborado por Schwartz et al., (2012) é baseado na teoria de valores pessoais refinada, com 57 itens. Os itens se organizam de acordo com os 19 tipos motivacionais e apresentam sentenças descrevendo metas e desejos de pessoas, como por exemplo, “É importante para ela tomar suas próprias decisões a respeito da sua vida” O respondente deve julgar cada um dos itens de modo a avaliar o ‘quanto essa pessoa se parece com ele’ Os itens devem ser respondidos em uma escala de 6 pontos, que varia de 1 (não se parece nada comigo) a 6 (se parece muito comigo). A medida foi traduzida e validada no Brasil por Torres, Schwartz e Nascimento (2016).
7. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Procedimentos

Os procedimentos empregados ao longo deste trabalho encontram-se descritos no conteúdo constante em cada tópico apresentado. Para se alcançar a meta proposta, foi desenvolvido um instrumento, o qual foi aplicado e testado com os dados coletados. Foram coletados dados de uma amostra contendo seiscentos e vinte e nove respondentes, de modo que foram efetuadas análises estatísticas referentes a esses dados, bem como realização de Análise Exploratória de Dados, Análise Fatorial confirmatória e demais outras que se encontram apresentadas e executadas em cada tópico proposto.

Aplicação do Teste

A aplicação dos testes se deu unicamente pela forma *survey online*, cuja ferramenta empregada foi o *Google Forms*. O *Google Forms* permite gerar um *link*, o qual ao ser acessado, direciona o respondente para o instrumento de pesquisa, onde cada pessoa pode responder intuitivamente cada questão em destaque.

O contato com os respondentes se deu por meio de telefone, tendo como meio principal a ferramenta *WhatsApp*. Neste sentido foi elaborada uma mensagem de convite que foi remetida junto ao *link* de pesquisa. Essa mensagem foi disponibilizada em grupos diversos de *WhatsApp*. Além de remeter aos grupos, também foi remetida individualmente por meio de lista de transmissão, outra ferramenta do *WhatsApp*. Ao checar os contatos e verificar que as mensagens não haviam sido recebidas ou mesmo respondidas, mantinha-se contato telefônico solicitando que respondessem à pesquisa.

Análise Estatística

Análise Exploratória de Dados - Inicialmente, foi realizada uma análise exploratória dos dados com o objetivo de descobrir a possível existência de erros de codificação de variáveis, a ocorrência de casos sem dados (casos *missing*), e a presença de casos incomuns (*outliers*).

Por conta da obrigatoriedade de resposta nativa do método de coleta de dados, o *Google Forms* apresentou apenas um caso com variáveis *missing*, que se aproveitou da possibilidade de avançar páginas sem responder pergunta alguma—só era proibido passar a página com *missing* caso a pessoa respondesse pelo menos uma. Como este participante respondeu a um instrumento inteiro, não foi considerado necessário removê-lo.

Foram identificados 16 *outliers*, representando 2,54% da amostra. Tendo em vista o baixo impacto dos *outliers* na amostra, eles foram mantidos no banco.

Análise Fatorial Exploratória

Tendo em vista que não havia estudos feitos com base nas variáveis tratadas no presente estudo, foram realizadas análises de componentes principais e análises fatoriais com o objetivo de identificar uma estrutura fatorial ideal para a escala.

Na análise de componentes principais, realizada pelo SPSS, foi analisado o teste de KMO, tendo como parâmetro a recomendação de Tabachnik e Fidell, (2007).

Os mesmos autores recomendam que o teste de esfericidade de Bartlett, feito ao mesmo tempo, seja significativo, apesar da importância deste teste ser diminuta.

A análise de componentes principais também foi utilizada, por meio do diagrama de sedimentação, em correlação com a análise paralela realizada no R para definição do máximo número de fatores que poderiam ser extraídos. Esta definição possibilita a criação de uma série de modelos exploratórios que podem ser verificados quanto a viabilidade de sua estrutura, por exemplo, pelo agrupamento dos itens em correspondência a teoria, pela fidedignidade esperada de fatores com poucos itens e pelo desempenho esperado numa análise fatorial confirmatória de um agrupamento de itens com cargas em muitos fatores. O plano da análise estatística previa a exploração dessas estruturas de diferentes dimensionalidades, caso elas surgissem.

Análise Fatorial Confirmatória

Utilizando o pacote *lavaan*, com base na sintaxe do pacote *lavaan::model.syntax* foram construídos modelos a partir dos resultados acerca da dimensionalidade e dos demais dados coletados na fase da análise fatorial exploratória. Os modelos foram criados e comparados com base a) no critério estatístico, sob os dados da análise fatorial exploratória e b) no critério da parcimônia, comparando sempre modelos de um maior número de fatores com possíveis modelos de menores números de fatores.

Resultados

EPRAS

Tabela 5

Teste de KMO e Bartlett da Amostra Coletada

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	0,885
Teste de esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aprox.
	<i>gl</i>
	<i>p-valor</i>
	8456,887
	231
	>0,001

O teste de KMO de adequação da amostragem, que mede, grosseiramente falando, as correlações entre os itens da escala, revelou índices adequados para realização da análise fatorial exploratória de 0,885, acima do valor de 0,7 frequentemente recomendado nos livros da área (Pasquali, 2011). O teste de esfericidade de Bartlett que mede a multicolinearidade dos itens, e por isso vem agrupado ao KMO, visto que isso significa também medir a correlação entre os itens, também teve resultado positivo, já que foi considerado significativo, ou seja, encontrou multicolinearidade.

Esta interpretação não deve ser confundida com a interpretação do mesmo teste para uma regressão múltipla, em que também se usa o teste de esfericidade de Bartlett, mas onde o que se busca é a contribuição única das variáveis preditoras para o modelo das variáveis respostas. Neste sentido, a multicolinearidade é indesejada porque demonstra que a contribuição que os testes de regressão estão mostrando que não são necessariamente únicas.

Os autovalores iniciais da análise de componentes principais se agruparam em 4 fatores com autovalores acima de 1 e 18 fatores com autovalores abaixo de 1. Essa foi uma primeira indicação, com base no critério K-1 de que a estrutura fatorial seria de 4 itens. No

entanto, chama atenção que apenas os dois primeiros fatores têm autovalor acima de 2, e que os dois primeiros fatores sozinhos explicam quase metade da variância da escala.

Tabela 6

Variância Total Explicada Segundo a Análise de Componentes Principais

Fator	Autovalores iniciais		
	Autovalor	% explicada	% cumulativa
1	7,425**	33,749	33,749
2	3,435**	15,613	49,362
3	1,730*	7,864	57,227
4	1,301*	5,915	63,141
5	0,989	4,495	67,637
6	0,921	4,188	71,824
7	0,864	3,925	75,749
8	0,744	3,382	79,132
9	0,606	2,755	81,887
10	0,534	2,428	84,315
11	0,505	2,296	86,610
12	0,447	2,033	88,643
13	0,405	1,839	90,482
14	0,354	1,609	92,091
15	0,310	1,411	93,502
16	0,286	1,302	94,804
17	0,259	1,177	95,981
18	0,231	1,052	97,033
19	0,220	1,002	98,035
20	0,175	0,794	98,828
21	0,142	0,644	99,472
22	0,116	0,528	100,000

* Componentes com autovalor entre 1 e 2.

** Componentes com autovalor acima de 2.

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

Diagrama de Sedimentação

O diagrama de sedimentação foi, historicamente, uma das primeiras ferramentas utilizadas para verificar o número de fatores a ser extraído numa análise fatorial exploratória (Pasquali, 2011). No diagrama, o eixo x representa cada fator de possível extração, de 1 ao número total de itens; o eixo y representa o autovalor de extração que cada fator teria. O método mais antigo de decisão de extração de fatores, o K-1, é representado no diagrama de sedimentação pela presença de uma linha horizontal na altura 1 do eixo y .

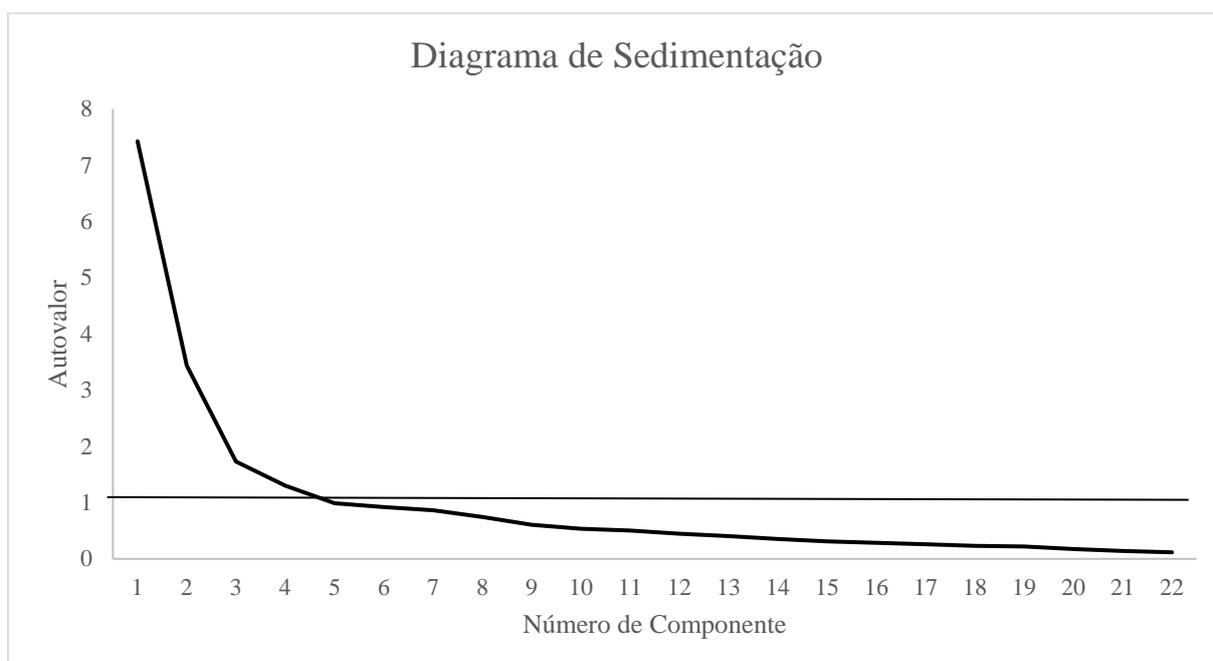


Figura 7

Diagrama de Sedimentação da Escala de Percepção de Riscos e Atitude Segura.

Análise Paralela

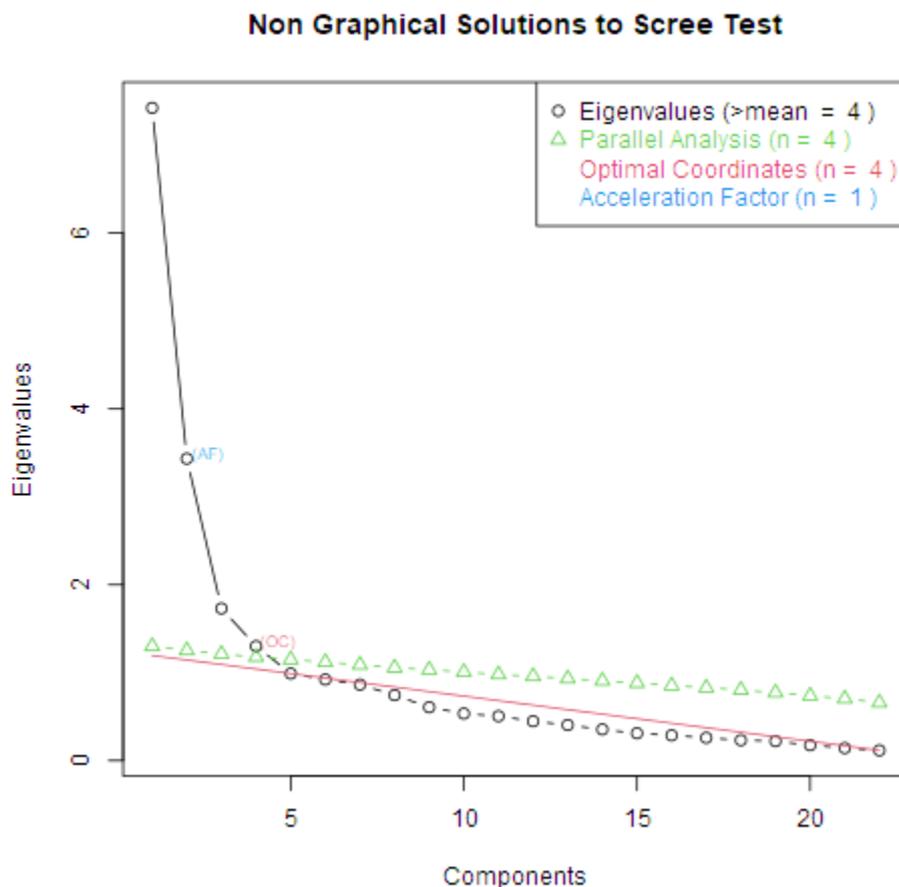


Figura 8

Soluções não-gráficas para o diagrama de sedimentação da Escala de Percepção de Riscos e Atitude Segura.

Foi realizada, ainda, uma análise utilizando o pacote nFactors do R para que pudesse ser comparado ao teste K-1 e ao teste do diagrama de sedimentação (Optimal Coordinates na imagem acima, em vermelho) o teste da análise paralela (na imagem acima, em verde).

Exceto o teste do fator de aceleração, que é o mais conservador no sentido de declarar unidimensionalidade, todos os três testes indicaram que até quatro fatores poderiam ser extraídos daqueles dados. Desta forma, foi realizada uma análise fatorial exploratória propriamente dita com extração de exatamente 4 fatores pelo método de Fatoração do Eixo

Principal, justificada pela não-normalidade dos itens, com a Rotação Direct Oblimin, justificada pela correlação esperada entre os fatores.

Comunalidades

As comunalidades iniciais expressam o quanto os itens se correlacionam com os demais itens sem aplicar nenhum tipo de correção pelo método de extração da análise fatorial. A análise, aqui, extrai os fatores com base na matriz de correlações e com o objetivo de montar componentes de modo que preencham uma equação do tipo:

$$F_{1:n} = a_1I_1 + a_2I_2 + a_3I_3 + \dots + a_iI_i$$

Sendo

F: fator

n: o número de fatores

a: a carga fatorial de um determinado item i

I: um item

i: o número de itens do fator

As comunalidades iniciais e de extração de cada item podem ser vistas na Tabela 7.

Tabela 7

Comunalidades entre os itens da Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura

Itens	Inicial	Extração
Estacionamentos mal iluminados dificultam que possíveis vítimas vejam criminosos	0,345	0,321
Estacionamentos isolados facilitam ações de pessoas mal-intencionadas	0,422	0,392
Estacionamentos vazios dificultam que vítimas sejam ouvidas quando pedirem socorro	0,292	0,241
Estacionamentos com pouca visibilidade facilitam ações de criminosos	0,537	0,526
Flanelinhas em estacionamentos contribuem para o cometimento de crimes	0,467	0,621

Vendedores ambulantes em estacionamentos distraem pessoas e facilitam ações de criminosos	0,459	0,584
Pessoas desconhecidas paradas próximos ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio	0,566	0,429
Pessoas desconhecidas se deslocando em sua direção em um estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio	0,622	0,506
Permanecer conversando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,806	0,813
Permanecer namorando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,800	0,780
Permanecer falando ao celular em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,806	0,816
Permanecer verificando redes sociais dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,819	0,824
Esperar alguém ou alguma reunião dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,698	0,695
Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme	0,281	0,227
Evito permanecer dentro do veículo em estacionamentos	0,502	0,493
Antes de estacionar o veículo à noite num estacionamento procuro vagas com melhor iluminação	0,615	0,545
Para estacionar o meu veículo em um estacionamento procuro vagas que tenham melhor visibilidade	0,638	0,593
Evito estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios	0,382	0,381
Evito ficar conversando dentro do veículo quando estou em um estacionamento	0,617	0,661
Evito ficar próximo ao veículo quando estou em um estacionamento	0,537	0,566
Evito ficar dentro do veículo quando tenho que esperar alguém em um estacionamento	0,656	0,670
Sempre que tenho que esperar alguém em um estacionamento, fico afastado do veículo em um local mais movimentado e com melhor iluminação	0,597	0,544

Matriz Padrão (4 fatores)

A Matriz Padrão revela a estrutura fatorial final de um instrumento, caso a análise tenha sido escolhida com correção. Com base na orientação de Tabachnik e Fidell (2007) acerca da relação entre a importância das cargas fatoriais e o tamanho da amostra, foram

omitidas cargas fatoriais abaixo de 0,30. As cargas fatoriais da matriz padrão da análise fatorial exploratória com quatro fatores podem ser verificadas na Tabela 8.

Tabela 8

Matriz Padrão da Estrutura Fatorial da EPRAS com Quatro Fatores.

Item	Fator			
	1	2	3	4
Permanecer verificando redes sociais dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,937			
Permanecer falando ao celular em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,929			
Permanecer conversando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,921			
Permanecer namorando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,909			
Esperar alguém ou alguma reunião dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,826			
Estacionamentos com pouca visibilidade facilitam ações de criminosos	0,613			
Estacionamentos mal iluminados dificultam que possíveis vítimas vejam criminosos	0,455			
Pessoas desconhecidas se deslocando em sua direção em um estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio	0,422		0,300	
Estacionamentos isolados facilitam ações de pessoas mal-intencionadas	0,406			0,331
Para estacionar o meu veículo em um estacionamento procuro vagas que tenham melhor visibilidade		0,539		0,472
Antes de estacionar o veículo à noite num estacionamento procuro vagas com melhor iluminação		0,552		0,386
Evito estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios		0,479		0,301
Estacionamentos vazios dificultam que vítimas sejam ouvidas				0,300

quando pedirem socorro	
Flanelinhas em estacionamentos contribuem para o cometimento de crimes	0,800
Vendedores ambulantes em estacionamentos distraem pessoas e facilitam ações de criminosos	0,772
Pessoas desconhecidas paradas próximos ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio	0,373
Evito ficar dentro do veículo quando tenho que esperar alguém em um estacionamento	0,826
Evito ficar conversando dentro do veículo quando estou em um estacionamento	0,768
Sempre que tenho que esperar alguém em um estacionamento, fico afastado do veículo em um local mais movimentado e com melhor iluminação	0,758
Evito ficar próximo ao veículo quando estou em um estacionamento	0,755
Evito permanecer dentro do veículo em estacionamentos	0,666
Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme	0,455

Método de Extração: Fatoração de Eixo Principal.

Método de Rotação: Oblíqua Direta com Normalização de Kaiser^a.

a. Rotação convergida em 9 iterações.

Seis dos vinte e dois itens têm carga dupla, e o fator 3, que parece ter 4 itens, só teria 3 itens com a remoção do seu primeiro item (que tem carga dupla). Dos 5 itens com carga no fator 4, 3 têm carga também no fator 2. Em outras palavras, mesmo que fosse possível resolver o problema da carga dupla, dois dos fatores teriam problemas enormes de fidedignidade pelo número baixíssimo de itens. Neste sentido, em decorrência da instabilidade destes itens que se mostraram presentes em dois ou mais fatores, rejeitou-se esta estrutura fatorial de 4 fatores.

Matriz Padrão (3 fatores)

Tendo em vista o princípio da parcimônia, a partir do qual é mais provável a existência de um número menor de variáveis latentes do que de um número maior, e do fato de que vários itens apresentaram cargas relativamente altas em mais de um fator na estrutura com quatro fatores, conforme descrito, foi realizada uma análise com três fatores. As cargas fatoriais dessa análise podem ser verificadas na Tabela 9.

Tabela 9

Matriz Padrão da Estrutura Fatorial da EPRAS com Três Fatores

Item	Fator		
	1	2	3
Permanecer falando ao celular em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,894		
Permanecer conversando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,891		
Permanecer verificando redes sociais dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,877		
Permanecer namorando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,877		
Esperar alguém ou alguma reunião dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,789		
Estacionamentos com pouca visibilidade facilitam ações de criminosos	0,719		
Pessoas desconhecidas se deslocando em sua direção em um estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio	0,570		
Estacionamentos mal iluminados dificultam que possíveis vítimas vejam criminosos	0,556		
Estacionamentos isolados facilitam ações de pessoas mal-intencionadas	0,537		
Pessoas desconhecidas paradas próximas ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.	0,451		0,303
Estacionamentos vazios dificultam que vítimas sejam ouvidas quando pedirem socorro	0,402		

Evito ficar conversando dentro do veículo quando estou em um estacionamento	0,799
Evito ficar dentro do veículo quando tenho que esperar alguém em um estacionamento	0,768
Evito ficar próximo ao veículo quando estou em um estacionamento	0,751
Sempre que tenho que esperar alguém em um estacionamento, fico afastado do veículo em um local mais movimentado e com melhor iluminação	0,726
Evito permanecer dentro do veículo em estacionamentos	0,679
Antes de estacionar o veículo à noite num estacionamento procuro vagas com melhor iluminação	0,626
Para estacionar o meu veículo em um estacionamento procuro vagas que tenham melhor visibilidade	0,623
Evito estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios	0,543
Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme	0,479
Flanelinhas em estacionamentos contribuem para o cometimento de crimes	0,797
Vendedores ambulantes em estacionamentos distraem pessoas e facilitam ações de criminosos	0,769

Método de Extração: Fatoração de Eixo Principal.

Método de Rotação: Oblíqua Direta com Normalização de Kaiser^a

a. Rotação convergida em 4 iterações.

Apesar dessa análise mostrar mais sucesso do que a de quatro fatores, ela mostrou dois fatores muito fortes e um terceiro fator com apenas três itens, sendo que um também tem carga no fator 1. O resultado é que haveria um fator com apenas dois itens, o que também não é aceitável em termos de fidedignidade, por exemplo. Conforme já foi possível observar na Tabela 6 de Variância Total Explicada, os dados mostram dois fatores de fato, sendo os outros dois apenas uma aberração estatística. Em razão da impossibilidade de se aceitar um fator com apenas três itens, esta estrutura com três fatores também foi rejeitada.

Matriz Padrão (2 fatores)

A análise fatorial exploratória de dois fatores permite não só a confirmação da estrutura de 2 fatores, como a confirmação da exclusão de dois itens que tiveram comportamento estranho verificado ainda na análise exploratória dos dados.

Tabela 10

Matriz Padrão da Estrutura Fatorial com Dois Fatores

Itens	Fator	
	1	2
Permanecer conversando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,910	
Permanecer falando ao celular em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,907	
Permanecer verificando redes sociais dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,893	
Permanecer namorando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,889	
Esperar alguém ou alguma reunião dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos	0,808	
Estacionamentos com pouca visibilidade facilitam ações de criminosos	0,698	
Pessoas desconhecidas se deslocando em sua direção em um estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio	0,622	
Estacionamentos mal iluminados dificultam que possíveis vítimas vejam criminosos	0,552	
Estacionamentos isolados facilitam ações de pessoas mal-intencionadas	0,532	
Pessoas desconhecidas paradas próximos ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio	0,513	
Estacionamentos vazios dificultam que vítimas sejam ouvidas quando pedirem socorro	0,408	
Vendedores ambulantes em estacionamentos distraem pessoas e facilitam ações de criminosos†		
Flanelinhas em estacionamentos contribuem para o cometimento de crimes†		

Evito ficar conversando dentro do veículo quando estou em um estacionamento	0,791
Evito ficar dentro do veículo quando tenho que esperar alguém em um estacionamento	0,780
Evito ficar próximo ao veículo quando estou em um estacionamento	0,765
Sempre que tenho que esperar alguém em um estacionamento, fico afastado do veículo em um local mais movimentado e com melhor iluminação.	0,738
Evito permanecer dentro do veículo em estacionamentos	0,680
Antes de estacionar o veículo à noite num estacionamento procuro vagas com melhor iluminação	0,615
Para estacionar o meu veículo em um estacionamento procuro vagas que tenham melhor visibilidade	0,606
Evito estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios	0,532
Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme	0,481

Nota: † Itens inicialmente de código 5 e 6 não tiveram carga em nenhum dos dois fatores.

Método de Extração: Fatoração de Eixo Principal.

Método de Rotação: Oblíqua Direta com Normalização de Kaiser^a.

Os resíduos são computados entre as correlações observadas e reproduzidas. Há 67 (29,0%) resíduos não redundantes com valores absolutos maiores que 0,05.

Análise Fatorial Confirmatória

Construção do modelo. A estrutura final da análise fatorial exploratória mais parcimoniosa e adequada, tendo em vista as cargas fatorais, foi aquela de dois fatores. Além disso, foi esta a escolhida como critério de comparação a hipótese mais parcimoniosa, de apenas um fator, defendida pelo pacote *nFactors* do *R* no critério de “fator de aceleração”.

Modelo parcimonioso. O modelo parcimonioso foi definido no *R* por meio da seguinte sintaxe, de acordo com os parâmetros do *lavaan::model.syntax()*.

```

modelH0 <- '
f1 =~ i1 + i2 + i3 + i4 + i7 + i8 + i9 + i10 + i11 + i12 + i13 + i14
+ i15 + i16 + i17 + i18 + i19'

```

Modelo H1. O modelo alternativo (H1) foi similarmente definido de acordo com os parâmetros do *lavaan::model.syntax()*.

```

model <- '
f1 =~ i9 + i11 + i12 + i10 + i13 + i4 + i7 + i1 + i2 + i8 + i3
f2 =~ i15 + i21 + i20 + + i22 + i16 + i19 + i17 + i18 + i14'

```

Os modelos foram processados com sucesso e foi possível calcular os índices de ajuste, que são descritos na Tabela 11. Segundo a documentação dos modelos do pacote *lavaan* (Rosseel, 2012), a comparação de modelos deve obedecer a uma série de critérios: antes de tudo, somente modelos aninhados podem ser comparados; isto é, modelos que usam as mesmas variáveis observáveis e casos que só têm diferentes variáveis latentes.

Tabela 11

Comparação entre Modelos da Escala de Percepção de Risco e Atitude Segura com o Estimador de Mínimos Quadrados Ponderados Diametralmente

Modelos	Parcimonioso	H1	Ideal
Estimador	DWLS	DWLS	N/A
F (mín.)	0,184	0,184	N/A
χ^2	408,290	231,758	Menor ^a
gl	1,19E+02	1,19E+02	N/A
p (χ^2)	1,00E-03	1,00E-03	Maior que 0,05 ^b
CFI	0,888	0,985	Maior que 0,95 ^c
NNFI	0,872	0,983	Maior que 0,95 ^b
RMSEA (IC95)	0,062 [0,052 ; 0,069]	0,024 [0,016 ; 0,032]	Menor que 0,06 ^c
p (RMSEA)	0,001	1,000	Maior que 0,05 ^c
SRMR	0,146	0,078	Menor que 0,08 ^b

AGFI	0,864	0,952	Maior que 0,95 ^b
MFI	0,764	0,951	Maior que 0,95 ^b

^a Gatignon, 2010; ^b Hu, & Bentler, 1999; ^c Brown, 2015

Houve correlação entre os dois fatores de 0,39. Os valores padronizados de regressão entre os itens do fator um (f1, Percepção de Risco) foram de 0,48 a 0,82. No fator dois (f2, Atitude Segura), a amplitude ficou entre 0,48 e 0,71. Todos os escores podem ser vistos no diagrama abaixo.

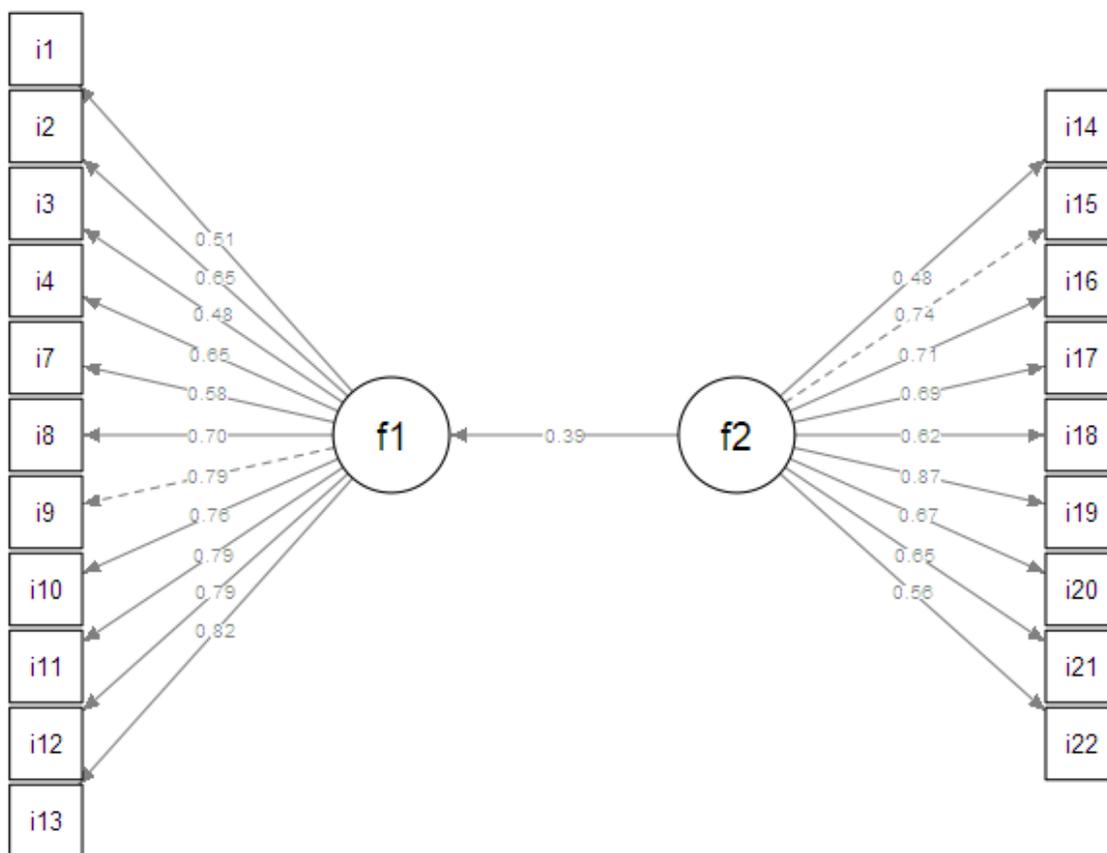


Figura 9

Diagrama de Árvore da Análise Fatorial Confirmatória Contendo os Valores Padronizados de Regressão entre os Itens e os Fatores da EPRAS.

Por fim, os índices de fidedignidade das escalas foram adequados. Além do lambda-4 de Guttman, $\Lambda_4 = 0,94$, que representa a melhor estimativa de fidedignidade de itens numa

escala apenas ordenada, e não intervalada, o alfa de Cronbach também obteve valor adequado, $\alpha = 0,91$. No entanto, apesar de se tratar de uma estimativa de fidedignidade mais famosa, o valor a ser considerado não é o alfa de Cronbach, mas sim o lambda-4 de Guttman, sendo o alfa de Cronbach equivalente ao lambda-3 de Guttman, que é uma subestimação da fidedignidade real por não ser robusta ao tipo de escala utilizado.

Interpretação

Para fazer a interpretação em si é necessário conhecer os dois tipos de índices que são usados para avaliar os modelos: índices de ajuste absoluto e índices de ajustes relativos.

Dentre os primeiros estão χ^2 , RMSEA, SRMR e AGFI. Os índices absolutos procuram medir o quão bem o modelo representa os dados. Em outras palavras, após o modelo ser aplicado, existem resíduos: correlações que ele disse que haveriam, mas que não houveram, ou correlações que ele disse que não haveriam, mas houveram.

Já os índices relativos comparam o modelo a um modelo hipotético, uma “hipótese nula”, por assim dizer. No entanto, ao passo que neste trabalho foi realizada um tipo de “hipótese nula positiva”, mais comum na área das biológicas, em que foi criado um modelo com as correlações esperadas, no entanto, num modelo unidimensional, que seria uma competição ao modelo bidimensional por ser mais parcimonioso. No caso dos índices de ajuste relativo, estas estatísticas são comparadas a um modelo totalmente sem correlações, o que seria uma “hipótese nula negativa”. Com estes princípios básicos, é possível avaliar estatística por estatística.

Apesar de ser dependente dos valores arbitrários das medidas utilizadas nas escalas, o menor χ^2 entre modelos aninhados—isto é, modelos nos quais as mesmas variáveis estão inseridas, é preferível. Isto porque o χ^2 compara a matriz de covariância do modelo com uma matriz esperada, de forma que o ideal seria que o modelo não seja diferente. Fixadas as demais condições, quanto maior o χ^2 , menor o p . Na situação corrente, ambos os modelos

tiveram p-valor abaixo de 0,05, indicando que os modelos seriam significativamente diferentes do ideal, ou seja, que há correlações não explicadas pelo modelo. Mesmo assim, os modelos não tiveram o mesmo desempenho, tendo o modelo H1 (contendo a hipótese da presente pesquisa) obtido um melhor, $\chi^2 = 231,738$, em comparação ao modelo unidimensional, $\chi^2 = 408,290$.

Apesar do modelo proposto não ter obtido o valor de p desejado no teste de χ^2 , é conhecido que este teste, como qualquer teste de hipótese, traz um viés automático para estudos com maiores amostras (Gatignon, 2010). O RMSEA evita esse problema analisando a discrepância entre o modelo hipotetizado com os parâmetros estimados e a matriz de covariância estimada da população. Os valores aceitáveis são abaixo de 0,06 (Brown, 2015). O valor foi aceitável no modelo proposto no presente trabalho, RMSEA = 0,02, mas não no modelo unidimensional, RMSEA = 0,062.

O SRMR é a raiz quadrada da discrepância entre as versões padronizadas da matriz de covariância da amostra e a da matriz de covariância do modelo (Kline, 2010). O valor aceitável seria menor 0,08 (Hu, & Bentler, 1999). Novamente, o valor da hipótese defendida no presente estudo foi adequado, SRMR = 0,078, em contraposição ao valor inadequado da hipótese de um teste unidimensional, SRMR = 0,146.

Tabela 12

Estimadores de Análises Fatoriais Confirmatórias para Dados Ordinais

Estimador	Descrição
Linha de Base (Baseline)	não é um método de estimação, trata-se apenas de um cálculo de estimadores que o lavaan sempre faz (do χ^2 e seu p , que dão origem aos demais índices de ajuste) sem algoritmo adicional para que você compare.
Weighted Least Squares (WLS)	quadrados mínimos ponderados, um método parecido com o Ordinary Least Squares—OLS, que vemos em MIP ou Regressão, mas que pondera os dados para compensar o fato de as correlações usadas serem policóricas devido ao uso de escalas ordinais)
Diagonally Weighted Least	quadrados mínimos ponderados diagonalmente, um método mais otimizado do que o WLS para nossos fins, mas menos

Enfrentamento	7,59	0,09	2,47	-0,41	0,1	-0,08	0,2	0,74
Autodeterminação de Ação	7,38	0,10	2,60	-0,46	0,1	-0,14	0,2	0,79
Hedonismo	7,32	0,09	2,15	-0,44	0,1	0,34	0,2	0,33
Poder Recursos	6,95	0,08	2,11	-0,18	0,1	0,29	0,2	0,47
Conformidade com as Regras	6,77	0,09	2,16	-0,23	0,1	0,36	0,2	0,15
Benevolência Cuidado	6,62	0,1	2,44	0,01	0,1	-0,34	0,2	0,54
Tradição	6,46	0,07	1,77	-0,03	0,1	1,16	0,2	0,38
Universalismo Natureza	6,44	0,09	2,35	-0,22	0,1	0,06	0,2	0,41
Segurança Pessoal	6,34	0,08	1,96	0,2	0,1	0,29	0,2	0,09
Universalismo Preocupação	6,23	0,08	2,04	-0,05	0,1	0,31	0,2	0,15
Estimulação	4,70	0,10	2,56	0,35	0,1	-0,29	0,2	0,53

Nota: dois participantes foram removidos dos cálculos por não terem respondido e/ou terem respondido de forma incorreta.

Valores de Policiais e Não-Policiais

Tabela 14

Tipos Motivacionais da Teoria de Valores de Schwartz em Ordem Decrescente de Importância Comparando Policiais (n = 323) e Não-Policiais (n = 304)

	Média		Desvio- Padrão		Assimetr Padrão		Curtose Padrão	
	É policial?	Não	É policial?	Não	É policial?	Não	É policial?	Não
Benevolência	9,065	0,113	2,038	-1,087	0,136	1,935	0,271	
Dependência	8,898	0,115	2,068	-0,632	0,136	0,573	0,271	
Realização	8,557	0,112	2,006	-0,507	0,136	0,315	0,271	
Segurança Social	8,517	0,121	2,173	-0,608	0,136	0,827	0,271	
Universalismo	8,263	0,122	2,187	-0,637	0,136	0,67	0,271	
Tolerância	8,139	0,126	2,257	-0,425	0,136	0,093	0,271	
Conformidade								
Interpessoal								
Humildade								

Dominância	8,127	0,120	2,164	-0,396	0,136	0,16	0,271
Autodeterminação de Pensamento	7,783	0,121	2,168	-0,394	0,136	0,236	0,271
Enfrentamento	7,606	0,145	2,621	-0,382	0,136	-0,182	0,271
Hedonismo	7,167	0,128	2,296	-0,321	0,136	-0,021	0,271
Poder Recursos	7,059	0,117	2,098	-0,143	0,136	0,054	0,271
Autodeterminação de Ação	6,830	0,152	2,732	-0,181	0,136	-0,515	0,271
Benevolência Cuidado	6,755	0,140	2,521	-0,006	0,136	-0,446	0,271
Universalismo Natureza	6,632	0,131	2,347	-0,157	0,136	0,078	0,271
Universalismo Preocupação	6,529	0,111	1,988	0,133	0,136	0,079	0,271
Conformidade com as Regras	6,505	0,126	2,257	-0,236	0,136	0,218	0,271
Tradição	6,384	0,102	1,832	-0,1	0,136	0,783	0,271
Segurança Pessoal	6,338	0,112	2,017	0,199	0,136	0,11	0,271
Estimulação	4,669	0,139	2,501	0,453	0,136	-0,175	0,271
É policial? Sim							
Benevolência dependência	9,145	0,110	1,915	-1,232	0,14	2,847	0,279
Segurança Social	8,526	0,112	1,945	-0,974	0,14	2,154	0,279
Realização	8,395	0,109	1,901	-0,848	0,14	1,331	0,279
Poder Dominância	8,253	0,128	2,225	-0,472	0,14	0,077	0,279
Humildade	8,016	0,126	2,200	-0,521	0,14	0,29	0,279
Autodeterminação de Ação	7,974	0,133	2,314	-0,732	0,14	0,864	0,279
Universalismo Tolerância	7,938	0,125	2,175	-0,547	0,14	0,404	0,279
Conformidade Interpessoal	7,865	0,121	2,109	-0,457	0,14	0,617	0,279
Autodeterminação de Pensamento	7,711	0,127	2,207	-0,481	0,14	0,095	0,279
Enfrentamento	7,592	0,132	2,313	-0,474	0,14	-0,020	0,279
Hedonismo	7,474	0,114	1,982	-0,551	0,14	0,889	0,279

Conformidade com as Regras	7,046	0,115	2,013	-0,112	0,14	0,425	0,279
Poder Recursos	6,829	0,121	2,116	-0,209	0,14	0,548	0,279
Tradição	6,549	0,098	1,703	0,08	0,14	1,652	0,279
Benevolência Cuidado	6,474	0,135	2,357	-0,002	0,14	-0,207	0,279
Segurança Pessoal	6,339	0,109	1,900	0,194	0,14	0,535	0,279
Universalismo Natureza	6,234	0,134	2,331	-0,294	0,14	0,006	0,279
Universalismo Preocupação	5,918	0,118	2,058	-0,202	0,14	0,357	0,279
Estimulação	4,724	0,150	2,618	0,257	0,14	-0,381	0,279

Nota: dois participantes foram removidos dos cálculos por não terem respondido e/ou terem respondido de forma incorreta.

Como os valores dos tipos motivacionais se conformaram bem a curva normal, foi possível comparar os valores de policiais e não policiais pelas médias apresentadas na Tabela 13. Ao se avaliar as estatísticas dos tipos motivacionais apresentadas na Tabela 14, foi possível concluir que não houve diferença significativa entre os valores apresentados pelos policiais e os valores apresentados pelos não policiais.

EPRAS e PVQ-R

Tendo em vista a distribuição aproximadamente normal das variáveis compostas, como os tipos motivacionais e os fatores da EPRAS, foram realizadas correlações de Pearson para avaliar a relação entre os tipos motivacionais da teoria de valores de Schwartz e a Percepção de Risco, bem com a Atitude Segura. O coeficiente de correlação de Pearson calcula-se da seguinte forma:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

Os coeficientes de correlação, bem como seus valores de significância, podem ser vistos na Tabela 15. Apenas os coeficientes que obtiverem valor de significância abaixo de 0,05 devem ser interpretados.

Tabela 15

Correlações entre os Escores de Percepção de Risco e Atitude Segura e os 19 Motivacionais da Teoria do PVQ-R

	EPRAS: PR	<i>p</i>	EPRAS: AS	<i>p</i>
EPRAS: Percepção de Risco	1		0,429	>0,001
EPRAS: Atitude Segura	0,429	>0,001	1	
Autodeterminação de Pensamento	0,179	>0,001	0,139	>0,001
Autodeterminação de Ação	0,128	0,001	0,094	0,019
Estimulação	-0,015	0,710	-0,072	0,071
Hedonismo	0,095	0,017	0,041	0,300
Realização	0,174	>0,001	0,100	0,012
Poder Recursos	0,080	0,046	0,136	0,001
Poder Dominância	0,085	0,033	0,016	0,684
Segurança Pessoal	0,008	0,845	-0,072	0,072
Segurança Social	0,151	>0,001	0,079	0,048
Tradição	0,061	0,125	-0,059	0,141
Conformidade com as Regras	0,100	0,012	0,032	0,419
Conformidade Interpessoal	0,220	>0,001	0,135	0,001
Humildade	0,182	>0,001	0,129	0,001
Benevolência Dependência	0,210	>0,001	0,106	0,008
Benevolência Cuidado	0,046	0,251	-0,073	0,068
Universalismo Preocupação	0,144	>0,001	0,079	0,049
Universalismo Natureza	0,026	0,522	0,024	0,551
Universalismo Tolerância	0,128	0,001	0,073	0,067
Enfrentamento	0,113	0,005	0,110	0,006

Todas as correlações exibidas são consideradas, nos critérios informados por diversos autores, de magnitude baixa (Santos, 2018). No entanto, é de amplo conhecimento que os

critérios generalizados para interpretações são pouco informativos, uma vez que os efeitos que são encontrados em uma área com medições de extrema precisão e bilhões de repetições—como, por exemplo, os trabalhos nos aceleradores de partículas, que exigem cinco desvios-padrão para avaliação de uma descoberta; certamente não correspondem aos tamanhos de efeito de ciências mais novas, com medições mais modestas. Cohen, (1988), por exemplo, pouco tempo após propor o agora famoso d de Cohen, sugere uma escala para os valores de d , mas alerta sobre a necessidade de buscar antes informações mais relevantes para o campo de estudo antes de utilizá-la.

Comparações

Pressupostos Estatísticos

A escolha de testes estatísticos para comparação entre grupos independentes—isto é, grupos cujos escores não foram uns afetados pelos outros, por razão dos participantes não serem associados, depende da compreensão de características dos dados. Uma das características centrais é a normalidade, isto é, se a distribuição dos dados num histograma forma uma distribuição em forma de sino. Existem duas formas de realizar esta verificação. Uma, mais restrita, é a estatística, representada pelos testes de K-S e W. A outra é a observação direta. Para este fim, tanto os testes quanto os histogramas são apresentados a seguir.

Sexo

Inicialmente, já foi possível notar que todos os testes, seja de Percepção de Risco ou de Atitude Segura, seja do sexo masculino ou feminino, são significativos. Isso significa que todos consideram que as distribuições presentes nos histogramas abaixo são significativamente diferentes de uma curva normal. No entanto, testes de significância podem ser enviesados pelo tamanho da amostra. Por isso, também são apresentados os histogramas,

nos quais foi feita uma análise gráfica. Mesmo assim, não foi possível concluir que houvesse qualquer sinal de normalidade nessas amostras.

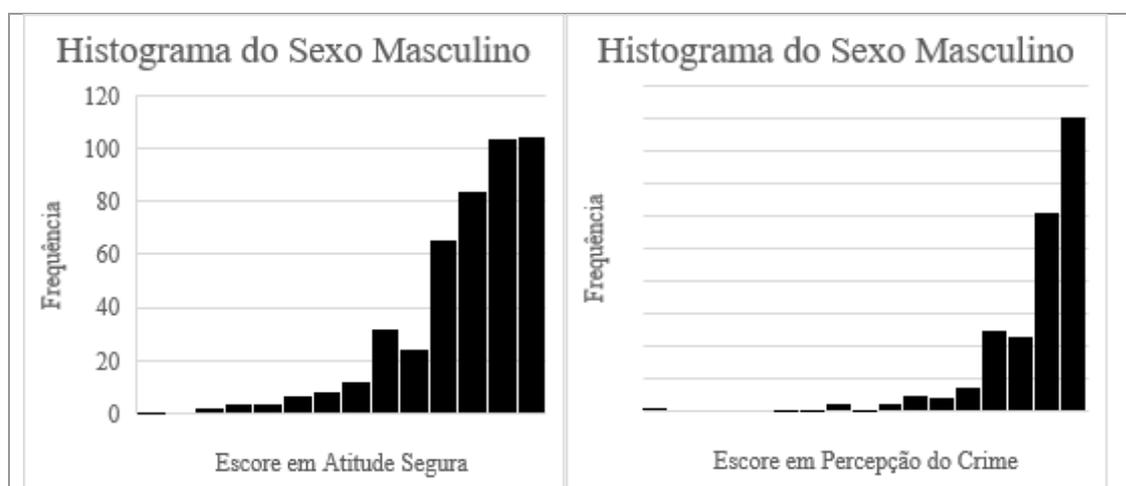
Tabela 16

Testes de Normalidade para os Fatores Percepção de Risco e Atitude Segura dividido por Sexo

		K-S ^a	gl	p	W	gl	p
Percepção de Risco	Masculino	0,243	453	>0,001	0,674	453	>0,001
	Feminino	0,321	176	>0,001	0,446	176	>0,001
Atitude Segura	Masculino	0,170	453	>0,001	0,840	453	>0,001
	Feminino	0,189	176	>0,001	0,801	176	>0,001

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Os quatro histogramas, que podem ser vistos na Figura 10, no entanto, oferecem o mesmo diagnóstico. O motivo da diferença tão grande da normalidade é uma assimetria negativa.



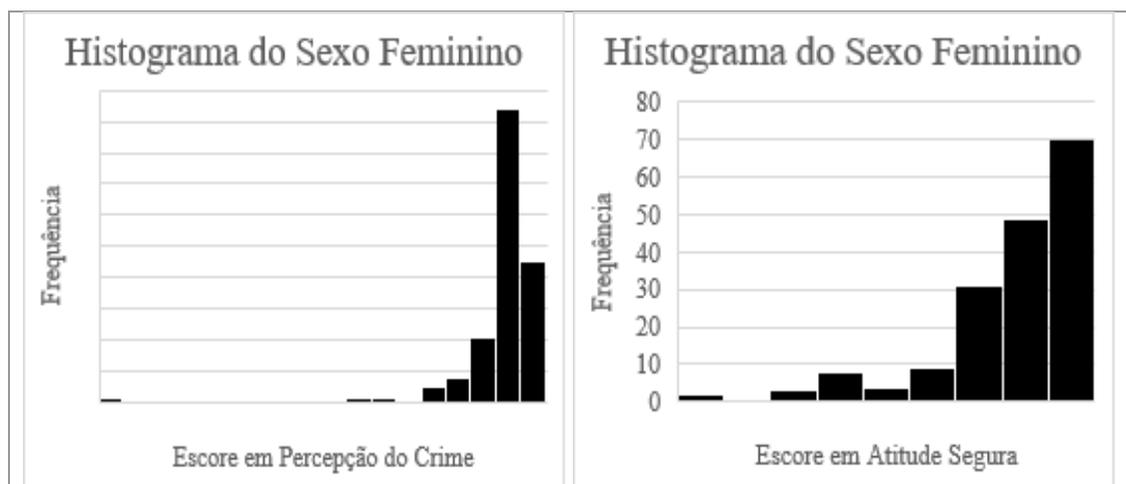


Figura 10

Histogramas de Percepção de Risco e Atitude Segura dos Participantes que Marcaram Ser do Sexo Masculino ou do Sexo Feminino

No que diz respeito a comparação de grupos de sexo, Tabela 18, divididos entre masculino e feminino, em ambos os fatores, o teste de Mann-Whitney permitiu rejeitar a hipótese nula. No fator 1, percepção do crime, o sexo feminino obteve escores significativamente maiores, $U(629) = 49.844,5$; $p < 0,001$. No fator 2, atitude segura, a situação se repetiu, $U(629) = 44.436,5$; $p = 0,02$.

Não-Policial vs. Policial

Tabela 17

Testes de Normalidade da Percepção de Risco e Atitude Segura dos Policiais e Não-Policiais

	Policial	K-S ^a	gl	p	W	gl	p
Percepção de Risco	Não	0,270	324	>0,001	<i>p</i>	324	>0,001
	Sim	0,256	305	>0,001	0,624	305	>0,001
Atitude Segura	Não	0,183	324	>0,001	0,807	324	>0,001
	Sim	0,166	305	>0,001	0,857	305	>0,001

a. Correlação de Significância de Lilliefors

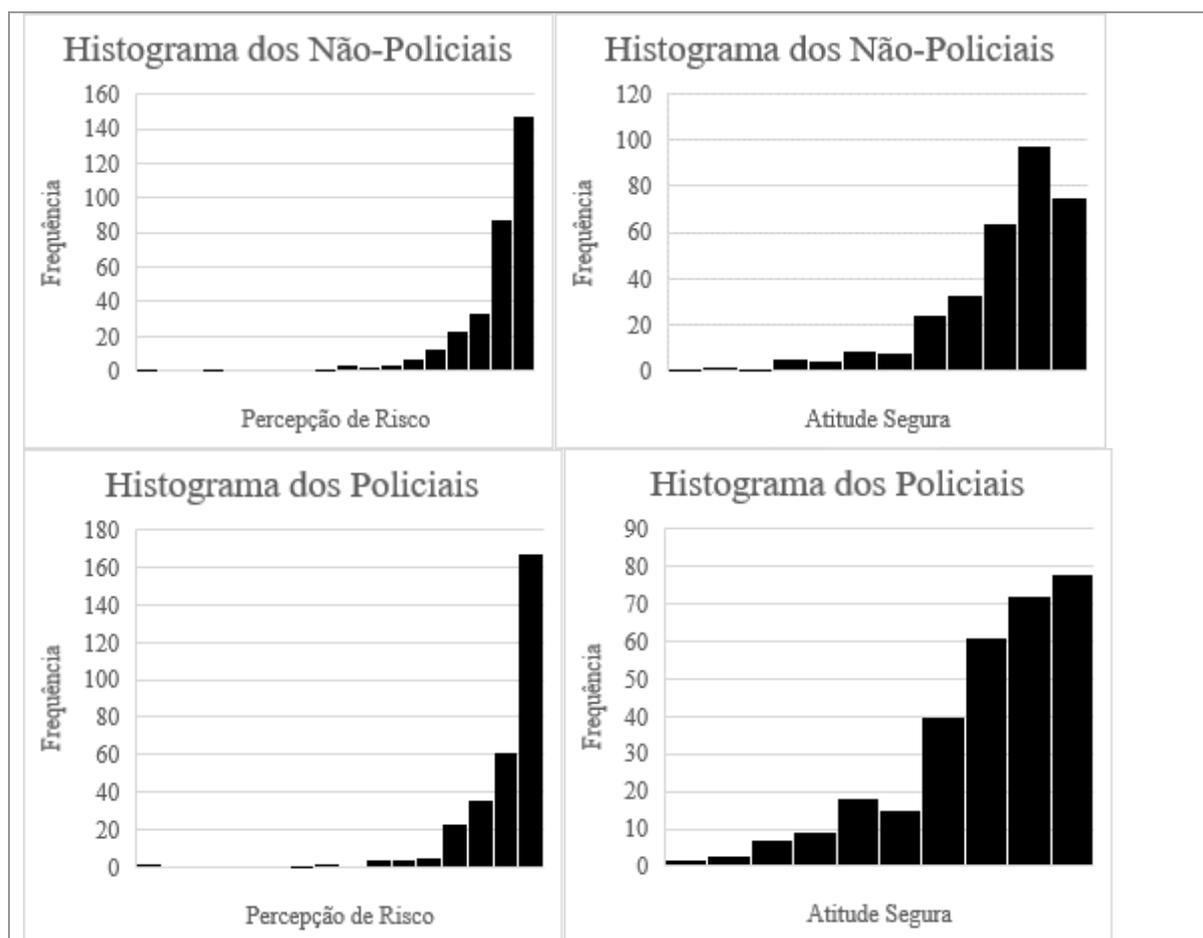


Figura 11

Histogramas da Percepção de Risco e Atitude Segura dos Policiais e Nô-Policiais

Testes

Tendo em vista o resultado dos testes dos pressupostos estatísticos, que demonstraram a falta de normalidade em todas as variáveis de interesse, foram realizados os testes conhecidos como não-paramétricos para amostras independentes. Nas comparações seguintes, a diferença de grupos de participantes será testada estatisticamente com o teste de Mann-Whitney.

Tabela 18

Teste de Mann-Whitney para Amostras Independentes

	Masculino vs. Feminino		Não-Policiais vs. Policiais	
	Percepção de Risco	Atitude Segura	Percepção de Risco	Atitude Segura
N total	629	629	629	629
U de Mann-Whitney	49.844,500	44.436,500	47.684,000	50.466,000
Wilcoxon <i>W</i>	65.420,500	60.012,500	94.349,000	97.131,000
Erro padrão	2.044,874	2.044,874	2.276,584	2.276,584
<i>Z</i>	4,881	2,236	-0,758	0,464
<i>p</i> (teste de dois lados)	>0,001	0,025	0,448	0,643

Não foi possível observar diferença entre o grupo que separava policiais de não policiais. O teste de Mann-Whitney revelou que não houve diferença significativa entre não-policiais e policiais nos dois fatores mensurados pela EPRAS, isto é, tanto em Percepção de Risco, como em Atitude Segura.

Discussão

Esta discussão tem como finalidade trazer ao trabalho uma análise da pesquisa realizada, bem como discutir os resultados obtidos. Ela encontra-se estruturada em duas partes, de modo que considera a organização da dissertação que fora dividida em dois estudos. Assim sendo, quanto ao primeiro estudo, Estudo 1, os trabalhos foram voltados para a construção de um instrumento para ser utilizado para coleta de dados no trabalho. Já o segundo estudo, Estudo 2, este foi voltado para aplicação dos instrumentos utilizados na pesquisa com fins de coletar dados, bem como para análises estatísticas e interpretação dos resultados encontrados.

No trabalho encontra-se uma abordagem que busca inserir os cidadãos, não policiais, numa temática de extrema relevância que é a promoção da segurança pública. Isto porque, embora o Estado seja o principal responsável em promovê-la, ele não tem condições de

garantir que todos estejam seguros o tempo todo, de maneira que há uma necessidade precípua no sentido de que cada pessoa faça a sua parte para garantir a sua segurança pessoal, de seus familiares e de pessoas próximas.

É na prevenção que o Estado alcança o seu principal objetivo, isto porque, se ele consegue evitar que o crime seja consumado, pode-se dizer que o seu maior objetivo foi realizado. Caso ele falhe nessa missão, qualquer serviço de investigação que se faça com o objetivo de desvendar o crime e prender o criminoso, num caso de latrocínio por exemplo, onde há as práticas de crimes de roubo e de homicídio ao mesmo tempo, isto não trará a vida ceifada de volta. Com isto, o que merece destaque é a prevenção criminal com a participação de todos, pois se ela for bem-feita, certamente menos crimes ocorrerão e caso aconteçam não terão consequências tão graves como se vê em determinados crimes consumados.

Portanto, a principal questão debatida girou em torno do fato de que dois construtos, percepção de risco e atitude segura, se correlacionam de modo a fazerem parte das decisões tomadas na vida cotidiana das pessoas. Outra questão relevante abordada na pesquisa diz respeito aos valores humanos individuais, que apresentam uma ligação muito importante com as atitudes e comportamentos dos indivíduos. Quanto a estas três variáveis, elas foram estudadas no sentido de serem mensuradas quanto à percepção de risco, atitude segura, assim como os valores de policiais e não policiais, de homens e mulheres, dois grupos específicos que responderam os instrumentos da pesquisa.

Haviam outros grupos que poderiam ser avaliados, mensurados e comparados, todavia estes grupos, foram escolhidos em detrimento dos demais em razão de policiais passarem por preparação específica e especial para o combate à criminalidade oferecida pelo Estado e os não policiais não serem submetidos a tais treinamentos. Quanto à avaliação, mensuração e comparação envolvendo homens e mulheres, estas duas categorias foram escolhidas pelo

motivo das mulheres, em muitas ocasiões, serem avaliadas como mais vulneráveis em relação às pessoas do sexo masculino.

O referencial teórico foi essencial para apresentar indícios de que estacionamentos são locais costumeiramente utilizados para práticas delituosas. Isto porque criminosos veem estes ambientes como locais propícios para a realização de crimes de oportunidade, que não requerem um planejamento específico do delinquente. Assim sendo, os delitos cometidos nessas áreas na maioria das ocasiões são aqueles motivados pela percepção de alvos fáceis e vítimas vulneráveis. Normalmente os crimes cometidos nestes ambientes são furtos, roubos, sequestros e estupros. Além de fortalecer o argumento de pesquisa, o referencial teórico também apresenta as definições e sustentação teórica referentes às variáveis da pesquisa.

Além da segurança pública oferecida pelo Estado é necessário que haja um engajamento das pessoas assumindo uma posição relevante no modo de se comportar. Isto porque as polícias não podem garantir a segurança o tempo todo, tendo em vista que é impossível encontrarem-se presentes em todos os lugares ao mesmo tempo. Desta forma, quando as pessoas evitam distrações desnecessárias, como ficar em redes sociais em locais de risco, assim como deslocamentos sem se atentarem para os riscos à sua volta, tais pessoas deixam de figurar como atratores ideais por criminosos.

Pelo referencial teórico foi possível entender que as variáveis da pesquisa não podem evitar que as pessoas sejam vítimas de crimes, tendo em vista que o delito pode ser dificultado e evitado pelo comportamento adotado pelas potenciais vítimas, variável que não foi objeto deste estudo. Logo, ao se estudar percepção de risco, atitude e valores o que se faz é o estudo dos antecedentes do comportamento e não dele em si. Pergunta-se por que é então relevante estudar estas variáveis? A resposta, segundo a literatura, vem do fato de que tais variáveis podem funcionar como preditoras do comportamento, tendo também a possibilidade de moldar um comportamento a ser exteriorizado ou mesmo determiná-lo.

Após considerar a importância das variáveis propostas na pesquisa, tornou-se necessário elaborar uma escala que pudesse conhecer e mensurar a percepção de risco e atitude segura das pessoas enquanto usuárias de estacionamentos públicos e privados de livre circulação. Portanto, foi desenvolvida a escala de Percepção de Risco e Atitude Segura (EPRAS). Esta escala foi desenvolvida levando em consideração o Referencial Teórico da Dissertação, bem como a literatura que estabelece o método a ser seguido para realização de construção de um instrumento dessa natureza.

A escala teve o seu processo de construção pautado em duas fases, de tal maneira que a primeira contou com processos qualitativos, grupos focais e entrevistas, em que se destacam os itens gerados a partir dos resultados gerados a partir da literatura corrente e pelos dados obtidos com o uso do software Iramuteq. Ainda nesta primeira fase os itens foram submetidos à apreciação de juízes, os quais os avaliaram quanto à clareza de linguagem, pertinência e relevância teórica. Também consideraram a adequação dos itens às facetas de Percepção de Risco e Comportamento Seguro.

No cálculo do CVC foi verificado que todos os itens se mostraram adequados para integrarem o instrumento em questão, isto porque o CVC para avaliação dos itens quanto à clareza, à pertinência e à Relevância Teórica foi igual ou superior a 0,80 conforme orienta Hernandez-Nieto (2002). Quanto à correspondência do item à faceta, os itens apresentaram uma concordância de 100%. Desta forma, no início todos os itens foram aceitos, tendo em vista que a literatura julga um item como aceitável a partir de 0,60, e desejável acima de 0,80. Como os resultados obtidos atingiram as médias indicadas na literatura, procedimento quantitativo, o instrumento foi considerado adequado para coleta de dados da pesquisa.

Na segunda fase, os dados coletados na pesquisa foram submetidos a cálculos estatísticos tendo como finalidade confirmar a validação do instrumento tendo como pressuposto a indicação de validade apontada pelos juízes. Este processo foi realizado

alicerçado em cálculos estatísticos, oportunidade em que se considerou as Análises Fatorial Exploratória e Confirmatória dos dados.

Como não tinham estudos anteriores referentes às variáveis estudadas na corrente pesquisa, houve a necessidade de realização de análises de componentes principais, e ainda análises com o fim de identificar uma estrutura fatorial ideal para a escala. Ainda foram realizados os testes de KMO e Bartlett da amostra coletada, nestes testes o resultado do KMO foi 0,885, acima de 0,7, o que fundamentou a continuidade dos cálculos estatísticos inerentes. O teste de Bartlett que mede a multicolinearidade dos itens, também se mostrou consistente, ou seja, teve resultado positivo indicando com isto, que houve multicolinearidade.

Para verificar o número de fatores a ser extraído na análise fatorial exploratória foram utilizadas três técnicas; inicialmente foi considerado o número de componentes com autovalor maior que 1, depois utilizou-se o diagrama de sedimentação, e, por fim, a análise paralela. Este diagrama sugere a existência de no máximo quatro fatores. Sem, no entanto, desprezar o uso de três ou dois fatores. Após as análises adequadas para a seleção de quantos fatores a escala deveria apresentar, e considerando a Variância Total Explicada, os dados foram robustos em determinar dois fatores apenas, visto que as matrizes padrão de quatro e três fatores apresentaram aberração estatística.

Para a análise fatorial confirmatória, foi utilizado o pacote *lavaan*. Com base na sintaxe do pacote *lavaan::model.syntax*. deu-se a construção de modelos a partir dos resultados acerca da dimensionalidade e dos outros dados coletados na fase da AFC. Assim, foram criados modelos a partir de comparação no critério estatístico, considerando os dados da AFC. Também utilizou-se o critério da parcimônia, onde comparou-se os modelos de um maior número de fatores com prováveis modelos de menores números de fatores.

Após considerar as cargas fatoriais, o modelo escolhido foi o de dois fatores como hipótese alternativa (H1). Um modelo aninhado H0 unidimensional foi construído para

comparação. Ao determinar as condições de quanto maior o χ^2 , menor o p , na situação presente, os dois modelos tiveram p-valor abaixo de 0,05, indicando que os modelos seriam significativamente diferentes de um modelo ideal, apesar do modelo H1, contendo a hipótese da presente pesquisa, ter obtido um melhor $\chi^2 = 231,738$, em comparação ao modelo unidimensional, $\chi^2 = 408,290$, que impacta positivamente grande parte dos demais índices de ajuste, o que de fato se mostrou. Os índices de ajuste do modelo H1 foram superiores não só aos do modelo H0, como foram adequados levando em consideração os valores de comparação propostos na literatura (Tabachnik & Fidell, 2007).

Embora o modelo proposto não tenha obtido o valor de p desejado no teste de χ^2 , é conhecido que este teste, como qualquer teste de hipótese, traz um viés automático para estudos com maiores amostras (Gatignon, 2010). O RMSEA evita esse problema analisando a discrepância entre o modelo hipotetizado com os parâmetros estimados e a matriz de covariância estimada da população. Os valores aceitáveis são abaixo de 0,06 (Brown, 2015). O valor foi aceitável no modelo proposto no presente trabalho, RMSEA = 0,02, mas não no modelo unidimensional, RMSEA = 0,062.

O SRMR é a raiz quadrada da discrepância entre as versões padronizadas da matriz de covariância da amostra e a da matriz de covariância do modelo (Kline, 2010). O valor aceitável seria menor 0,08 (Hu, & Bentler, 1999). Novamente, o valor da hipótese defendida no presente estudo foi adequado, SRMR = 0,078, em contraposição ao valor inadequado da hipótese de um teste unidimensional, SRMR = 0,146.

Ao final a escala apresentou índices de fidedignidade adequados. Isto porque além do lambda-4 de Guttman, $\Lambda_4 = 0,94$, que representa a melhor estimativa de fidedignidade de itens numa escala apenas ordenada, e não intervalada, o alfa de Cronbach também obteve valor adequado, $\alpha = 0,91$. Considerando que 1 seria o máximo valor que esses índices poderiam ter, pode-se ver que os valores aqui apresentados ficaram bem próximos do ideal.

Conforme visto, foram feitas análises fatoriais exploratória e confirmatória com os dados coletados. Por estas análises, foi possível constatar que a EPRAS passou pelo segundo teste de validação, o que confirmou que este instrumento possui evidências de validade robustas e atende às prescrições literárias. Com isto, os dados coletados por meio deste instrumento puderam ser considerados válidos e analisados segundo os critérios, objetivos e hipóteses desta pesquisa.

Para alcançar os objetivos deste trabalho concomitantemente com a aplicação da EPRAS, também foi aplicada a PVQ-R de Schwartz (Schwartz, 2012), bem como um questionário para coleta de dados sociodemográficos. Desta maneira, após a construção e validação da EPRAS, deu-se início ao segundo estudo, Estudo 2, que consistiu na aplicação destes instrumentos, bem como nos cálculos estatísticos e análise dos dados obtidos.

Apesar da amostra ter contado com 629 sujeitos, para a análise referente aos valores, tipos motivacionais, dois participantes foram removidos dos cálculos por não terem respondido e/ou terem respondido de forma incorreta. Os tipos Motivacionais da Teoria de Valores de Schwartz foram avaliados em Ordem Decrescente de Importância Comparando Policiais (n = 323) e Não-Policiais (n = 304). As correlações entre a EPRAS e a PVQ-R foram feitas tendo como pressuposto os fatores de cada instrumento, de certo que foram considerados os 19 tipos motivacionais de Schwartz com os dois fatores da EPRAS. As correlações realizadas foram as de Pearson, que avaliaram a relação entre os tipos motivacionais ora referenciados, tendo em vista que as variáveis se comportaram de forma relativamente normal.

Foi observado que todas as correlações exibidas são consideradas, nos critérios informados por diversos autores (por ex.: Cohen, 1988), de magnitude baixa. Todavia, apesar disso e, tomando por consideração que os critérios generalizados para interpretações são pouco informativos, pode-se destacar que os resultados obtidos foram significativos ao

demonstrarem que houve uma correlação entre os fatores de cada escala e indicar que os tipos motivacionais da escala de valores influenciam os fatores de percepção de risco e atitude segura da EPRAS. Nota-se, ainda, que este tipo de correlação ainda é comum em estudos de valores (Torres & Pérez-Nebra, 2007).

Também foram feitas outras comparações considerando o sexo dos entrevistados, só que desta vez considerou-se a correlação entre os fatores da EPRAS, de modo que foi avaliado se percepção de risco e atitude segura são entendidos de forma semelhante pelas amostras destacadas. Para esta averiguação foram considerados os 629 respondentes tendo em vista que todos responderam todos os itens da EPRAS, bem como do questionário sociodemográfico. Assim, a comparação foi feita com 453 sujeitos do sexo masculino e 176 sujeitos do sexo feminino.

Como pode ser visto na correlação de significância de Lilliefors para o teste de Kolmogorov-Smirnov, assim como nos Histogramas de Percepção de Risco e Atitude Segura dos Participantes que Marcaram Ser do Sexo Masculino ou do Sexo Feminino, foi possível notar que todos os testes foram significativos. Isto indica que a distribuição das variáveis não foi considerada normal e foi necessário realizar um teste não-paramétrico. O teste de Mann-Whitmann mostrou que houve sim diferenças significativas entre as percepções de risco e de atitude segura entre os sexos. Assim, conforme pode ser observado, quanto ao fator 1, percepção do crime, o sexo feminino obteve escores significativamente maiores, $U(629) = 59.844,5$; $p < 0,001$. No fator 2, atitude segura, a situação se repetiu, $U(629) = 44.439,50$; $p = 0,02$.

Ainda foram realizadas outras comparações considerando indivíduos Não-Policiais verso Policiais, considerando também a correlação entre os fatores da EPRAS, de modo que foi avaliado se percepção de risco e atitude segura são entendidos de forma semelhante pelas amostras destacadas. Para esta averiguação foram considerados os 629 respondentes tendo

em vista que todos responderam todos os itens da EPRAS, bem como do questionário sociodemográfico. Assim, a comparação foi feita com 324 sujeitos Não-Policiais e 305 sujeitos Policiais.

Quanto à comparação de Não-Policiais verso Policiais, para o cálculo estatístico foi considerada a Correlação de Significância de Lilliefors. Também foram considerados os Histogramas da Percepção de Risco e Atitude Segura dos Policiais e Não-Policiais. Pela análise do resultado obtido foi possível notar que todos os testes foram significativos. Neste caso, foi necessário utilizar o teste de Mann-Whitney para amostras independentes. No entanto, neste grupo, não foi possível encontrar diferenças estatísticas. Isto indica que tanto Não-Policiais, quanto policiais têm entendimentos semelhantes quanto ao significado dos fatores da EPRAS.

Foram levantadas cinco hipóteses de pesquisa a partir do objetivo geral, o qual foi construído tendo como foco avaliar a percepção de risco e a atitude segura em estacionamentos públicos e privados de livre circulação. Neste objetivo também buscou-se compreender e descrever como os Valores Individuais influenciam a percepção de risco e a atitude segura de não-policiais e policiais quando integram estacionamentos públicos e privados de livre circulação.

Neste sentido, procurou-se verificar se as respostas de policiais e as respostas de não policiais, que habitualmente fazem uso de estacionamentos públicos e privados de livre circulação, coletadas por meio do instrumento aplicado, convergiam para um entendimento único quanto à percepção de risco e atitude segura. Desta forma, os resultados da pesquisa foram fortes em demonstrar que tanto policiais quanto não-policiais têm entendimentos semelhantes quanto à percepção de risco e atitude segura.

Sobre verificar possíveis associações entre Valores, Percepção de Risco e Atitude Segura no contexto da amostra pesquisada. Onde procurou-se mensurar os Valores Humanos

Individuais, conforme proposto por Schwartz et al. (2012) e Torres et al. (2016), em amostras constituídas por não-policiais e policiais. Houve segurança a partir dos resultados atingidos nos testes estatísticos próprios que os 19 tipos motivacionais da escala de valores tiveram resultados significativos sobre os dois fatores da EPRAS. Assim, confirma-se a hipótese de que os valores podem sim se correlacionar com percepção de risco e a atitude segura de indivíduos quando estes integram estacionamentos públicos e privados de livre circulação.

A pesquisa foi robusta em demonstrar que há um entendimento comum por parte de vários segmentos sociais quanto ao significado de percepção de risco e atitude segura, tendo em vista que os sujeitos que responderam à pesquisa fazem parte de uma amostra bem diversificada. Desta maneira, verifica-se que há um consenso no sentido de que estacionamentos mal iluminados, isolados, vazios, com pouca visibilidade oferecem riscos para as pessoas que ali frequentam. Da mesma forma pode-se verificar que pessoas desconhecidas paradas próximo ao veículo, ou se deslocando em sua direção num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio podem também apresentar riscos para os usuários de tais espaços públicos. Outras questões também como permanecer falando ao celular, esperando alguém dentro do veículo ou mesmo namorar dentro dele são situações consideradas de risco quando se faz isso em estacionamentos públicos ou privados de livre circulação.

Aliado a isto ainda houve um entendimento comum quanto a atitudes que podem levar a comportamentos que podem evitar crimes. Cabe ressaltar também que atitudes e percepção de risco não evitam crimes. Todavia estas variáveis podem motivar comportamentos de segurança, tais como: evitar estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios, evitar ficar conversando dentro do veículo quando se está em um estacionamento, evitar ficar próximo ao veículo quando se encontra em um estacionamento, evitar ficar dentro do veículo quando há a necessidade de esperar alguém em um

estacionamento, assim como manter-se afastado do veículo de modo a permanecer em um local mais movimentado e com melhor iluminação. Todas estas ações, ora descritas, são exemplos de comportamentos seguros que podem contribuir para a segurança dos usuários desses ambientes.

Quanto à questão se o conteúdo trabalhado por meio desta dissertação pode servir como orientação para a prevenção criminal, observa-se que por meio deste trabalho houve um mapeamento de situações de risco, bem como de atitudes que podem evitar crimes. Desta forma, esta pesquisa pode contribuir como meio de orientação aos gestores públicos, que têm a responsabilidade em manter os cidadãos em segurança. Isto pode ser feito por meio de políticas sociais de segurança pública no sentido de orientar os indivíduos quanto à postura de segurança que pode sim evitar que se tornem alvos fáceis de criminosos. Assim sendo, considerando todas as variáveis trabalhadas na pesquisa é possível concluir que o trabalho ora desenvolvido pode contribuir para a prevenção criminal.

Referências

- Abbagnano, N. (2007). *Filosofia nano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2005). The influence of attitudes on behavior. In *Handbook of attitudes and attitude change: Basic principles* (Issue May, pp. 173–221).
- Ajzen, I., & Madden, T. J. (1986). Prediction of goal-directed behavior: Attitudes, intentions, and perceived behavioral control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22(5), 453–474. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(86\)90045-4](https://doi.org/10.1016/0022-1031(86)90045-4)
- Allport, G. W. (1969). *Personalidade: padrões e desenvolvimento*. São Paulo, SP: Herder. (Trabalho original publicado em 1961).
- Allport, G. W., Vernon, P. E., & Lindzey, G. (1951). *A study of values: A scale of measuring the dominant interests in personality*. Boston: Houghton Mifflin.
- Allport, Gordon W. (1935). Attitudes. In *Handbook of Social Psychology*. Clark University Press. <https://eclass.uowm.gr/modules/document/file.php/NURED262/ΠΠΩΤΟΤΥΠΙΑ APΘΠΑ/Allport GW attitudes 1935 Murchison chapter.pdf>
- Aristóteles. (2001). *Ética a Nicômaco*. (4a ed., M. Gama, trad.). Brasília: UnB.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2015). *Psicologia Social* (8th ed.). LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda.
- Aven, T., & Renn, O. (2010). Risk Management and Governance: Concepts, Guidelines and Applications. In *Risk Governance and Society* (Vol. 16, Issue 2007). <http://books.google.com/books?id=M0eTe0E4mWMC&pgis=1>
- Balbinotti, M. A. A., Benetti, C., & Terra, P. R. S. (2007). Translation and validation of the Graham-Harvey survey for the Brazilian context. *International Journal of Managerial Finance*, 3(1), 26–48. <https://doi.org/10.1108/17439130710721644>

- Bardin, L. (1987). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições, 70, 225.
- Bitencourt. (2012). Tratado de direito penal: parte geral, 1. In *Saraiva*.
<https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Brantingham, P. L., & Brantingham, P. J. (1993). Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment. *Journal of Environmental Psychology, 13*(1), 3–28. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80212-9](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80212-9)
- Brasil, C. (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil: Texto Constitucional Promulgado Em 5 de Outubro de 1988. In *Disponível em:*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasileiro, A., Ascensão, C. F. de, & Rosin, T. A. (2014). Áreas de Estacionamento para Veículos de Carga e Descarga. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, 2*(10), 16–30. <https://doi.org/10.17271/231884722102014742>
- Breckler, S. (1984). Empirical validation of affect, behavior, and cognition as distinct components of attitude. *Journal of Personality and Social Psychology, 47*, 1191-1205.
Journal of Personality and Social Psychology, 47(6), 1191–1205.
- Brown, T. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research*. New York London: The Guilford Press. p. 72.
- Carochinho, J.-A. (2011). O Conceito de «Percepção do Risco»: Contributo da Psicologia Social. *ResPublica Revista de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, 11*, 77–87.
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A., & Teodoro, M. L. (2010). Tradução e Validação de Conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumento. In *L. Pasquali et al. (Orgs.), Instrumentação Psicológica: Fundamentos e Prática* (pp. 506–520). Porto Alegre: ArtMed.
- Choi, J. W., & Lee, Y. H. (2014). Validation of the Korean version of the Portrait Values

- Questionnaire-Revised (PVQ-R). *Korean Journal of Psychology: General*, 33 (3), 553–593.
- Clarke, L., & Beck, U. (1994). Risk Society: Towards a New Modernity. In *Social Forces* (Vol. 73, Issue 1). <https://doi.org/10.2307/2579937>
- Clarke, R. V., & Felson, M. (2017). Routine Activity and Rational Choice: Advances in Criminological Theory. In Ronald V. Clarke and Marcus Felson (Ed.), *Routine Activity and Rational Choice* (Vol. 5). <https://doi.org/10.4324/9781315128788>
- Clarke, R. V., & Derek, C. (1985). Modeling offenders, decisions: a framework for research and policy. In *Michael Tonry e Norval Morris, Crime and justice: an annual review of research, Chicago, The University of Chicago Press* (pp. 147–187).
http://users.soc.umn.edu/~uggen/Clarke_85.pdf
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979a). *Social Change and Crime Rate Trends : A Routine Activity Approach* Author (s): Lawrence E . Cohen and Marcus Felson Published by : American Sociological Association Stable URL : <http://www.jstor.org/stable/2094589>
Accessed : 07-03-2016 11 : 39 UTC Your u. 44(4), 588–608.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979b). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588.
<https://doi.org/10.2307/2094589>
- Conway, L. G., Dodds, D. P., Towgood, K. H., McClure, S., & Olson, J. M. (2011). The Biological Roots of Complex Thinking: Are Heritable Attitudes More Complex? *Journal of Personality*, 79(1), 101–134. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00690.x>
- Costa, M. R. (2005). A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? *São Paulo*

- Em Perspectiva*, 13(4), 3–12. <https://doi.org/10.1590/s0102-88391999000400002>
- Costa, S. I. (2017). *Prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED) e o medo do crime: teoria, mensuração, efeitos e aplicações*. RIUnB.
- Covello, V. T. (1983). The perception of technological risks: A literature review. *Technological Forecasting and Social Change*, 23(4), 285–297. [https://doi.org/10.1016/0040-1625\(83\)90032-X](https://doi.org/10.1016/0040-1625(83)90032-X)
- Creswell, J. W., Klassen, A. C., Clark, V. L. P., & Smith, K. C. (2011). Best Practices for Mixed Methods Research in the Health Sciences. *Bethesda, MD: Office of Behavioral and Social Sciences Research, National Institutes of Health*.
- Davidov, E., Schmidt, P., & Schwartz, S. H. (2008). Bringing values back in: The adequacy of the European social survey to measure values in 20 countries. *Public Opinion Quarterly*, 72(3), 420–445. <https://doi.org/10.1093/poq/nfn035>
- DeBono, K. G., & Snyder, M. (1995). Acting on One's Attitudes: The Role of a History of Choosing Situations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21(6), 629–636. <https://doi.org/10.1177/0146167295216009>
- Decreto-Lei n. 2.848, Diário Oficial - Seção I - Edição de 31 de dezembro de 1940 (1940). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Dedonder, J., Corneille, O., Yzerbyt, V., & Kuppens, T. (2010). Evaluative conditioning of high-novelty stimuli does not seem to be based on an automatic form of associative learning. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(6), 1118–1121. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2010.06.004>
- Doob, L. W. (1947). The behavior of attitudes. *Psychological Review*, 54(3), 135–156. <https://doi.org/10.1037/h0058371>
- Fazio, R. H. (1990). Multiple Processes by which Attitudes Guide Behavior: The Mode Model as an Integrative Framework. In *Advances in experimental social psychology*

(Vol. 23, pp. 75–109). [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60318-4](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60318-4)

Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in Automatic Activation as an Unobtrusive Measure of Racial Attitudes: A Bona Fide Pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(6), 1013–1027.

<https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.6.1013>

Felicio, A. B., Brasileiro, L. A., & Zanolli, P. R. (2013). *Estacionamentos Livres em Rua Comercial*. 18.

Felson, M., & Boba, R. L. (2010). *Crime and everyday life* (Vol. 2). Sage.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat01619a&AN=up.776280&site=eds-live>

Felson, M., Clarke, R. V., & Webb, B. (1998). Opportunity Makes the Thief: Practical theory for crime prevention. *Policing and Reducing Crime Unit: Police Research Series*, 44.

Felson, M., & Cohen, L. E. (1980). Human ecology and crime: A routine activity approach. *Human Ecology*, 8(4), 389–406. <https://doi.org/10.1007/BF01561001>

Fleiss, J. L. (1971). Nominal Scale Among Many Rater. *Psychological Bulletin*, 76(5), 378–382.

Gatignon, H. (2010). Statistical analysis of management data. In *Statistical Analysis of Management Data*. <https://doi.org/10.1007/978-1-4419-1270-1>

Glasman, L. R., & Albarracín, D. (2006). Forming attitudes that predict future behavior: A meta-analysis of the attitude-behavior relation. *Psychological Bulletin*, 132(5), 778–822. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.132.5.778>

Goergen, P. (2005, October). *Educação e Valores no Mundo Contemporâneo*. 983–1011. <https://www.redalyc.org/pdf/873/87313714013.pdf>

Greco, R. (2011). *Código Penal: Comentado*. Impetus.

Greco, R. (2015). *Curso de Direito Penal Parte Geral* (Vol. 1). Editora Impetus (Editora

Impetus LTDA).

Hernández-Nieto, R. A. (2002). *Contributions to Statistical Analysis*. Mérida: Universidad de Los Andes.

Hofmann, W., De Houwer, J., Perugini, M., Baeyens, F., & Crombez, G. (2010). Evaluative Conditioning in Humans: A Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*, *136*(3), 390–421. <https://doi.org/10.1037/a0018916>

Hofstede, G. (1980). *Cultures Consequences: International Differences in Work Related Values*. Newbury Park, NJ: Sage.

Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, *6*(1), 1–55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>

Joint Committee on the Standards for Educational and Psychological Testing. (2014). *APA, AERA e NCME - Standards for educational and psychological testing*.

Kant, I. (2016). *Crítica da Razão Prática*. Editora Vozes Ltda.

Kasperson, R. E., Renn, O., Slovic, P., Brown, H. S., Emel, J., Goble, R., Kasperson, J. X., & Ratick, S. (1988). The Social Implications of Risk: A Conceptual Framework. *Risk Analysis*, *8*(2), 177–187.

Kates, R. W., & Kasperson, J. X. (1983). Comparative risk analysis of technological hazards (A review). *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *80*(22 II), 7027–7038. <https://doi.org/10.1073/pnas.80.22.7027>

Kline, R. B. (2010). *Principles and practice of structural equation modeling* (3rd ed.). New York, New York: Guilford Press.

Kluckhohn, C. (1951). 2. VALUES AND VALUE-ORIENTATIONS IN THE THEORY OF ACTION: AN EXPLORATION IN DEFINITION AND CLASSIFICATION. In *Toward a General Theory of Action* (Vol. 53, Issue 9, pp. 388–433). Harvard University

Press. <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674863507.c8>

Knoppen, Desirée & Saris, W. E. (2009). RECSM Working Paper Number 9. *Methodology*, 9.

Kolluru, R. V., Bartelli, M., Pitbaldo, R. M., & Stricoff, R. S. (1995). *Risk assessment and management handbook: For environmental, health and safety professionals*.

Kuykendall, D., & Keating, J. P. (1990). Altering thoughts and judgements through repeated association. *British Journal of Social Psychology*, 29(1), 79–86.

<https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1990.tb00888.x>

Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. *Biometrics*, 33(1), 159. <https://doi.org/10.2307/2529310>

Lebart, L., Salem, A., & Berry, L. (1998). *Exploring Textual Data* (Vol. 4, Issue Chapter 9). Springer Netherlands. <https://doi.org/10.1007/978-94-017-1525-6>

Lei n. 10.633, Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. (2002).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110633.htm

Lei n. 9.503, Institui o Código de Trânsito Brasileiro (1997).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

Liberati, W. D. (2008). Teoria da subcultura delinquente. *Revista de Ciências Jurídicas*, 6(1), 271–307.

Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. In *Archives of Psychology* (Issue 140, pp. 5–55).

Lima, R. S. de, Bueno, S., & Mingardi, G. (2016). Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, 12(1), 49–85. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201603>

Lino, D., & Matsunaga, L. H. (2018). The Theoretical Development of “CPTED”: 25 Years of Responses to C. Ray Jeffery. In *Revista Brasileira de Criminalística* (Vol. 7, Issue 1,

- p. 7). <https://doi.org/10.15260/rbc.v7i1.269>
- Lombroso, C. (2013). *L'uomo delinquente-quinta edizione-1897*. Bompiani.
- Macedo, F. G. L. (2017). *A Influência dos Valores Humanos Individuais e da Atitude Frente à Arma de Fogo no Medo do Crime: Estudo Comparativo de uma Região Administrativa do Distrito Federal [UnB]*.
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23282>
- Maior, G. R., & Olson, J. M. (1995). Relations between values, attitudes, and behavioral intentions: The moderating role of attitude function. In *Journal of Experimental Social Psychology* (Vol. 31, Issue 3, pp. 266–285). <https://doi.org/10.1006/jesp.1995.1013>
- Martin, N. G., Eaves, L. J., Heath, A. C., Jardine, R., Feingoldt, L. M., & Eysenck, H. J. (1986). Transmission of social attitudes (attitudes/cultural inheritance/twins/assortative mating/behavior genetics). *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 83(June), 4364–4368. <https://www.pnas.org/content/pnas/83/12/4364.full.pdf>
- Matrak, R. (2008). A doutrina de polícia repressiva e a sua aplicação na filosofia de polícia comunitaria. *Revista Ordem Pública*, 3(1), 41–56.
- Meliá Navarro, J. (1999). Medición y métodos de intervención en psicología de la seguridad y prevención de accidentes. *Revista de Psicología Del Trabajo y de Las Organizaciones = Journal of Work and Organizational Psychology*, 15(2), 237–266.
- Nascimento, T. G., Pimentel, C. E., & Adaid-Castro, B. G. (2016). Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo (EAFAG): Evidências de Sua Adequação Psicométrica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 239–248. <https://doi.org/10.1590/0102-3772201602187239248>
- Neiva, E. R., & Mauro, T. G. (2011). Atitude e Mudança de Atitudes. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 171–203). Porto Alegre: ArtMed.

- Netemeyer, R., Bearden, W., & Sharma, S. (2003). Scaling Procedures. In *Scaling Procedures*. SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412985772>
- Pasquali, L. (1997). *Psicometria: teoria e aplicações*. Brasília: Universidade de Brasília., _____ . Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. In _____. (Org.). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2005, 1999. (pp. 37–72). Brasília: Universidade de Brasília.
- Pasquali, L. (1998). Princípios de Elaboração de Escalas Psicológicas. *Revista Psiquiatria Clínica (São Paulo)*, 206–213.
- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica- fundamentos e práticas*. Artmed Editora. Porto Alegre.
- Pasquali, L. (2011). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Editora Vozes Limitada.
- Paulino, I. R. (2006). *Um olhar sobre a degradação dos valores humanos a partir da obra Os Sonâmbulos, de Hermann Broch*. RIUnB.
- Pidgeon, N. F., Hood, C. C., Jones, D. K. C., Turner, B. A., Gibson, R., & Gibson, R. (1992). Risk Perception. In The Report of a Royal Society Study Group. *Risk: Analysis, Perception and Management*.
- Pimentel, C. E., & Gunther, H. (2011). Estratégias de mensuração de atitudes em psicologia social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes*. Porto Alegre: ArtMed (pp. 196–210).
- Portaria PMDF N° 1.145, 30 de novembro (2020). <https://intranet.pmdf.df.gov.br/portal/>
- Priberam. (2021). *Dicionário*. <https://dicionario.priberam.org/genética>
- Rohan, M. J. (2000). A Rose by Any Name? The Values Construct. *Personality and Social Psychology Review*, 4(3), 255–277. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0403_4

- Rokeach, M. (1968). The role of values in public opinion research. *Public Opinion Quarterly*, 32(4), 547–559. <https://doi.org/10.1086/267645>
- Ros, Maria. (2006). Valores, atitudes e comportamento: uma nova visita a um tema clássico. In Maria Ros & V. V. Golveia (Eds.), *Psicologia Social dos Valores Humanos* (pp. 87–114).
- Ros, María. (2006). Valores, atitudes e comportamento: uma nova visita a um tema clássico. In *Psicologia Social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados*.
- Rosseel, Y. (2012). Lavaan: An R package for structural equation modeling. *Journal of Statistical Software*, 48(2). <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
- Santos, C. (2018). Estatística Descritiva - Manual de Auto-aprendizagem. In *Estatística Descritiva* (3rd ed.). Edições Sílabo. <https://doi.org/10.5935/978-85-93729-90-4.2018B001>
- Sapori, L. F. (2007). *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. (1st ed.). FGV editora.
- Schwartz, S. (2005). Validade e aplicabilidade da teoria de valores. In Á. Tamayo & J. B. Porto (Eds.), *Valores e comportamento nas organizações* (pp. 56–95). Petrópolis: Vozes.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the Content and Structure of Values: Theoretical Advances and Empirical Tests in 20 Countries. In *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1–65). [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60281-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60281-6)
- Schwartz, S. H. (1994). Are There Universal Aspects in the Structure and Contents of Human Values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19–45. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1994.tb01196.x>
- Schwartz, S. H. (2012). An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values. *Online*

Readings in Psychology and Culture, 2, 1–20.

<https://doi.org/http://dx.doi.org/http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1116>

Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward A Universal Psychological Structure of Human Values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(3), 550–562.

<https://doi.org/10.1037/0022-3514.53.3.550>

Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1990). Toward a Theory of the Universal Content and Structure of Values: Extensions and Cross-Cultural Replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(5), 878–891. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.5.878>

Schwartz, S. H., & Butenko, T. (2014). Values and Behavior : Validating the Refined Values Theory in Russia (Manuscript Draft). *European Journal of Social Psychology*, 44(June), 799–813. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2053>

Schwartz, S. H., Cieciuch, J., Vecchione, M., Torres, C., Dirilem-Gumus, & Butenko, T. (2017). Value Tradeoffs and Behavior in Five Countries: Validating 19 Refined Values. *European Journal of Social Psychology*.

Serrano, A. S. (2010). A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia. *Revista Ordem Pública*, 3(1), 106–120.

<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/30>

Sjoberg, L. (1979). Strength of Belief and Risk*. *Policy Sciences*, 11, 39–57. <https://link-springer-com.ezproxy.royalroads.ca/content/pdf/10.1007%2F00143836.pdf>

Sjoberg, L. (1998). Worry and Risk Perception. *Risk Analysis*, 18(1), 85–93.

<https://doi.org/10.1111/j.1539-6924.1998.tb00918.x>

Sjöberg, L. (2000). The methodology of risk perception research. *Quality and Quantity*, 34(4), 407–418. <https://doi.org/10.1023/A:1004838806793>

Slovic, P. (1987). Perception of risk. *Science*, 236(4799), 280–285.

<https://doi.org/10.1126/science.3563507>

- Slovic, P. (2010). Psicologia do risco. *Saude e Sociedade*, 19(4), 731–747.
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400002>
- Starr, C. (1969). Social Benefit versus Technological Risk. *Science*, 165(3899), 1232–1238.
<https://doi.org/10.1126/science.165.3899.1232>
- Tabachnik, B. G., & Fidell, L. S. (n.d.). *Using multivariate statistics*. Boston: Pearson Education, Inc.
- Tamayo, A., & Porto, J. B. (2009). Validação do questionário de Perfis de valores (QPV) no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 369–376. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300010>
- Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (1918). *The Polish Peasant in Europe and America*. The University of Chicago Press.
- Thurstone, L. L. (1928). Attitudes Can Be Measured. *American Journal of Sociology*, 33(4), 529–554. <https://doi.org/10.1086/214483>
- Thurstone, L. L. (1931). The measurement of social attitudes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 26(3), 249–269. <https://doi.org/10.1037/h0070363>
- Torquato, R. J. (2011). *Percepção de Risco e Comportamento de Pedestres*.
https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25818/Renata_Torquato_Dissertacao_FINAL_s.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Torres, Cláudio Vaz, Neiva, E. R., & Mauro, T. G. (2011). *Psicologia Social*. ARTMED EDITORA S.A.
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536326528/cfi/3!/4/4@0.00:18.1>
- Torres, Claudio Vaz, & Pérez-Nebra, A. R. (2007). The influence of human values on holiday destination choice in Australia and Brazil. *BAR - Brazilian Administration Review*, 4(3), 63–76. <https://doi.org/10.1590/s1807-76922007000300006>
- Torres, C. V., & Carneiro, T. L. (2015). Atitudes. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges

Andrade (Orgs.). *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações* (pp. 95–100). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Torres, Cláudio V., Porto, J. B., Vargas, L. M., & Fischer, R. (2015). A Meta-analysis of Basic Human Values in Brazil: Observed differences within the country. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 15*(1), 89–102.
<https://doi.org/10.17652/rpot/2015.1.356>

Torres, Cláudio V., Schwartz, S. H., & Nascimento, T. G. (2016). A Teoria de Valores Refinada: associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva. *Psicologia USP, 27*(2), 341–356. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150045>

Webster, N. (1983). *Webster's New Twentieth Century Dictionary*. New York: Simon & Schuster.

Wicker, A. W. (1969). Attitudes versus Actions: The Relationship of Verbal and Overt Behavioral Responses to Attitude Objects. *Journal of Social Issues, 25*(4), 41–78.
<https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1969.tb00619.x>

Williams, R. M., J. (1968). Values. In E. Sills (Ed.), *International encyclopedia of the social sciences*. New York, NY: Macmillan.

Wilson, J. Q., & Herrnstein, R. J. (1985). *Crime and Human Nature*. New York, NY: Touchstone Books.

Anexo 1

Assunto: Mensagem Convite para Análise Semântica do Instrumento

Prezado juiz,

Estamos XXXXXXXX

a. Clareza: avaliação do quanto esses itens são compreensíveis (diretos, claros e objetivos). Para esta avaliação, assinale com um “X” se o item em análise é compreensível ou incompreensível. No caso de o item ser incompreensível, sinta-se livre para fazer sugestões de alterações nos enunciados;

b. Polarização: verificação da oposição entre as duas frases de cada item.

Para isto, assinale com um “X” se o item em análise expressa ideias opostas ou não. No caso de as frases não expressarem ideias opostas, sinta-se livre para fazer sugestões de alterações nos enunciados.

Para responder a essa escala, salve-o em seu computador, preencha os dados e reencaminhe para este e-mail, junto com o termo. Ao final, contamos com sua colaboração para deletar o instrumento de seu computador e reforçamos a necessidade de total sigilo dos itens avaliados.

Desde já, agradecemos a contribuição.

Em caso de dúvidas, entre em contato com o pesquisador por e-mail.

Anexo 2

Mensagem Convite para Análise de Juízes do Instrumento

Prezado juiz,

Gostaríamos de convidá-lo para participar como juiz deste instrumento em fase de análise de juízes.

- a) **Adequação do item à faceta:** verificação de a qual faceta pertence cada item, tendo como base a definição apresentada. Para realizar esta análise de conteúdo, assinale com um “X” a faceta que você considera estar representada pela afirmação do item analisado. Se considerar que o conteúdo do item não apresenta relação com as facetas apresentadas, deixe-o em branco (não marque nada).
- b) **Clareza:** avaliação do quanto esses itens são compreensíveis (diretos, claros e objetivos). Para esta avaliação, assinale com um “X” se o item em análise é compreensível ou incompreensível. No caso de ser incompreensível, você poderá sugerir alguma adequação, caso queira.

Para facilitar essas atividades, em cada página do instrumento serão encontradas as definições constitutivas das facetas. Sugestões são bem vindas e devem ser feitas no próprio instrumento de avaliação.

Para responder a essa escala, salve-a em seu computador, preencha os dados e reencaminhe para este e-mail.

Desde já, agradecemos a contribuição.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a pesquisadora por e-mail.

Lucas Lemes lukas.leme@gmail.com PPG/PSTO -UnB

Anexo 3*Questionário com perguntas fechadas sobre Atitude Segura.*

As frases a seguir se referem a situações envolvendo 02 (duas) pessoas chamadas João e Maria, em uma escala de 0 a 5, sendo 0 nada e 5 totalmente, responda o quanto você acha que se parece com João ou Maria.

- Q1 João/Maria costuma caminhar desatento(a) em estacionamento público enquanto faz uso de aparelho celular, tablet ou algo similar.
- Q2 João/Maria costuma permanecer dentro do veículo enquanto aguarda alguém em estacionamento público.
- Q3 João/Maria costuma estacionar em locais isolados em estacionamento público.
- Q4 João/Maria se sente seguro(a) em estacionamento público.
- Q5 João/Maria tem medo de ter seus pertences roubados em estacionamento público.
- Q6 João/Maria namora dentro de veículo em estacionamento público.
- Q7 João/Maria namora em estacionamento público.
- Q8 João/Maria tem medo quando está em estacionamento público mal iluminado e deserto.
- Q9 João/Maria se sente seguro(a) ao se deslocar em estacionamento público, pois tem noção de artes marciais.
- Q10 João/Maria se sente seguro(a) ao se deslocar em estacionamento público, pois possui porte e arma de fogo.
- Q11 João/Maria se sente seguro(a) em estacionar o seu veículo em qualquer lugar do estacionamento público.
-

Anexo 4**PVQ-R, EPRAS e Dados Sociodemográficos - Compiladas****Prezado(a) Participante,**

Muito obrigado por aceitar nosso convite para participar desta pesquisa!

Sua participação é muito importante para o desenvolvimento de melhor conhecimento aplicável à prevenção criminal no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa de dissertação de mestrado da Universidade de Brasília com o objetivo de construir uma estatística que meça a percepção que as pessoas têm da própria atitude segura. A atitude segura é um conceito da psicologia da segurança que diz respeito ao conjunto de comportamentos que as pessoas empregam com o objetivo de manterem-se seguras.

Ao respondente é garantido o total anonimato e suas respostas são confidenciais. Serão apresentados a você alguns itens sobre comportamento de risco em estacionamentos públicos. Para avaliá-los, por favor utilize a escala de cada instrução/sugestão proposta.

Novamente, muito obrigado!

Lucas Lemes

Por favor, leia atentamente as instruções deste caderno e marque a resposta que mais se aproxima com o que você pensa e/ou faz, sem deixar qualquer das questões em branco.

DESDE JÁ, AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO

PVQ-R						
	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Não se parece nada comigo	Não se parece comigo	Se parece pouco comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece comigo	Se parece muito comigo
1) É importante para ela formar suas visões de maneira independente.						
2) É importante para ela que seu país esteja seguro e estável.						
3) É importante para ela se entreter.						
4) É importante para ela evitar chatear as pessoas.						
5) É importante para ela que as pessoas fracas e vulneráveis da sociedade sejam protegidas.						
6) É importante para ela que as pessoas façam o que ela diz que deveriam fazer.						
7) É importante para ela nunca pensar que ela merece mais do que os outros.						
8) É importante para ela tomar conta da natureza.						
9) É importante para ela que ninguém jamais a envergonhe.						
10) É importante para ela sempre procurar coisas diferentes para fazer.						
11) É importante para ela cuidar das pessoas das quais ela se sente próxima.						
12) É importante para ela ter o poder que o dinheiro pode trazer.						
13) É muito importante para ela evitar doenças e proteger a sua saúde.						
14) É importante para ela ser tolerante com todos os tipos de pessoas e grupos.						
15) É importante para ela nunca violar as regras ou regulamentos.						
16) É importante para ela tomar suas próprias decisões a respeito da sua vida.						
17) É importante para ela ter ambições na vida.						
18) É importante para ela manter tanto os valores, quanto as formas de pensar tradicionais.						
19) É importante para ela que as pessoas que ela conhece tenham total confiança nela.						
20) É importante para ela ser rica.						
21) É importante para ela tomar parte nas atividades que defendam a natureza.						
22) É importante para ela nunca irritar alguém.						
23) É importante para ela desenvolver suas próprias opiniões.						
24) É importante para ela proteger sua imagem pública.						
25) É muito importante para ela ajudar as pessoas que lhe são queridas.						
	Quanto esta pessoa se parece com você?					

	Não se parece nada comigo	Não se parece comigo	Se parece pouco comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece comigo	Se parece muito comigo
26) É importante para ela estar segura pessoalmente.						
27) É importante para ela ser uma amiga confiável e fiel.						
28) É importante para ela assumir riscos que fazem a vida ficar excitante.						
29) É importante para ela ter poder para conseguir com que as pessoas façam o que ela quer.						
30) É importante para ela planejar suas atividades de forma independente.						
31) É importante para ela seguir as regras mesmo se ninguém estiver olhando.						
32) É importante para ela ter muito sucesso.						
33) É importante para ela seguir os costumes da sua família ou os costumes de uma religião.						
34) É importante para ela ouvir e compreender as pessoas que são diferentes dela.						
35) É importante para ela ter um Estado forte que possa defender seus cidadãos.						
36) É importante para ela desfrutar dos prazeres da vida.						
37) É importante para ela que todas as pessoas no mundo tenham oportunidades iguais na vida.						
38) É importante para ela ser humilde.						
39) É importante para ela descobrir as coisas por si mesma.						
40) É importante para ela honrar as práticas tradicionais da sua cultura.						
41) É importante para ela ser a pessoa que diz aos outros o que fazer.						
42) É importante para ela obedecer a todas as Leis.						
43) É importante para ela ter todos os tipos de experiências novas.						
44) É importante para ela ter coisas caras que mostram a sua riqueza.						
45) É importante para ela proteger o ambiente natural da destruição ou poluição.						
46) É importante para ela aproveitar qualquer oportunidade de se divertir.						
47) É importante para ela se preocupar com todas as necessidades das suas pessoas queridas.						
48) É importante para ela que as pessoas reconheçam o que ela alcança.						
49) É importante para ela nunca ser humilhada.						
50) É importante para ela que seu país se proteja de todas as ameaças.						
51) É importante para ela nunca deixar as outras pessoas com raiva.						
52) É importante para ela que todos sejam tratados com justiça, mesmo pessoas que ela não conhece.						

	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Não se parece nada comigo	Não se parece comigo	Se parece pouco comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece comigo	Se parece muito comigo
53) É importante para ela evitar qualquer coisa perigosa.						
54) É importante para ela estar satisfeita com o que ela tem e não querer mais.						
55) É importante para ela que todos os seus amigos e família possam acreditar nela completamente.						
56) É importante para ela ser livre para escolher por ela mesma o que fazer.						
57) É importante para ela aceitar as pessoas como elas são, mesmo quando ela discorda delas.						

Primeiro, gostaríamos que você avaliasse o quanto as condições dos estacionamentos públicos e os comportamentos abaixo podem colocar ou indicar que as pessoas estão em risco de ser vítima de algum tipo de crime.

AFIRMAÇÕES	Nem um pouco											Totalmente
01. Estacionamentos mal iluminados dificultam que possíveis vítimas vejam criminosos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
02. Estacionamentos isolados facilitam ações de pessoas mal intencionadas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
03. Estacionamentos vazios dificultam que vítimas sejam ouvidas quando pedirem socorro.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
04. Estacionamentos com pouca visibilidade facilitam ações de criminosos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
05. Pessoas desconhecidas paradas próximos ao seu veículo num estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
06. Pessoas desconhecidas se deslocando em sua direção em um estacionamento mal iluminado, isolado ou vazio.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
07. Permanecer conversando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
08. Permanecer namorando dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
09. Permanecer falando ao celular em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
10. Permanecer verificando redes sociais dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
11. Esperar alguém ou alguma reunião dentro do veículo em estacionamentos facilita a ação de criminosos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Agora, gostaríamos de saber qual a frequência da sua atitude num estacionamento público nas seguintes situações:												
12. Tão logo chego a um estacionamento, estaciono o veículo, me afasto dele e aciono o alarme.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
13. Evito permanecer dentro do veículo em estacionamentos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
14. Antes de estacionar o veículo à noite num estacionamento procuro vagas com melhor iluminação.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

15. Para estacionar o meu veículo em um estacionamento procuro vagas que tenham melhor visibilidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Evito estacionar o veículo em estacionamentos isolados e vazios.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Evito ficar conversando dentro do veículo quando estou em um estacionamento.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
18. Evito ficar próximo ao veículo quando estou em um estacionamento.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19. Evito ficar dentro do veículo quando tenho que esperar alguém em um estacionamento.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
20. Sempre que tenho que esperar alguém em um estacionamento, fico afastado do veículo em um local mais movimentado e com melhor iluminação.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

	Masculino	Feminino
01. Qual seu sexo?		

	15 a 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 60 anos	61 a 70 anos	71 anos ou mais
02. Qual é a sua idade?							

	Moro sozinho	2 a 4 pessoas	5 pessoas ou mais
03. Quantas pessoas moram em sua residência?			

	Até 2 salários mínimos (até R\$2.200,00)	2 a 4 salários mínimos (R\$2.200,01 a R\$4.400,00)	4 a 10 salários mínimos (R\$4.400,01 a R\$11.000,00)	10 a 20 salários mínimos (R\$11.000,01 a R\$22.000,00)	Acima de 20 salários mínimos (R\$22.000,01 ou mais)
04. Qual é a renda familiar (soma das rendas de todos que moram em sua residência)?					

	Solteiro(a)	Casado(a)/União Estável	Viúvo(a)	Separado(a)
05. Qual seu estado civil?				

	Fundamental	Fundamental	Médio incompleto	Médio completo	Superior completo	Superior completo	Pós-graduação	Mestrado	Doutorado
06. Qual seu grau de escolaridade?									

	Sim	Não
07. Qual seu sexo?		

	01 (um) ano	02 (dois) anos	03 (três) anos ou mais	Não sou habilitado(a)
08. Qual seu tempo de habilitação?				

	Nunca	Raramente	Frequentemente	Geralmente; usualmente
09. Com que frequência você dirige veículo?				

	Nunca	Raramente	Frequentemente	Geralmente; usualmente
10. Com que frequência você faz uso de estacionamento público?				

	Estudante	Comerciário	Servidor Público	Empresário	Policial	Autônomo
11. Qual sua ocupação principal?						

	Texto de resposta curta
12. Em que cidade e Estado você mora atualmente?	